CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 184, DE 2016
(Do Poder Executivo)
MSC 232/2016
AV 272/2016

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 379, de 28 de agosto de 2012, que outorga permissão à Ola FM Sociedade Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Paranapuã, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 Portaria nº 355, de 17 de agosto de 2011 Sistema Norte de Radiodifusão
 Ltda., no município de Novo Gama − GO;
- 2 Portaria n^{ϱ} 21, de 20 de janeiro de 2012 Rádio Arari FM Ltda., no município de Itamogi MG;
- 3 Portaria nº 297, de 6 de junho de 2012 Sistema Tecchio de Radiodifusão Ltda., no município de Santa Rosa do Sul SC;
- 4 Portaria nº 347, de 11 de julho de 2012 Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda., no município de Angelândia MG;
- 5 Portaria nº 376, de 28 de agosto de 2012 Comunicações Maranhenses Ltda-ME, no município de Olho d'Água das Cunhãs MA;
- 6 Portaria nº 379, de 28 de agosto de 2012 Ola FM Sociedade Ltda., no município de Paranapuã SP;
- 7 Portaria nº 436, de 17 de outubro de 2012 Amazônia Comunicações Ltda., no município de Jaci SP;
- 8 Portaria nº 493, de 19 de dezembro de 2012 Rainha FM Ltda., no município de Mandaguaçu PR;
- 9 Portaria nº 106, 19 de abril de 2013 FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda., no município de Lagarto SE;

10 - Portaria nº 107, de 19 de abril de 2013 - Sistema Anton de Radiodifiisão Ltda., no município de Campo Novo do Parecis - MT;

11 - Portaria nº 110, de 19 de abril de 2013 - LB - Sistema de Comunicação do Vale Ltda., no município de Encantado - RS;

12 - Portaria nº 213, de 18 de julho de 2013 - TOTAL - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda., no município de Irará - BA;

13 - Portaria nº 221, de 18 de julho de 2013 - Rádio Nova Princesa FM de Pitanga Ltda., no município de Tamarana - PR; e

14 - Portaria nº 508, de 4 de fevereiro de 2016 - Legal-Cat Cadanduva Comunicações Ltda., no município de Santa Adélia - SP.

Brasília, 10 de maio de 2016.

Afristell

· Port. 379/12

53000.026104/2010-91 A-6

EM nº 00327/2015 MC

Brasília, 2 de Outubro de 2015

0210 15 1045

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº020/2010-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município Paranapuã, listado de São Paulo.
- 2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Ola FM Sociedade Ltda (Processo nº253000.026104/2010-91) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 08 de junho de 2012 e a Portaria nº 379, de 28 de agosto de 2012, publicada no D.O.U. do dia 31 de agosto de 2012, outorgou a permissão.
- 3. Contudo, de acordo com o § 3ºdo art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

PUBLICADO NO DIARIO

OFICIAL DE 31 / 08 / 12
Pagina: 66 Seção: L
ANOTADO POR CON



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 379 , DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.026104/2010, Concorrência nº 020/2010-CEL/MC, resolve:

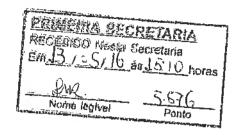
Art. 1º Outorgar permissão à OLA FM SOCIEDADE LTDA, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Paranapuã, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA



Aviso nº 272 - C. Civil.

> maio Em

de 2016.

MSC 232/2016

A Sua Excelência o Senhor Deputado BETO MANSUR Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que outorgam permissões para exploração de serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada constantes das Portarias nos 355, de 2011; 21, 297, 347, 376, 379, 436, 493, de 2012; 106, 107, 110, 213 e 221, de 2013, 508, de 2016.

Atenciosamente,

YAL CHIAVON EVA MARIA CI Ministra de Estado Chefe da Casa Civil-

da Presidência da República, substituta

Sentior Secretariodevidas

Lina Costa

Chèfe de Gabinete

Ponto: 3109 Ass.: Johne



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

THE TERMS THE TOTAL OF THE PROPERTY OF THE

57970 J2010 , 2010-91

SEPRODUCTO TOLOGICGRE SPO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO

: 53000.026104/2010-91

PROPONENTE

: OLA FM SOCIEDADE LTDA

CONCORRENCIA

: 020/2010 - CEL/MC

SERVIÇO: FM

LOCALIDADE

: PARANAPUÃ - SP

L'auccole in'

TVR 184/2016

MOVIMENTAÇÕES:

INCALINE INCOES:								
1944	SIGLA	CÓDIGO	DATA	Omo.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	
	OLA		24102112				1 .1	
02			11	16			1 1.	
03			1 1	17			1 1	
04			1 1	18			1 1	
05			11	-19			1 1	
06			1 1	20			1 1	
07		1	11	21			1 1	
80			111	22			1 1	
09			11	23			1.1	
10			1 1	24			1 1	
11			1 1	25			1 1	
12			- / /	26			1 1	
13		, .	11	27			1-1	
14			1 1	28			1_1	

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS



TÉRMO DE INSTAURAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº

: 020/2010 - CEL/MC

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

SPASILIA - DF

SERVIÇO

: FM (CANAL 215)

53000 026 104/2010-91 .

\$EPRODILOG/COLOG/CGRL/\$PO \ 21/05/2010/40/28

LOCALIDADE

: PARANAPUÃ - SP

PROPONENTE

: OLA FM SOCIEDADE LTDA.

CNPJ Nº

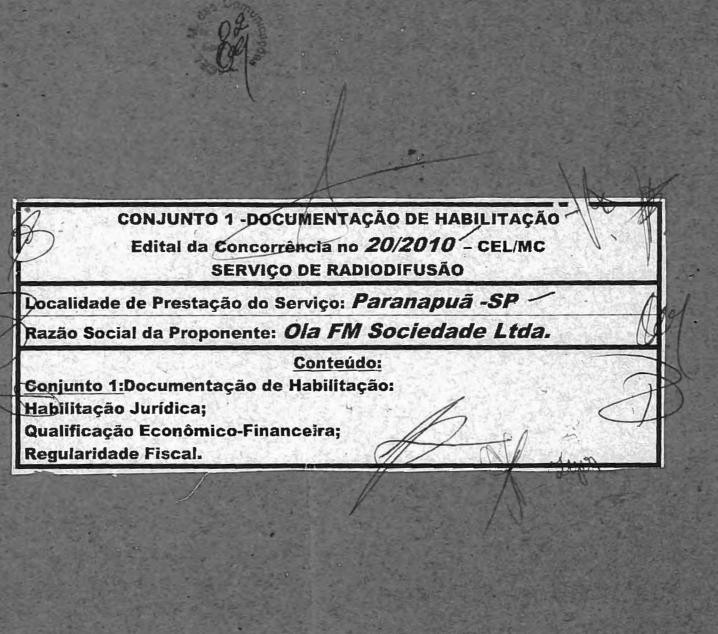
: 11.950.849/0001-42

A Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria n.º 432, de 24 de julho de 2009, e suas alterações, por seu presidente, instaura o presente processo, consignando que o invólucro que segue em anexo, relativo aos documentos de habilitação da proponente em epigrafe, continha 57 páginas (excluídos os documentos a que se refere o subitem 8.2.1 do edital, também ora anexados).

Brasilia (DF), 21 de maio de 2010.

ALVÍMAR BERTRANO D. G. DE MACEDO Presidente da Comissão Especial de Ligitação

IGOR GABRIEL BORGES
OLA FM SOCIEDADE LTDA.
CNPJ n° 11.950.849/0001-42





Procuração

Rany Caroline Gontijo Borges, Sócia/Administradora da empresa Ola FM Sociedade Ltda, empresa com domicílio a Rua Otavio Veiga, nº 505, Bairro : Centro no Município: Nova Ponte, CEP: 38.160-000 U.F.: MG, Nº Registro JUCEMG: 3120880116-8 em14/05/2010 Inscrição Estadual: 00159747900-49 Inscrição CNPJ: 11.950.849/0001-42 nomeia e constitui seu bastante procurador João Batista Carvalho Faria CPF- 291.665-605-59, identidade 45.254/d CREA-MG a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos das Concorrências: nº19/2010-CEL/MC; nº20/2010-CEL/MC; nº21/2010-CEL/MC; nº22/2010-CEL/MC; nº 23/2010-CEL/MC; nº24/2010-CEL/MC e nº25/2010-CEL/MC; promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preco pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Uberlândia, 17 de maio de 2010.

Rany Caroline Gontijo Borges,
Sócia/Administradora
CPF - 066.540.176-09
Identidade MG 15.240.040 SSP-MG

Jgvr

X

and Day



Procuração

Rany Caroline Gontijo Borges, Sócia/Administradora da empresa Ola FM Sociedade Ltda, empresa com domicilio a Rua Otavio Veiga, nº 505, Bairro : Centro no Município: Nova Ponte, CEP: 38.160-000 U.F.: MG, Nº Registro JUCEMG: 3120880116-8 em14/05/2010 Inscrição Estadual: 00159747900-49 Inscrição CNPJ: 11.950.849/0001-42 nomeia e constitui seu bastante procurador Igor Gabriel Borges CPF- 088.355.886-69 a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos das Concorrências: nº19/2010-CEL/MC; nº20/2010-CEL/MC; nº21/2010-CEL/MC; nº22/2010-CEL/MC; nº 23/2010-CEL/MC; nº24/2010-CEL/MC e nº25/2010-CEL/MC; promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Uberlândia, 17 de maio de 2010.

Rany Caroline Sorges, Socia/Administradora CPF - 066.540.176-09

Identidade MG 15.240.040 SSP-MG

Tgen

V

A COL

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE OLA FM SOCIEDADE LTDA

- 1. RANY CAROLINE GONTIJO BORGES, nacionalidade BRASILEIRA, profissão EMPRESARIO, sexo masculidade estedo civil Solteiro, data de nascimento 13/01/1990, nº-do CPF 066.540.176-09, documento de identidade MG15.240.040, SSP, MG, com domicílio e residência a RUA JOAQUIM LEAL DE CAMARGOS, número 460, bairro/distrito CHACARAS TUBALINA, município UBERLANDIA MINAS GERAIS e CEP 38.413-303 e
- 2. IGOR GABRIEL BORGES, nacionalidade BRASILEIRA, profissão EMPRESARIO, sexo masculino, estado civil Solteiro, data de nascimento 08/09/1988, nº do CPF 088.355.886-69, documento de identidade MG 15.240.036, SSP, MG, com domicílio e residência a RUA JOAQUIM LEAL DE CAMARGOS, número 460, bairro/distrito CHACARAS TUBALINA, município UBERLANDIA MINAS GERAIS e CEP 38.413-303 constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade girará sob o nome empresarial de OLA FM SOCIEDADE LTDA, nome fantasia de OLA FM, e terá sede e domicílio na RUA OTAVIO VEIGA, número 505, bairro/distrito CENTRO, município NOVA PONTE - MG, e/CEP 38.160-000.

Cláusula-Segunda- O capital social será R\$ 20.000,00 (VINTE MIL reais) dividido em 2 quotas de valor nominal R\$ 10.000,00, integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

Nome	Nº DE QUOTAS	VALOR R\$
RANY CAROLINE GONTIJO BORGES	1	10.00000
IGOR GABRIEL BORGES		10.000.00
TOTAL	2	28.000,00

Ciáusula Terceira - O objeto será DIVULGACAO DE PROGRAMAS DE CARATER EDUCATIVO, CUDTURAS INFORMATIVO E RECREATIVO, SERVICO DE RADIODIFUSAO, SONORA (PRODUCAO, GERACAO E TRANSMISSAO DE SONS) E TELEVISAO (PRODUCAO, GERACAO E TRANSMISSAO DE SONS E IMAGENES Ciáusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 07/05/2010 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros ser o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Ciáusula Sexta - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sétima - A administração da sociedade caberá ao administrador/sócio RANY CAROLINE GONTIJO BORGES ao administrador/sócio IGOR GABRIEL BORGES com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao Interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou allenar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Oltava - Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os luoros ou perdas apurados.

PER COME COMMENS OF BUILDING MODIFIES AND A STATE OF STATE

MG50320295

Typi

MÓDULO INTEGRADOR: J102215876780

Cláusula Nona - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as conta e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar fillal ou outra dependência, alteração contratual deliberada na forma da lei.

Clausula Décima Primeira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "prolabore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Terceira - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, aínda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, pelta ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Clausula Décima Quarta - A alteração contratual; designação de administradores; constituição de procurador para prática de atos de administração; mudança do estatuto; transferência que configura diretamente ou indiretamente a concessão a ela outorgada; como também toda exigência legal imposta pela legislação em viero especialmente o que se trata na Lei nº. 4.117, de 27 de agosto de 1962, do decreto 52.026, de 20 de maio de 1963, e modificações posteriores, quando necessário deverão ter a previa aprovação do Ministério das Comunicações o concessão de 1963.

Clausula Décima Quinta - A Sociedade se obriga a observar com o rigor o que impõe: leis, decretos regulamentos portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Ministério das Comunicações vigontes e a vigo referente à legislação da radiodifusão em geral.

Clausula Décima Sexta - A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um mínimo de godos terço) de empregados brasileiros natos.

Cláusula Decima Sétima - Fica eleito o foro de UBERLANDIA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma.

uberlandia, 10 de Maio de 2010.

RANY CAROLINE CONTIJO BORGES

Sócio/Administrador

IGOR GABRIEL BORGES

Sócio/Administrador

Lypn

MQ50320205

MÓDULO INTEGRADOR: J102215876780

<u>rij jam jimali jamili ka mijamili ja kili in kila kili in kili in kili in kila kili in kila kila kila kila kil</u>





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO:3120880116-8

EM 14/05/2010

FOLA FM SOCIEDADE LIDAS

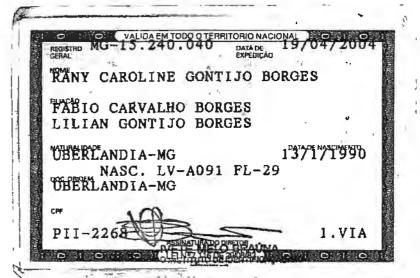
. APU012207





Orositi/181



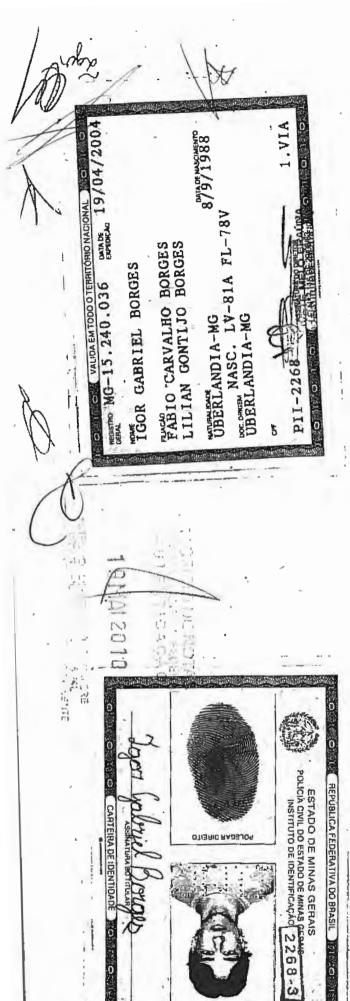




9MAI 2010



De Sta



OTIBRIO RADEJO



MINISTÉRIO DA FAZENDA

088.355.886-69 IGOR GABRIEL BORGES

08/09/1988

191/4|2018

THE REAL PROPERTY.

Matriz: Rua Otaviano Veiga n.º 505 - Centro - Nova Ponte - MG - CEP 38.160-000

Anexo I

Ref.: Concorrência 20/2010 - CEL/MC - Paranapuã-SP

Ola FM Sociedade Ltda. inscrito no CNPJ n° 11950.849/0001-42 por intermédio de seu representante legal o Sr. Igor Gabriel Borges portador da Carteira de Identidade n° 15.240.036 pela SSP/MG e do CPF no n° 088.355.886-69 DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n°. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz .

Nova Ponte, 19 de Maio de 2010

gor Gabriel Borges

Administrador
Ola FM Sociedade Ltda.

A Of

Matriz: Rua Otaviano Veiga n.º 505 - Centro - Nova Ponte - MG - CEP 38.160-000

Anèxo I

Ref.: Concorrência 20/2010 - CEL/MC - Paranapuã-SP

Ola FM Sociedade Ltda. inscrito no CNPJ n° 11950.849/0001-42 por intermédio de seu representante legal o Sr. RANY CAROLINE GONTIJO BORGES, Brasileira, Solteira, Empresária, Residente e Domiciliada em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, À Rua Joaquim Leal de Camargo, 460, Bairro Setor de Chácaras Tubalina e Quartel, CEP-38.413-303 Nascida em 13/01/1990 portadora da carteira de Identidade N° MG-15.240.040 Pela SSP/MG, CIC/MF 066.540.176-09 DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Nova Ponte, 19 de Maio de 2010

Rany Caroline Gontijo Borges

Sócia

Ola FM Sociedade Ltda.

in all

Matriz: Rua Otaviano Veiga n.º 505 - Centro - Nova Ponte - MG - CEP 38.160-000

Anexo II DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente da Ola FM Sociedade Ltda., declara que:

- a) A entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade **Paranapunã**, Estado **São Paulo**, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.
- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;
- c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão or assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art.12 do Decreto-lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Nova Ponte, 19 de Maio de 2010

lgor Gabriel Borges

Administrador

Ola FM Sociedade Ltda.

J

Matriz: Rua Otaviano Veiga n.º 505 - Centro - Nova Ponte - MG - CEP 38.160-000

Anexo II DECLARAÇÃO

A abaixo assinada, dirigente da Ola FM Sociedade Ltda., declara que:

- a) A entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade **Paranapuã**, Estado **São Paulo**, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.
- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;
- c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art.12 do Decreto-lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Nova Ponte, 19 de Maio de 2010

Rany∫Caroline Gontijo Borges.

Sócia

Ola FM Sociedade Ltda.

A

Low M



TUMG - COMARCA DE URESLEMDIA JUSTIÇA COMUM

387940

CERTIDAD CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO NO 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsitore de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

RANY CAROLINE GONTIJO BORGES PAI: FABIO CARVALHO BORGES MME: LILIAN GONTIJO BORGES

UBERLANDIA, 13 de MAIO de 2010 - 17:26:02

MARILANIA PIRES DE OLIVEIRA SOUZA ESCRIVA(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitudo por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura geræ sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude. 250

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial coúblico. Fara maior segurança, confirma grafia do nome solicitado, adata e 9000 de emissão. ISENTO DE FAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FORUM ABBLARDO FIBNMA

PS- PROFESSOR JACY DE ASSIS BAIRRO: CENTRO CEP: 38400121

UBERLANDIA - MINAS GERAIS

agon

FL(s). 001 88 201

in the second se



TJMG - COMARCA DE NOVA PONTE JUSTICA COMUM

CERTIDAO CRIMINAL MEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

FL(s). 001 de 001

ilissio.

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais. Alé A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações rolativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

RANY CAROLINE CONTIJU BORGES

CPF: 06654017609

RG: 15240019/MG

DATA NASCIMENTO: 13/01/1990

PAL FABIO CARVALHO BORGES.

NOVA FONTE, 18 de MACO

MAKE de 2010

NEUZA NOVAES DE FEIRA MELLO ESCRIVA(O) IN JUDICIAL

ATEMORD:

Certidão composta de 001 folha(\$).

Pocumento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasury gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulto de será considerada con será considerada con será considerada con será con s

Esta certidão só é válida no priginal ou jevidamente autentica de Cor Para maior segurança, confirma a grafia do nome solicitado, a da de por ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FORUM DA COMARCA

R. GOVERNADOR VALADARIS, 2045 BAIRRO: 1520 JOSO CEP: 3

NOVA PONTE - MINAS GERAIS

Igon

and all



Poder Judiciário do Estado de Minas Garajs est de est

TJMG - COMARCA DE UBERLANDIA JUSTICA COMUM

385527

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me Naver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observancia do FROVIMENTO № 161/CGJ/2006. da Corregedoria-Geral de Justica do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Civeis, Familia, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucesções e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juitado Especial, NADA HAVER CONTRA:

RANY CAROLINE GONTIJO BORGES

CPF: 06654017609

UBERLANDIA, 13 de MAIO de 2010 - 17:27:

SCRIVX(O)/DO JUDIDIAŁ

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda gu rasura géra sua invalidade e será considerada como indicto de possível adulterada Que de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Fara maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data embora ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

> FISRUM ABELANDO PENNA PC. PROFESSOR JACY DE ASSIS BAIRRO: CENTRO CEP: 384001210

> > UBERLANDIA - MINAS GERAIS



TJMG - COMARCA DE NOVA PONTE JUSTICA COMUM



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com la obsery@ncia do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Civeis, Familia, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falencias e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

RANY CAROLINE CONTIJO BORGES

CPF: 06654917609

RG: 15240040/MG

DATA NASCIMENTO: 13/01/1990 PAI: FABIO CARVALHO BORGES

MAE: LIUIAN GONTIJO BORGES

NOVA PONTE, 18/de MAÎĞ de 2010 -

> NEUZA JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão domposta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indició de possível adulteração ou tentetáva

de fraude.

Esta certidão so é válida no grapinal ou devidamente autenticada de lefi Para maior segurança, confira a grafia do nome sulicitado, a da leftora

TSENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FORUM DA COMARCA!

R. GOVERNADOR VALADARES, 2045 BAIRRO: SAO JORO CEP: 331

NOVA PONTE - MINAS SERAIS



TJMG - COMARCA DE NOVA PONTE JUSTIÇA COMUM FL(s), 001 de 001

Connunication of the connunica

CERTIDAO CEVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JUREDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVINENTO NO 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Alé A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

TOOK GABRIAL BURGES

CPF: 08035\$80649

RO: 15240036/MG

DATA NASCIMENTO: 08/09/1908 PAI: FARTO CARVALHO BORGES MAE: LIMIAN GONTIJO BORGES

NOVA PONTE, 18 We MAZO 46/2018

JEUZA HOUAS BETTERA MELLO

ATENÇADE

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrânico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no priginal ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, edofina a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

JEGRUM DA COMARCAL

R. GOVERNADOR VALADARES, 2045 BAIRRO: SÃO JOÃO CEP: 38160000

MOVA PONTE - MINAS GERAIS

Ligar

A OUT



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerajs 8001 de 801

TJMG - COMARCA DE UBERLANDIA JUSTIÇA COMUM

494248

CERTIDAO CEVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JUREDICA

A CONTRACTOR

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Familia, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

IGOR GABRIEL BORGES CFF: 08835588669

UBERLANDIA, 13 de MAIO de 2010 - 17:10:36

REIMALDO CUNHA / SCRIVA(O) DO JUDICIAL

ATENÇAD:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada portoficial público. Para maior segurança, confirar a grafia do nome solicitado, a data e nora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FORUM ABELARDO PENNA

PC. PROFESSOR JACY DE ASSIS BAIRRO: CENTRO CEP: 38400121 ::

UBERLANDIA - MINAS GERAIS

Lagon

M

A





TJMG - COMARCA DE ITUIUTABA JUSTICA COMUM

FL(s). 001 de 001

Sas Co

01-05/2010 - CERTIDAD CIVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO № 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Civeis, Familia, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falencias e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência-do-Juizado-Especial, NADA HAVER CONTRA:

IGOR GABRIEL BORGES

CPF: 08835588669 RG: 15240036/MG

DATA WASCIMENTO: 08/09/1988 PAI: FABIO CARVALHO BORGES MAE: LILIAN GONTIJO BORGES

ITUIUTABA,

2010 - 13:25:10

FERREIRA ESCRIVAÇON DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa

de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FORUM DES. NEWTON R. DA LUZ AV. 9-A,45 BAIRRO: CENTRO CEP: 38300901 ITUIUTABA - MINAS GERAIS

VETTER OF THE VALUE OF THE VALU



FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE NOVA PONTE JUSTIÇA COMUM

CERTIDAD CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO NO 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, AJÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuíção das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA MAVER CONTRA:

IGOR GABRIEL BORGES

CPF: 08935\$88649

RG: 15240036/MG

DATA NASCIMENTO: 08/09/1908 PAI: FAMIO CARVALHO BORGES

MAER LILIAN CONTIJO BORGES

NOVA PORTE, 18 de maio de 2010 - 14:20:55

NEUZA KUANA DELLO

ATENONO:

Cartidão composta de 00% folha().

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentritos de fraude.

Esta certidad só é válida no priginal ou devidamente autenticada de entidad publico.

Para maior segurança, confira a grafia do nome splicitado, a data entra de entidado.

ISENTO DE PACAMENTO. Provimento conjunto nº 12/2010

R. GOVERNADOR VALABARES, 2045 BAIRRO: 620 JORO CEP: 38180906

Tgon

in all



FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE UREFLANDIA
JUSTICA COMUM

431487

CERTIDAO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA MATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido-requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do FROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

IGOR GABRIEL BURGES

FAI: FABIO CARVALHO BORGES MARE: LILIAN CONTIJO BORGES

UBERLANDIA, 13 de MAIO de 2010 - 17:08:23

MARILANIA PIGES DE OLIVEIRA SOUZA ESCRIVA(O) DO JUDICIAL

ATENCAO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indícto de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada poo oficial publico. Para maior segurança, confirma grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.

ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

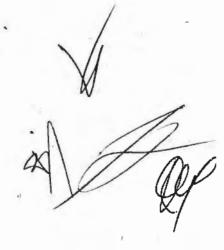
FISHUM ABELARDO FENNA

FC. PROFESSOR JACY DE ASSIS BAIRRO: CENTRO CEP: 38400122 >

UBERLANDIA - MINAS GERAIS

19MAI

Lgon





TJMG - COMARCA DE ITUIUTABA JUSTICA COMUM

FL(s), QO1 da 901

CERTIDAO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURIDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do FROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se, refere aos registros de distribução das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsité e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, (NADA)HAVER CONTRA:

IGOS GABRIEL BORGES

CFF: 05635566669

RG: 1540036/MG

DATA MASCIMENTO: 08/09/1988 PAI: FABIO CARVALHO BORGES MAE: LILIAN GONTIOO BORGES

ITUIUTAMA, 14 de MAIO de 2010 - 15:41:33

CLAUDIA ROX SILVA FREIRE ESCRIVX(D) DO DUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emergas en rasura sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulte

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada posicional para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a datalegora ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010 entasão.

> FORUM DES. NEWTON R. DA LUZ AV. 9-4,45 BAIRRO: CENTRO CEF: 38300901 ITUIUTABA - MINAS GERAIS



RUA MACHADO DE ASSIS, 372

UBERLÂNDIA

MG

Bel. Wilno Roberto de Sousa Silveira

Bel.ª Flávia Livia de Sousa Silveira

Bel. Eversio Donizete de Oliveira

TABELIÃO ·

TABELIĀ SŪBSŢITUTA

TABELIÃO SÚBSTITUTO

O Bacharel WILNO ROBERTO DE SOUSA SILVEIRA, Tabelião do Registro de Protestos da Comarca de Uberlândia,

PODODIN)

Bel. Eversio Donizere de Ostroire Tabellao de Protestos Substituto

Eu. SAMARA FIGUEIRA BAZZANELLA ... Conferí.

EMOLUMENTOS...: R\$ 18.34 TX JUDICIARIA.: R\$ 3.70

TOTAL R# 22.04

AND TO A SALE OF THE PARTY OF T

Zagon



RUA JOAQUIM GOUVEIA TORRES, 29 - CENTRO - NOVA PONTE - MG

Bel Clayton César Narciso TABELIÃO

Roberta F. Cunha Narciso TABELIĂ SUBSTITUTA

O Bacharel Clayton César Narciso, Tabelião do Registro de Protestos da Comarca de Nova Ponte (Nova Ponte e Santa Juliana), Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc.

CERTIFICA para os devidos fins, a pedido verbal de pessoa interessada que revendo na serventia a seu cargo, os livros de Registros de Protestos, verificou que NÃO CONSTA nos mesmos desde o início dos servicos Serventia na data de 14/08/2007, nenhum protesto da desta responsabilidade RANY CAROLINE GONTIJO BORGES, de CPF: 066,540.176-09, com endereço na Rua Joaquim Leal de Camargos, nº 460 - Chácaras Tubalina, na Cidade/Município de Uberlândia/MG. ****** Nada mais, o referido é verdade. Dou fé. *********

Nova Ponte - MG, 18 de maio de 2010.

Clayton Cesar Narciso Tabelião de Protestos

Emolumentos: R\$ 18,34 T.F. Judiciária: R\$ 3,70

Total: R\$ 22.04

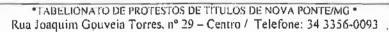
Atenção: Até o início dos serviços por esta Serventia na data de 14/08/2007, as Serventias responsáveis pelos apontamentos e protestos dos Títulos das cidades desta Comarca eram:

Tabelionato de Monte Carmelo por Nova Ponte Tabelionato de Perdizes por Santa Juliana









RUA JOAQUIM GOUVEIA TORRES, 29 - CENTRO - NOVA PONTE - MG

Bel. Clayton César Narciso TABELIÃO

Roberta F. Cunha Narciso TABELIÀ SUBSTITUTA

O Bacharel Clayton César Narciso, Tabelião do Registro de Protestos da Comarca de Nova Ponte (Nova Ponte e Santa Juliana), Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc.

CERTIFICA para os devidos fins, a pedido verbal de pessoa interessada que revendo na serventia a seu cargo, os livros de Registros de Protestos, verificou que NÃO CONSTA nos mesmos desde o início dos serviços de 14/08/2007, nenhum protesto desta Serventia na data responsabilidade de IGOR GABRIEL BORGES, CPF: 088.355.886-69 com endereço na Rua Joaquim Leal de Camargos, nº 460 - Chácaras Tubalina, na Cidade/Município de Uberlândia/MG. ****** Nada mais, o referido é verdade. Dou fé. ******

Nova Ponte – MG, 18 de maio de 2010.

Clayton Cesar Narciso Tabelião de Protestos

Emolumentos: R\$ 18,34 T.F. Judiciária: R\$ 3,70

Total: R\$ 22:04

Atenção: Até o início dos serviços por esta Serventia na data de 14/08/2007, as Serventias responsáveis pelos apontamentos e protestos dos Títulos das cidades desta Comarca eram:

Tabelionato de Monte Carmelo por Nova Ponte Tabelionato de Perdizes por Santa Juliana









RUA MACHADO DE ASSIS, 372

UBERLÂNDIA

MG

Bel. Wilno-Roberto de Sousa Silveira

Bel:ª Flávia Livia de Sousa Silveira

Bel. Eversio Donizete de Oliveira

TABELIÂ SUBSTITUTA

TABELIÃO SUBSTITUTO

O Bacharel **WILNO ROBERTO DE SOUSA SILVEIRA,** Tabelião do Registro de Protestos da Comarca de Uberlândia,

Uberlandia - MG 13/05/2010 - 13:35:22 Em test. 200 da verdade.

Ref Frencia Dantzerel de Audustina

Eu, SAMARA FIGUEIRA BAZZANELLA ... Conferí.

ÉMOLUMENTOS...: R\$ 18.34 TX JUDICIARIA.: R\$ 3.20

Lapr

 $\sqrt{}$

al Q1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS



COMARCA DE ITUIUTAB

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PROTESTO

Lucas José de Lima

Nilson Lucas de Lima Tabellão Substituto

Bel. Clóvis Queiroz de Lima Tabelido Substituto



CERTIDÃO

do Registro Eu. Lucas Jose de Lima Tabeliao de Protesto desta Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, na forma da lei etc

CERTIFICO, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo neste Cartório os livros de registro de protestos todos sob meu poder e guarda, dos mesmos constatei que nenhum título existe protestado, de responsabilidade

Igor Gabriel Borges, de: inscrito(a) no C.P.F. nº 0 88.355.886-69, ate a presente data. ====

Dou fé do requerido

DADA e passada nesta cidade e Comarca de Ituattaba

Aos quatorze (14) dias do mes de maio de dois mil é dez (2010).13:48:30

Eu. de Protestos, mandei datilografar a presente, subscrevo, dou fé e assino.

do Registro Tabeliao

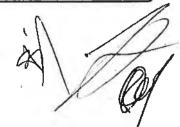
TABELIÃO DO RA ÉGISTRO DE PROTESTOS

CARTORIO DO REGISTRO DE PROTESTO

LUCAS JOSÉ DE LIMA - TASELIÃO NILSON LUCAS DE LIMA - TARELIÃO SUBSTITUTO. BEL CLÓVIS QUEIROZ DE LIMA - TABELIÃO SUBSTITUTO

Av. 11, nº 1162 - 1º ander - Caritro - ITUILITAZA - MG









PODER JUDICIÁRIO Tribunal Regional Federal da 1º Região

Certidão de Distribuição Ações e Execuções Cíveis e Criminais

N° 283224

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra**:

IGOR GABRIEL BORGES, ou vinculado ao CPF: 088.355.886-69,

NADA CONSTA no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Esta certidão abrange apenas o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 600-276 de 31 de Agosto de 2009;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e 'destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.gov.br);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília - DF, 10h22, 19/05/2010.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A

Praça dos Tribunais Superiores.CEP: 70070-900 Brasília/DF.

Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.gov.br

Top

AA



W

1913/2010





PODER JUDICIÁRIO Tribunal Regional Federal da 1º Região

Certidão de Distribuição Ações e Execuções Cíveis e Criminais

N° 283255

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra**:

RANY CAROLINE GONTIJO BORGES, ou vinculado ao CPF: 066.540.176-09,

NADA CONSTA no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Esta certidão abrange apenas o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 600-276 de 31 de Agosto de 2009;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.gov.br);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília - DF, 10h25, 19/05/2010.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A

Praça dos Tribunais Superioras.CEP: 70070-900 Brasilia/DF.

Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.gov.br

Teyen

or A

 \sim

D





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: RANY CAROLINE GONTIJO BORGES

Inscrição: **184097000221** Zona: 278 Seção: 24

Município: 54038 - UBERLÂNDIA

UF: MG

Data de Nascimento: 13/01/1990

Domiciliada desde: 27/11/2007

Filiação: LÍLIAN GONTIJO BORGES

FÁBIO CARVALHO BORGES

Certidão emitida às 16:42 de 19/05/2010

Res.-TSE'nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a planitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliár os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as apistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidada; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdada.

19/05/2010 15:43

Esta <u>certidão de gultação eleitoral</u> é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.gov.br, por meio do código os solutions.

GUWB.8SZF.MONF.ZKC+

<u>Imprimir</u>

S



JUSTICA ELEITORAL



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: IGOR GABRIEL BORGES

Zona: 141 Inscrição: 157038100264 Secão: 196

Município: 46833 - ITUIUTABA UF: MG

Data de Nascimento: 08/09/1988 Domiciliado desde: 17/11/2008

Filiação: LILIAN GONTIJO BORGES

FABIO CARVALHO BORGES

Certidão emitida às 16:40 de 19/05/2010

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O concelto de quitação eleitoral reúne a pienitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiga Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistlas legals, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos,"

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta <u>certidão de quitação eleitoral</u> é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.gov.br, por meio do código **VUMK.2DKT.T29P.MBGB**

Lyon

Imprimir

9

ja ja

19/05/2010 \$5:41



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA SETOR DE TRIBUTAÇÃO

ALVARÁ DE LICENÇA - LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Número de Inscrição

Valido até

Número

Horário

160001907

31/01/2011

246/2010

Legislação Vigente

Fica concedido à OLA FM SOCIEDADE LTDA / OLA FM

licença para se estabelecer à RUA OTAVIO VEIGA, 505 - CENTRO

com a seguinte atividade principal: RÁDIO

enquanto cumprir as exigências legais.

Este alvará deve ser exposto em lugar de destaque.

Observações:

Secretario Mun. de

dmiristração e Fazenda

Setor de Tributação

Termo de Abertura



Contem este livro diário nº 1 (três) folhas numeradas de automaticamente seguidamente do numero 1 ao numero de 3, e servira para o lançamento das operações próprias do estabelecimento do contribuinte abaixo identificado.

em

Nome: Ola FM Sociedade Ltda

Enedreço: Rua Otavio Veiga, nº 505,

Município: Nova Ponte

Nº Registro JUCEMG : 3120880116-8

Inscrição Estadual: 00159747900-49 Inscrição Estadual: 11.950.849/0001-42

Nova Ponte 18 de maio de 2010

Assinatura do representante Legal:

Lap WWW Boxolo

CPF- 088.355.886-69

CEP: 38.160-000

14/05/2010

Soconteca Sociedade de Contábilidade Tácnica Ltda CRC/DF Nº 11 José Pauling Nelo CRC/DF rg 9.530/D-7 - CPF 002.098.801-04

Typ

PASILM - CISTATIO DE NOTAS PASILM - CISTATIO (EDERA A ÚTTEN TILO A CAO

Bairro: Centro

U.F.: MG

Qe/

Balanço Patrimonial



a FM Sociedade Ltda		Período 10/05/2010	a 14/05/2010		
ivo	•	$\dot{\cdot}$	R\$. 20.000,00)	•
Ativo Circulante	*	4 1	R\$ 20.000,00	•	
Disponível			R\$ 20.000,00		
Caixa	, com	,	R\$.20.000,00	- ,	
Caixa Go	eral ·	R\$.20.000,00			
		γ γ	aaa.		
11/1		Legon ya	orm Borgs	, = d	\nearrow
Soconteca Sociedade de Centabilidade Vécnica José Paulino Néto - CRC/T/F nº 9.330/D-7 - C	Ltdo CRC/DF Nº 11	· Mus	buil Borgs	OTAS A O A	CONFE
	<u>-1 .402</u> .030,001-04	Jako		AN OF A SECOND	のかが
		'		OK OK	
			*	OFIC SHA: UTE	
				SHA.	AUTEN POS
		•			
		•			
	1				
		*		=	
	•				
	,	•			
			,	. '	
		λ,			
•	•				1,

	ciedade Ltda	Período 10/05/2010	a 14/05/2010)′
	The Part work or		7,9	888 (
Passivo	The state of the s		R\$. 20.000,	3-
MASIAO	· h	.,	Ka. 20.000,	The TAN
Pat	rimônio Liquido		R\$ 20.000,0	00-
			DA 20 000 /	
	Capital Realizado	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	R\$ 20.000,0	0-
-31 1, 11	Capital Social Capital Social	R\$.20.000,00-	R\$.20.000,	0-
		te Balaço Geral somando a im	portância total	ie R\$ 20.000,0
Vinte mil	Keais)			
Por estar d	e acordo com os documen	itos apresentados		on₹.
T -	7 7 7 7 -	Y DI. IP		DER AO
Assinatura	do representante Legal:	Igbr Gabriel Borges		DA CO
		CPF- 088.355.886-69	9	BES ON
1 1	10			Sec. 18
	1 Land	· ~		O M
oconteca Società	o le de Contatilidade Têrnica Ltde CRC/DF i	P11 2407	22	0 50
ose Paulino Neth	CHC/CE 03.9,530/D7 - CPF 002,098.80	11-04		THE THE
0		, , ,		
		AL .		
		the part of		
*3				

			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	



	2* via: Beneficiário/Agência	CANA ECONOMICA FEDERAL Recibo de Caução Caucionário	Agência Operação Conta nº DV O688 008 3 5 0 3 CL DV Valor 8 4 0 0 Valor unitário Forma de pagamento 1 - Cheques 2 - Dinheiro 3 - Titulos Nº banco Nº cheque Valor
		PARANAPUA Pera garantia de EDITAL CONCORRENCIA 020/2010 Beneficiário MIN. COMUNICACOES 0039	
١.		Condições gerais A importância caucionada poderá ser liberada com autorização expressa do caucionário ou b expadido pelo beneficiário, ou ainda, por determinação judicial. Esta importância também pode competenta. Na ocorrência de a CAIXA figurar como beneficiária, a caução depositada p caucionários, se estes, convocados por adital e decorridos 5 dias úteis da convocação, não sa pelo mesmo indice de remuneração básica da poupança do dia 1º. Autenticação	eneficiário, conforme o caso, na 2º via deste recibo ou atravás de ofício erá ser retida a título de multa, conforme previsão em edital ou documento oderá ser levantada a título de indenização , sem a autorização dos
	37	Data Gerência	12 A) 9

Man



CAIXA ECONOHICA FEDERAL

BANCO: 104

AGENCIA: 0688

DATA:20/05/2010

HORA: 15:56:46

TERHINAL:1904

NSU:003586

AUT.:0219

RECIBO DE DEPOSITO CAUCAO NUM.DOC.: 000000

AGENCIA/CONTA CREDITADA: 0688/008/00.000.350-3

NOME: OLA FM SOCIEDADE LTDA

CAUCIONARIO:

OLA FM

CPF/CNPJ CAUCIONARIO: 11.950.849/0001-42

FAVORECIDO:

MINISTERIO COMUNICACOES

CPF/CNPJ FAVBRECIDO: 00.394.437/0003-19

VALOR TOTAL:

879,09

VALOR DINHEIRO:

879,09

Informacoes, reclamacoes, sugestoes e elogios

SAC CAIXA: 0800 726 0101 Guvidoria da CAIXA: 0800 725 7474 www.caixa.gov.br

2a Via - Via do Favorecido/Agencia



De la companya della companya della companya de la companya della companya della

A



TJMG -- COMARÇA DE NOVA PONTE JUSTICA COMUM FL(s), 001 de 001



CERTIDRO CEVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JUREDIÇA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVINENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cáveis, Femilia, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fázenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial NADA HAVER CONTRA:

OLA FM SOCIEDADE LIDA

Observações da(o) Escrivã(o) do Judicial:

CNPJ:11950349/000142

EMDERECO: RUA OTAVIO VEIGA Nº 505-CENTRO-NOVA PONTE-MG

NOVA PONTE, 18 10 MAIN # 2018 14:18:0

HENZA NOVAES TO JUDICIAL ESCRIVACO) DE JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta do 00% folha(\$).

Documento emitido por processimento eletrônico. Qualquer emenda ou resura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou templativa de finade.

Esta certidão só é válida no priginal ou devidamente auten los Para maior segurança, confira a grafia do nome golicitado, a s ISCMO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

1 10

FARUM DA COMARCA R. GOVERNADOR VALADARIES, 2049 BAIRRO: 1820 JOSO CEP: NOVA PONTE - MINAS GERAIS

Lgon

@/

高麗的ico.

OF

PERFERENCE OF THE PERFE

OÄ

子道

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à d RFB a sua atualização cadastrel.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

	DATA DE ABERTURA 14/05/2010	
A		464-44
OME DE FANTASIA)		
ADE ECONÓMICA PRINCIPAL F Ádi o		*
DADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS televisão aberta produção cinematográfica, de vi	ideos e de programas de televis	ão não especificadas
EZA JURIDICA IESARIA LIMITADA		
	NÚMERO COMPLEMENT	<u> </u>
ARRO/DISTRITO ENTRO	MUNICIPIO NOVA PONTE	UF MG
Í		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/05/2010
L .		
		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
	CAD TOME DE FANTASIA) ADE ECONOMICA PRINCIPAL PÁDIO DADES ECONOMICAS SECUNDÁRIAS televisão aberta produção cinematográfica, de v EZA JURIDICA LES ARIA LIMITADA	ADE ECONÓMICA PRINCIPAL rádio DADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS televisão aberta produção cinematográfica, de videos e de programas de televis EZA JURÍDICA RESARIA LIMITADA NÚMERO 605 MUNICÍPIO NOVA PONTE

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui. Atualize sua página

http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CERTIDAO NEGATIVA

DE DEBITOS RELATIVOS AS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E AS DE TERCEIROS

NO 086102010-11029050

NOME: OLA FM SOCIEDADE LTDA CNPJ: 11.950,849/0001-42

RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR E INSCREVER QUAISQUER DIVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO SUJETTO PASSIVO ACIMA IDENTIFICADO QUE VIEREM A SER APURADAS, E CERTIFICADO QUE NAO CONSTAM PENDENCIAS EM SEU NOME RELATIVAS A CONTRIBUICOES ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) E A INSCRICOES EM DIVIDA ATIVA DO UNIAO (DAU).

ESTA CERTIDAO, EMITIDA EM NOME DA MATRIZ E VALIDA PARA TODAS AS SUAS FILIAIS, REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE AS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E AS CONTRIBUICOES DEVIDAS, POR LEI, A TERCEIROS, INCLUSIVE AS INSCRITAS EM DAU, NAO ABRANGENDO OS DEMAIS TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA RFB E AS DEMAIS INSCRICOES EM DAU, ADMINISTRADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN), OBJETO DE CERTIDAO CONJUNTA PGFN/RFB.

ESTA CERTIDAO E VALIDA PARA AS ¿FINALIDADES PREVISTAS NO ART. 47 DA LEI NO 8.212 DE 24 DE JULHO DE 1991, EXCETO PARA:
- AVERBACAO DE OBRA DE CONSTRUCAO CIVIL NO REGISTRO DE IMOVEIS;

- REDUCAO DE CAPITAL SOCIAL, TRANSFERENCIA DE CONTROLE DE COTAS DE SOCIEDADE LIMITADA, CISAO TOTAL OU PARCIAL, FUSAO, INCORPORAÇÃO, OU TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIA OU SIMPLES;

- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL OU DE EMPRESARIO, CONFORME DEFINIDO PELO ART.931 DA LEI No 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 - CODIGO CIVIL, EXTINCÃO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE EMPRESARIA OU SIMPLES.

A ACEITACAO DESTA CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A FINALIDADE PARA A QUAL FOI EMITIDA E A VERIFICAÇÃO DE SUA AUTENTICIDADE NA INTERNET, NO ENDERECO <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

CERTIDAO EMITIDA COM BASE NA PORTARIA CONJUNTA PGFN/RFB NO 1, DE 20 DE JANEIRO de 2010.

EMITIDA EM 17/05/2010. VALIDA ATE 13/11/2010.

CERTIDAO EMITIDA GRATUITAMENTE. ATENCAO:QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARA ESTE DOCUMENTO.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

11950849/0001-42

Razão Social: OLA FM SOCIEDADE LTDA

Nome Fantasia: OLA FM

Endereco:

RUA OTAVIO VEIGA 505 / CENTRO / NOVA PONTE / MG / 38160-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/05/2010 a 15/06/2010

Certificação Número: 2010051716292506706812

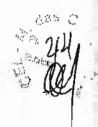
Informação obtida em 18/05/2010, às 16:43:37.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



https://webp.caixa.gov.br/Empresa/Crf/Crf/FgeCFSImprimirPapel.asp?VARPessoaMatriz=16402701&...





CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA

DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: OLA FM SOCIEDADE LTDA

CNPJ: 11.950.849/0001-42

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://www.receita.fazenda.gov.br ou http://www.pgfn.fazenda.gov.br.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007. Emitida às 17:51:15 do dia 17/05/2010 <hora e data de Brasília>. Válida até 13/11/2010.

Código de controle da certidão: 04B0.FC4B.3F82.522F

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Legon

9

and and



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 18/05/2010

CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 16/08/2010

NOME/NOME EMPRESARIAL: OLA FM SOCIEDADE LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 001597479.0049

LOGRADOURO: RUA OTAVIO VEIGA

COMPLEMENTO:
BAIRRO: CENTRO
DISTRITO/POVOADO:
MUNICÍPIO: NOVA PONTE

UF: MG

Certificamos não haver débito de responsabilidade do interessado acima identificado, ressalvado o direito de a Fazenda Pública constituir novos créditos tributários, que ainda não foram apurados ou lançados até essa data, incluídos aqueles relativos ao ITCD.

IDENTIFICAÇÃO NÚMERO DO PTA DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

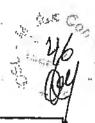
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2010000040433183

Lops

8

A De





CL3

CERTIDÃO

CONTRIBUINTE

8.275 OLA FM SOCIEDADE LTDA

CNPJ/CPF/RG

11.950.849/0001-42

ENDEREÇO BAIRRO RUA OTAVIO VEIGA, 505

CIDADE

CENTRO NOVA PONTE

ESTADO

MINAS GERAIS

<u>Certificamos</u>, que nesta data <u>NÃO CONSTA DÉBITO</u>, amigavel ou ajuizado referente a impostos municipais administrados pela Secretaria de Administração e Fazenda, em nome do contribuinte acima identificado.

Reserva-se à Fazenda Pública Municipal o direito de cobrar posteriormente, débitos contados inclusive, no período desta certidão.

O referido é verdade, do que dou fé.

VALIDADE DA CERTIDÃO: 120 DIAS

Nova Ponte - MG., 18 de maio de 2010

CRISTIANO FORTUNATO Chele do Sacy de Vibutação

Praça dos Três Poderes, 1001- Centro - Cep 38160-000 Fone/fax: (0xx)34-3356-8000 - novaponte@novaponte.mg.gov.br



PODER JUDICIÁRIO Tribunal Regional Federal da 1º Região



Certidão de Distribuição Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 283318

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra**:

OLA FM SOCIEDADE LTDA, ou vinculado ao CNPJ: 11.950.849/0001-42,

NADA CONSTA no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Esta certidão abrange apenas o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria nº 600-276 de 31 de Agosto de 2009;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Tribunal Regional Federal da 1º Região (www.trf1.gov.br);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília - DF, 10h33, 19/05/2010.

Endareço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A

Praça dos Tribunais Superiores.CEP: 70070-900 Brasilia/DF.

Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.gov.br

D

Fact 19/5/201

http://www.trf1.jus.br/servicos/certidao/trf1_emitecertidao.php?orgao=TRF1&nome=OLA%20FM%20... 19/5/2

TABELIONATO DE PROTESTOS

RUA JOAQUIM GOUVEIA TORRES, 29 - CENTRO - NOVA PONTE -- MG

Bel Clayton César Narciso
TABELIÃO

Roberta F. Cunha Nartiso
TABELIÀ SUBSTITUTA

O Bacharel Clayton César Narciso, Tabelião do Registro de Protestos da Comarca de Nova Ponte (Nova Ponte e Santa Juliana), Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc.

Nova Ponte - MG, 18 de maio de 2010

Clayton Cesar Narciso Tabelião de Protestos

Emolumentos: R\$ 18,34 T.F. Judiciária: R\$ 3,70

Total: R\$ 22,04

Atenção: Até o início dos serviços por esta Serventia na data de 14/08/2007, as Serventias responsáveis pelos apontamentos e protestos dos Títulos das cidades desta Comarca eram:

Tabelionato de Monte-Garmelo por Nova Ponte Tabelionato de Perdizes por Santa Juliana

Zgon

NTE/MG • ,

W W

*TABELIONATO DE PROTESTOS DE TÍTULOS DE NOVA PONTE/MG * . Rua Joaquim Gouveia Torres, n° 29 – Centro / Telefone: 34 3356-0893



TJMG - COMARCA DE UDERLANDIA

JUIZADO ESPECIAL

360

CERTIDAD CAVEL MEGATIVA - PESSOA MATURAL/JURADICA

Certifico, na forma da Lei. e por de haver sido requerido. que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum. ATÉ A PRESENTE DATA. NADA HAVER CONTRAS

RANY CAROLINE GONTIJO BORGES'

CPF: 06654017609

RG: 15240040/MC

DATA WASCIMENTO: 13/01/1970

UBERLANDIA. 14 de MAIO de 2012

c SPECIAL MARCELO SOUZA DE FREIJIAS CIVEL ESCRIVA(O) DO JUDICIALBERLÁNDA

JUIZADO

ATENCAU:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gella sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada perceticia púllago. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

> JUIZADO ESPECIAL CEVEL/CRIME AV. FLORIANO PEIXOTO, 1125 BAIRRO: APARECIDA CEP: 38400695 -UBERLANDIA - MINAS GERAIS

FL(ธ) - ไป์ซีโ ปe ติย1

7 Fis. 7



1356 - COMARCA DE UBERLANDIA 3017ADO ESPECIAL

202110

CERTIVAU CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA MATUKAL/JURIGICA

Lertitico, na forma de Lei, el por me haver sido requerido, que revendo de registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados de feitos de competência da Justiça Comum, láfé a PRESENTE DATA, MADA HAVER CONTRA:

RANY CAROLINE GONTIJO BORGES

UPF: 06654017609

RG: 15240040/MG

DATA NASCIMENTO: 13/01/1990

UBERLANDIA, 14 de Maid de 2010 - 67:28:57

ALVIMAR ALMEIDA MESQUITA ESURIVA(O) DO JUDICIAL

ATHNUZUS

Carticão composta de 001 folha(s). -

vocumento esitido por processamento eletrônico. Qualquer emento de rasura lera sua invalidade e sera considerada como indicio de possível adulte en considerada como indicio de possível adulte en considerada de traude.

Esta certidão só é valida no original ou devidamente autenticada no poficial Fara maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data Piera (156 NIC DE PAGAMENTO, Frovimento-conjunto nº 12/2010

AV. FLORIANO PEIXOTO, 1125 BAIRRO: APARECIDA CEP: 3840848

Zgon

UBBRLANDRA-MG

à Day

is.



TUMO - COMARCA DE NOVA PÓNTE JULIZADO ESPECIAL

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESFECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A FRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

RANY CAROLINE CONTIJO BORGES

CFF: 06654017609

PAI: FABIO CARVALHO BORGES MBE: LILIAN GONTIJO BORGES

MOVA PONTE, 18 (e MAID de 2016 - 14:50:57

NEUZA NOVARE DE VETRA MELLO ESCRIVA(O) IN JUDICIAL

ATENCAD:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura perá sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentífica de fraude.

Esta certidão só é válida no óriginal ou devidamente autenticada por oficial edițico.
Para major segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de dhissão.
ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FORUM LOCAL — JUIZADO ESPECIAL R. DOVERNADOR VALADARES,2045 BAIRRO; SÃO JOÃO CEP: 3 PAJVA PONTE — MINAS GERAIS

Igon

A Day

AUTENITION (STATA COP)
COSTO ORIGINAL (L
TENETIMO (TENETIMO (TENET

FL.(50⁵ **98**), de 991.



TUMG - COMARCA DE NOVA PONTE GUIZADO ESPECIAL

CERTIDAO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURADICA

Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA. NADA HAVER CONTRA:

IGOR GABRIEL ECROSS

CFF: 08835588649

DATA MASCIMENTO: 88/09/1988 PAJ: FABIO CARVALHO RORGES MRE: LILIAN GONTIJO BORGES

NOVA FONTE, 18 de MAIO de 2012 - 14 30138

HEUZA MOVAES OLIVERA HELLO ESCRIVA(O) DO JUDICIAL

ATTENÇÃO :

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tente que de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada areoficial Para major segurança, confira a grafia do nome solicitado, data como a ISENTO DE PACAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

AUTENT

AUT ENT

FL(s). 001, dec 201

A Day



IJMG - COMARCA DE UBERLANDIA JULZADO ESPECIAL

202/2010

GERTEDAD TERERENAL NEGATEVATT FESSOA NATURAL/JUREDICA

Lertifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JULZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justica Comum, Afé A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

TOUR GABRIEL BORGES

Cfr: 08835588669

RG: 15240036/M6

DATA NASCIMENTO: 06/0971988

UBERLANDIA, 14 de MAIO de 2010 - 08:13:32

ALVIMAR ALMEIDA MESQUITA ESCRIVALO) DO JUDICIAL

ATENCAO:

Certidão composta de QUI folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão so é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, conitra a grafta do nome solicitado, a dato de hora de emissão.

ISENIO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

JULKADO ESPECIAL CEVEL/CREME DE SANCES AV. FLORIANO PELXATO, 1125 BAIRRO: APARECIDA CEP: 3840696

UBERLANDIA - MINAS GENAIS

Zgon

A May

FL(s).



FL(s). 001 05,001

TJMG - COMARCA DE ITUIUTABA JUIZADO ESPECIAL

CERTIDAD CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

Certifico, na forma da Lei, e <u>por me haver sido</u> requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justica Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

IGOR GABRIEL BORGES

CPF: 08835588669

RG: 15240036/MG

DATA MASCIMENTO: 08/09/1988 PAI: FABIO CARVALHO BORGES MAE: LILIAN GONTIJO BORGES

ITUIUTABA, 14 de MAIO de 2020 12:31:36

SILVIO REZENDE GOMETA ESCRIVA(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tenda diva de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada or oficial publicada na devidamente autenticada or oficial publicada na devidamente solicitado, a data e hora de esta de la composição de la comp

FORUM LOCAL - JESP CEVEL/CRIME AV. 15 CDM 24 E A 26,703 BAIRRO: CENTRO CEP: 38300134

Tgo

A Day



TJMG - COMARCA DE ITUIUTABA JUIZADO ESPECIAL

CERTIDAO CIVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURIDICA

Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarça, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

IGOR GABRIEL BORGES

CPF: 08835588669 -RG: 15240036/MG

DATA NASCIMENTO: 08/09/1988 PAI: FABIO CARVALHO BORGES MXE: LILIAN GONTIJO BORGES

ITUIUTABA, 14 de MAIO de 2418 - 12:34:15

SILVIO REZENTE GOMEIA ESCRIVA(O) DA ZUNICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para major segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.

ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FORUM LOCAL - JESP CiveL/CRIME

AV. 15 COM 24 E A 25,703 BAIRRO: CENTRO CEP: 8300154

ITUJUTABA - MINAS GERAIS

Igo

TOPIONO PER CERT

FL(s). 001

A May



FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE UBERLANDIA JUIZADO ESPECIAL

361

CERTIDAO CEVEL MEGATIVA ~ PESSOA NATURAL/JURÉDICA

Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATÉ A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

IGOR GABRIEL BORGES

CPF: 08835588669

RG: 15240036/MG

DATA NASCIMENTO: 09/09/1988

UBERLANDIA, 14 de MAIO de 2010 - 07

MARCELO SOUZA DE FREITAS ESCRIVA(O) DO JUDICIAL JUIZADC ESPECIAI CIVEL UBERLÂNDIA M G

Charles

ATENCAD:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura que sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteración de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial públi Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e bora de emiss ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

JUIZADO ESPECIAL CAVEL/CRIME
AV. FLORIANO PEIXOTO, 1125 BAIRRO: APARECIDA CEP: 38400698

UDERLANDIA - MINAS GERAIS

Zgon

A May



FL(s). 991 de 901

TUMS - COMARCA DE NOVA PONTE JUIZADO ESPECIAL

CERTIDZO CIVEL MEGATIVA - PESSOA MATURAL/JURÍDICA

rido, que revendo os JUIZADO ESPECIAL, Mesta

Certifico, na forma da Lei, a por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, Nesta comarca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum, ATE A PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

OLA FM SUCIEDADE LIDA

Observações da(o) Escrivã(o) do Judicial:

CNFJ: 11.950.049/0001-42, CON ENDERECO NA RUA OTAVIO VETGA, N.505, CENTRO,

CEP: 38,169-000 - NOVA PONTE - MG.

NOVA PONTE, 19/de MAIO Ap 2018 - 12:41:49-

NEUZA MINATE DE VE DA HELDA

ATENDAD:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO, Provimento-conjunto nº 12/2010

> FARUM LOCAL - JUIZADO ESPECIAL R. GOVERNADOR VALADARES, 2045 DAIRRO: 980 JOSO CEF: 39140500 NOVA PONTE - MINAS GERAIS

2

Loger

A M



FL(s), 901 de 801

TUMB - COMARCA DE NOVA PONTS JUIZADO ESPECIAL

CERTIDIO CIVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JUREDICA

Certifico, na forma da Lei, e por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta comerca, excetuados os feitos de competência da Justiça Comum. ATÉ A PRESENTE DATA, MADA HAVER CONTRAL

RANY CAROLINE GONTLOO BORGES

CPF: 066554017659

RG: 15246049703

DATA MASCIMENTU: 13/01/1990 PAL: FABIO CARVALBO BORGES MAE: LILIAN GONTIJO BORGES

KOVA PONTE, 19 de MX10 de 2010 -

12:53:22

NOVAES DE LENA DELLO

ATENCAD:

Certidão composta de 201 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude,

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para major megurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hera de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto no 12/2010

> FORUM LOCAL - JUIZADO ESPECIAL R. GOVERNADOR VALADARES, 2045 DATRRO: SAC JUNO CEP: 38140000 NOVA PONTE - MINAS GERAIS





13MG - COMARCA DE NOVA PONTE JUIZADO ESPECIAL

CERTIDAD CAVEL NEGATIVA - PESSOA MATURAL/JURADICA

Certifico, na forma da Lei, el por me haver sido requerido, que revendo os registros de distribuição de ações de competência do JUIZADO ESPECIAL, nesta commerca, excetuados os feitos de competência do Justiça Comum, laté a PRESENTE DATA, NADA HAVER CONTRA:

TOOK GABRIEL BORGES

CPF: 08935508669

RG: 15249036/mg

DATA NASCIMENTO: 08/09/1908 PAI: FAVIO CARVALHO BORGES MXE: LILIAN CONTIJO DORGES

NOVA PUNTE, 19 de MATO 40 2010 12:27:59

NEUZA NVAES O VETAA MELLE ESCRIVATU) U JUDICIAL

ATEMORO:

Certidão composta de 801 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrânico. Qualquer emendo ou rasura gera soa invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa da fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente outenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora, de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2018

> FARUM LOCAL - JUIZADO ESPECIAL S. GOVERNADOR VALADARES, 2045 BAIRRO: SXO JOXO CEP: 38160000 NOVA PONTE - MINAS GERAIS

> > Zgon

A de



ATA DE REUNIÃO Nº 209/2010

SESSÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA(S) TÉCNICA(S) E PROPOSTA(S) DE PREÇO(S).

CONCORRÊNCIA Nº 020/2010/CEL/MC

SERVIÇO: FM - CANAL: 215- - CLASSE: C - GRUPO: A

PREÇO MÍNIMO: R\$ 87.908,48

LOCALIDADE: PARANAPUÃ/SP

Em 21 de maio de 2010, sexta-feira, às 09h00 (nove horas), no salão nobre, subsolo do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente Alvimar Bertrand D. G. de Macedo, Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de recebimento dos invólucros contendo a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço dos interessados na licitação acima identificada, conforme publicação no DOU de 12 de fevereiro de 2010, Seção "3", Número 30, Página 155, sendo desenvolvidas as atividades a seguir: (1) Assinatura da lista de presença dos representantes das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, que será anexada à presente Ata, que ficou a disposição dos interessados das 08h00 (oito horas) às 09h00 (nove horas), bem como distribuição dos crachás respectivos. (2) Convocação das licitantes para entrega dos Invólucros à Comissão pela ordem da aludida lista de presença, qual seja: 1 - NSTV SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 11394242/0001-23; 2 – FUNDAÇÃO BRITO JUNIOR DE TV RÁDIO EDUCATIVA, CNPJ nº 11056855/0001-50; 3 - RÁDIO ANPELAR LTDA., CNPJ nº 11493600/0001-55; 4 - OLA FM SOCIEDADE LTDA., CNPJ nº 11950849/0001-42; 5 - SISTEMA MID DE COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 11273188/0001-68; 6 -EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., CNPJ nº 11422257/0001-58. (3) Rubrica em todas as partes coladas dos envelopes contendo as Documentações de Habilitação e as Propostas Técnicas e de Preço pelos membros da Comissão e pelos representantes das Proponentes, ou seus procuradores legalmente constituídos. (4) Abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação das licitantes, conforme a ordem da lista de presença, e rubrica dos documentos respectivos pelos membros da Comissão e pela comissão eleita pelos representantes das Proponentes, ou seus procuradores legalmente constituídos, sendo verificada a seguinte quantidade de páginas por invólucro: 1) NSTV SISTEMA COMUNICAÇÕES LTDA., (66 páginas), 2) FUNDAÇÃO BRITO JÚNIOR DE TV RÁDIO EDUCATIVA, (71 páginas), 3) RÁDIO ANPELAR LTDA., (40 páginas), 4) OLA FM SOCIEDADE LTDA (57 páginas), 5) SISTEMA MID DE COMUNICAÇÕES LTDA., (32 páginas), 6) EMPRES

Ata de Reunião nº 209/2010 de 21/05/10 - Cone. nº 020/2010 - CEL/MC - Página 1 de 3

Jul.





SERVICO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., (83 páginas). (5) Os envelopes contendo as propostas, uma vez rubricadas, foram acondicionadas em envelopes do tipo starlock de números 4591037 (Propostas Técnicas) e 4583289 (Propostas de Preço), e ambos lacrados no malote de cor verde tipo snapseal sob o n.º 0005060, c mantidos sob a guarda da Comissão Especial de Licitação. (6) Foi comunicado aos proponentes que os documentos de habilitação rubricados nesta sessão serão escaneados e disponibilizados em meio magnético aos interessados em 02 (dois) dias úteis, sendo que os originais estarão disponíveis para vistas após sua análise por parte da Comissão Especial de Licitação, conforme o subitem 10.6 do Edital. (7) O Presidente franqueou aos concorrentes a possibilidade de consignação em ata de qualquer manifestação, nada sendo requerido. (8) O Sr Presidente determinou que fossem registradas em ata as seguintes intercorrências: a) A Comissão Especial de Licitação propôs aos licitantes presentes a formação de comissão composta de 03 (três) concorrentes para assinatura dos documentos de habilitação, o que foi aceito sem nenhuma objeção, tendo se oferecido as seguintes pessoas: o Sr BRUNO ANIBALL DE PEIXOTO DE SOUZA, representando a licitante FUNDAÇÃO BRITO JÚNIOR DE TV RÁDIO EDUCATIVA; o Sr. IGOR GABRIEL BORGES, representando a licitante OLA FM SOCIEDADE LTDA, e o Sr VALDIR DE ASSIS DA SILVA, representando a licitante SISTEMA MID DE COMUNICAÇÕES LTDA. b) O representante da FUNDAÇÃO BRITO JÚNIOR DE RÁDIO E TV EDUCATIVA, exibiu cópia dos atos constitutivos para a entrega dos invólucros. c) O representante de RÁDIO ANPELAR LTDA, exibiu o contrato social para a entrega dos invólucros. d) O representante de OLA FM SOCIEDADE LTDA, exibiu o contrato social para a entrega dos invólucros, e) O Sr Presidente solicitou ao representante de OLA FM SOCIEDADE LTDA, que identificasse o invólucro contendo a proposta técnica da proponente. f) O representante da licitante EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONOUISTA LTDA., se ausentou do recinto após a entrega dos invólucros, antes do término da sessão, sem que assinasse a presente ata. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 10h30 (dez horas e trinta minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes, ou por seus procuradores legalmente constituídos.

AR BERTRAND D/G. DE MACÊDO

Presidente

Titular

ERIKO MENDES DOMENICI

Vice-Presidente

JOSÉ. DILSON BEZERRA TORQUATO

Titular

Representantes ou Procuradores

I – NSTV SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ 6° 11394242/0001-23

Ata de Reunião nº 209/2010 de 21/05/10 - Conc. nº 020/2010 - CEL/MC - Página 2 de 3 .





2 - FUNDAÇÃO BRITO JÚNIOR DE TV RÁDIO EDUCATIVA. CNPJ nº 11056855/0001-50

> 3 - RADIO ANPELAR LTDA. CNPJ nº 11493600/0001-55

4¹ OLA FM SOCIEDADE LTDA CNPJ nº 11950849/0001-42

5 - SISTEMA MID DE COMUNICAÇÕES L'TDA. CNPJ nº 11273188/0001-68

AUSENTE
6 – EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.
CNPJ nº 11422257/0001-58

- America

A.

Quy 8

Ata de Reunião nº 209/2010 de 21/05/10 - Conc. nº 020/2010 - CEL/MC - Página 3 de 3

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL





FOLHAN" 03 / OZ

CONCORRÊNCIA Nº 020/2010-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES DATA: 21/05/2010

SERVIÇO: FM - CANAE: 215 | CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): PARANAPUÃ - SP

/					
N°	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ:	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR E CPF:	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
/	NSTU SISTEMAN CLE.	Colonia Colonia	The state of the s	J.	situs welice con b
CNPJ	11 344 242 10001:23	312.372.421-68			
1	Jamolacair Bruto Jenior de Raidro unti Educativa	Bruns G P. de 20030 DAB-DO 13 979	0 5/1	-056	5 nume abra
CNPJ	1/.0.56 8.55 /0001-50	361875961-49			
-)	Rodio Ampular Itala	Claide of plans			(bicheschrigment (1) 8260 CEUM
		2fg 511 119 - 53	1. 1 1/24	122	611 82.60 CE 44
CNPJ	11.497. boc 10001-55	27.51 .118 -53		4	16
,		~		•	200



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMISSÃO ESPECIAL DE LIÇITAÇÃO – CEL

CONCORRÊNCIA Nº 020/2010-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEZ DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES DATA: 21/05/2010

SERVIÇO: FM - CANAL: 255

CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): PARANAPUÃ – SP

FOLHAN"OZ/OZ

N°	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ:	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR E CPF:	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
4	(De FM Sociecous LIDA	Top got al Congr	Tegor Goldwal Bouges	Lyon	134 0162-3954
CNPJ	11 .950. 349 /0001-42	038 .354 .336-60		3. A. A.	
ζ.	515+EMA MID DE COMUNICAÇÕES LABA	19515 2 5165 89581840125	MAK	(a)	(7243625-0902
CNPJ	11 213 188/coci /0001-				
b	COLVESTA CTON.	meoises car met	#	and the	61-5253 4868.
CNPJ	11 .422. 257/0001-58	503 .510 .773 -32		20	65

Nesta 3000,0 86 10 4 06 Geiden Comes

Nome and the second of the second





AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO N.º 151/2010

PROCESSO

53000 026104/2010-91

LICITANTE

OLA FM SOCIEDADE LTDA.

CONCORRÊNCIA:

020/2010

LOCALIDADE

PARANAPUĀ-SP

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À PROPONENTE

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
4.1	Pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras.	х			05/ 06	*
4.1	Com sede e administração no País.	Х	-	~	05	
4.1	Com pelo menos 70% do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	x	a, -	127	05	
4.1.1	Participação de capital estrangeiro de acordo com a Lei n.º 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que possuam participação direta ou indireta de estrangeiros em seu capital social).	-		X		
4.2.1	Recadastrada conforme Portaria MC n.º 447/2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).		_	x		
5.1.1	Ato constitutivo em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrado na repartição competente.	х	- 0	_	05/ 06	,
5.1.1	Ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data de recebimento da documentação e propostas (dispositivo aplicado somente a Sociedades Anônimas – S/A).		-	X		-
5.1.1.1	Atividade de execução de serviços de radiodifusão dentre os objetivos sociais. Ata de eleição da Diretoria (dispositivo	х	- 1		05	





Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
	aplicado somente a Fundações).	-	-	X	-	-
5.1.1.3	1.1.3 Atos constitutivos de todos os sócios pessoas jurídicas, até que se comprove a observância do art. 2º da Lei 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu quadro societário).		_	X		_
5.1.1.4 Documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante da Proponente (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu				х		
5.1.3	quadro societário). Declaração conforme Anexo I.	Х	-	-	09/10	
5.1.4	Declaração conforme Anexo II.	X			11/12	-
5.1.7	Alvará de funcionamento ou documento congênere.	X			34	
5.2.1	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou do exercício anterior caso não tenha transcorrido o prazo legal de sua divulgação (dispositivo aplicável somente a licitantes em atividade).		-	x	-	
5.2.2	Balanço de abertura (dispositivo aplicável somente a licitantes inativas ou constituídas há menos de um ano).		-	-	35/ 37	2
5.2.3, 5.2.3.1 e 5.2.3.1.1	Carta de fiança bancária emitida em favor da proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo, equivalente a 1% do valor mínimo previsto pela outorga, válida por 24 meses a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas (dispositivo não aplicável se a licitante optou por caução em dinheiro).		-	x	, -	1
5.2.3 e 5.2.3.2				-	39	
5.2.5 "b"	Índice de solvência ≥ 1,0	x	-		35/ 37	1







Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.3	Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não					
1	anterior a 3 (três) meses da data prevista				40	
	para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.	Х	-	-	1	-
5.4 "a"	Prova de inscrição no CNPJ	X		-	41	-
5.4 "b"	Prova de regularidade relațiva à Seguridade Social.	X		_	42	
5.4 "c"	Prova de regularidade relativa ao FGTS.	Х	-	-	43	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito	-1		*		
,- *	para com a Fazenda Nacional, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do		- (1000 11)		44	
/-	Edital.	·X	77.4- 4			-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual, emitidas de		-			
	acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	x	0	-	45	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal, emitidas					16
	de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	x	-	_	46	-







DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A SÓCIA RANY CAROLINE GONTIJO BORGES (DIRIGENTE)

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou			,	07	
	de igualdade de direito civis para os			1-		1
	portugueses.	Χ÷	-	-		-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Criminais)		,			
	dos locais de residência e de exercício de					
	atividade econômica nos últimos cinco				29 .	
	anos, emitida de acordo com o subitem					
	5,1.5.1.	X			-	-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Cíveis) dos					
	locais de residência e de exercício de			_		
	atividade econômica nos últimos cinco				29	_
	anos, emitida de acordo com o subitem					
	5.1.5.1.	X	-	-		-
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Criminais)					
	dos locais de residência e de exercício de					,
	atividade econômica nos últimos cinco		`	ļ	13/	18
	anos, emitida de acordo com o subitem			i	14	1 1
	5.1.5.1.	X	<u>-</u>		151	-
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Cíveis) dos			1	15/	
	locais de residência e de exercício de		ļ	İ	16	
	atividade econômica nos últimos cinco					,
	anos, emitida de acordo com o subitem	x	,			1 3
5.1.5	5.1.5.1. Certidões dos Cartórios de Protestos de		-	+	23/	-
3.1.3	Títulos dos locais de residência e de				24	
	exercício de atividade econômica nos			1	24	
	últimos cinco anos, emitida de acordo com					
	o subitem 5.1.5.1.	x		_	-	
	o subitom 5.1.5.1.	^				
5.1.5.2	Certidões de objeto e pé de ações ou de				<u> </u>	
	documentos equivalentes que revelem as		-	= 1		
	situações processuais (dispositivo					
	aplicável somente na hipótese de as					- III y
	certidões referidas no subitem 5.1.5 do					
	edital conterem menção positiva).	-	-	X	-	
5.1.6	Prova de quitação com as obrigações					
	eleitorais.	X	-	_	30	-







DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO SÓCIO IGOR GABRIEL BORGES (DIRIGENTE)

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2-	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou				08	
-	de igualdade de direito civis para os portugueses.	x		_		_
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco		J		- 28	
	anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	x	_	_		- 2
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco				28	
	anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	Х	-	-		-
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	_	*	20/ 21/ 22	
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	х	_	_	17/ 18/ 19/	a.c.
5.1.5	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	Х	_		25/ 26/ 27	1
5.1.5.2	Certidões de objeto e pé de ações ou de documentos equivalentes que revelem as situações processuais (dispositivo aplicável somente na hipótese de as certidões referidas no subitem 5.1.5 do edital conterem menção positiva).	,	,	X		
5.1.6	Prova de quitação com as obrigações	·····		/1	32	2
Δ	eleitorais.	Х		-		J-





Com fundamento na análise apresentada, recomendo à Comissão Especial de Licitação que considere a proponente OLA FM SOCIEDADE LTAD. como HABILITADA para a Concorrência nº 019/2010-CEL /MC

Brasília (DF), 24 de maio de 2010.

RUSSIL DE BEM ASSESSOR

Em 25 de Mario de 2010.

Após exame do que constam dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO N.º /2010 de fls. a . Consigne-se em ata própria a decisão tomada e publique-se.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO Presidente da Comissão Especial de Licitação

¹ IS = 20.000,00/(1)= 20.000,00. O balanço patrimonial da licitante foi elaborado sem a utilização das contas do passivo circulante (obrigações e encargos com vencimento no curso do exercício subseqüente à data do balanço patrimonial) e do exigível a longo prazo (obrigações e encargos com vencimento após o término do exercício subseqüente à data do balanço patrimonial), o que significa que seu grau de endividamento é 0 (zero), o que é esperado, haja vista tratar-se de empresa sem atividade economica, criada para disputar licitações de radiodifusão. O procedimento é correto, vez que nas demonstrações contábeis somente são discriminadas as contas em uso, eis que elencadas conforme a ordem crescente dos prazos esperados de realização (contas do ativo) ou a ordem crescente dos prazos de exigibilidade, estabelecidos ou esperados (contas do passivo), conforme subitem 3.2.2.2 da NBC T.3 — Conceito. Conteúdo, Estrutura e Nomeclatura das Demonstrações Contábeis, do Conselho Federal da Contabilidade, aprovada pela Resolução CFC N.º 686/90. Vale dizer, que conforme subitem 5.2.5 do edital se PC+ELP=0, será considerado o fator 1 como divisor.

the de processor do
Nesta dete anevei sos autos do processo de
que assim numerei: ZZ ZZ
Data: 28 1 05
Nome:
Agoinatura:





ATA DE REUNIÃO Nº 235/2010

Em 26 de maio de 2010, às 15h15 (quinze horas e quinze minutos), na sala de reunião da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na sobreloja, sala 110, do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R", Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009 e suas alterações em conformidade, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D.G. de Macêdo, Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros titulares Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de "habilitação" de proponentes, com relação à concorrência indicada a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1) O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os resultados de análise de documentos de habilitação, com a numeração constante desta Ata; (2) Após as devidas verificações a Comissão aprovou as conclusões contidas nos mencionados resultados assinando-as e adotando providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos integrantes da Comissão.

CONCORRÊNCIA(s) N°(s)	AVALIAÇÕES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO N°(s)
020/2010-CEL/MC	148, ½51, 152, 153 e 154/2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACEDO

Presidente

EDMAR DE FREITAS MACHADO

Titular .

ERIKO MENDES DOMENICI

Vice-Presidente

IOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO

Titular

AVISOS

A Comissão Especial de Lieitação, constituído pela Portecio MC n.º 432, de 24 de julho de 2009, publicado no DOU de 27/07/2009, e com base no/s) Edita(s) de Lieitação, torno pública a obertura de praxo para apresentação de IMPUGINAÇÃO(s) ao/s) recurso(s) Interposto(s) na fase de habilitação, nua(s) Concorrênola(s) Indicadu(s) no(s) Anexo(s) è v II.

Os autro(s) do(s) processo(s) exterão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitáção, Sobreloja - sals 104. Ministéria das Comunicações, no seguida enderaço: Esplusado dos Ministérios, Bloco R. Ed. Sede, Brasifia/DF, sis evenuais recursos devertas ser protecofizados no Protecolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do peazo de cincu dias dieis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 119 da Lei nº 8.666, de 21 de jurbos de 1993. lunho de 1993.

> Brasillo - DE 27 de malo de 2010. ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACEDO Presidente do Combado

ANEXO 1

RECURSOS CONTRA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

1	Cinc. N.* CELASC OR6/2010	UF	Localidade(s)	Serviço	Recurrente	Recurrida
	006/2010	CH.	Forquilha	.1.0	Ocan Comunicação Digi-	Empresa de Radiodifusão Conquista Lida,
-	006/2010	CE	Fugusille	TV	RA Participações Lida.	Courant Radiodifusto Lida.
	006/2010	CE	Facquilla	1√	Sistema Puliguar de Cu- municación Lida.	Gueroni Rudicelifusão Ltda.
	006/2010	CE:	Forquilhu	TV	Sistema Patiguar de Co- municação Ltda.	RA Participações Lida.
	006/30/0	CE	Forquilhu	TV	TV Vale Jugumibano L1-	RA Participações Lida.
	004/2010	CE	Parquilha	TV	Oma Comunicação Digi-	SI Serviços de Comunica- cos Lida-ME
	006/2010	CE	Forquilhu	TV	Sistema Pollman de Cu- maniencia, Lida,	Sistema Maior de Radiodi-
	006/2810	CĒ	Fosquilha	٣v	Sistema Pallguar de Co- municação Lido.	TV Vale Juguaribano Lida.
	008/2010	PΆ	CurlonApolia	ŤV	Ocun Comenicação Digi-	Empresa de Radiodifusio Compinta Lata
Ì	008/2010	PA	Curionópolia	TV	Ocen Countries Digi- tal SE Lide.	SF Serviços de Comunica- ções LtdsME

ANEXO II

RECURSOS CONTRA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

CELMC UF	Localidade(a)	Serviço	Recorrente RCC-Rede Cristalino de Comunicação Lida.
008/2010 PA	Curionópolis	TV	RCC-Rede Celaralino de Comunicação Lida.

A Comiasto Especial de Licitação, constituida pela Porturio MC n.º 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no Edital de Licitação, torna pública a abertura de pasar para apresentação de IMPUQNAÇÃO, o recurso no Concordência indicado no Anexo Unico.

Os unio(s) do(s) processo(s) estarão disponíveir no Securiaria da Cuminda de Especial de Licitação, Sobreloja - ania 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R. Ed. Seda, Brasilla/701; os eventuais recursos deverão ser postocolizados no Protocolizados no Referenda de Ministério, sendo que a contagera do proza de cinco dias tieta terá intela partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a neor do §5°, do em, 109 da Lei nº 8.656, de 21 de Reson de 1993. Rusho de 1993.

> Brasille - DF, 27 de maio de XII(). ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÉDO Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

		1			
Cone, N.	UF	Lucu-lida-	Ser-vi-	Recurrente	An questionado
CELPAR	RN	Ueth)	7731	DA D. Alder	Decisão do Comissão Especial de Licitação
Harraday	1KUA	Mossoro	1	RA Participus coes Lido.	fine figure backiliterin i tacamé insulante
1				feeta eran.	por Rede 2 de Comunicações Lida, a for-
!		-			nou inabilitada no certame.

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO

A Cumbsão Especial de Licitação, por hazo de Partaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/47/2009, e suas alterações, em cunformidade cum o Edito) de Licitação, torno público o(s) restituto(s) de análise do documentação do(s) proposente(s) identificado(s) no(s) concentração constante(s) do(s) anesnés).

correnciațai constantețai unță acentei.

Da autoa doa processos, em atençăn un subitem 10,6 do Editul, eaterbo disponivels para
obtenção de visua de 31 de moio a 04 de junhu de 2010, fa Comissão Especial de Lichação, no-seguinte
endereço: Espianada dus Ministérios, Bloco R. Sobreloja - sala 110, Ed. Sede. Brasilia/DF.
On eventuais recursos deverto aer protoculizados no Protoculo Geral deate Ministério, sendo

sque a contingem do prazo de cinco dias diels, para sua interposição, darsie-d a partir de 07 de junho de 2010, confurme o subitem 11.) do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alinea "a", §5°, art. 110, todos da Lei nº 8 666, de 21 de junho de 1993.

Brasilia - DK 36 de majo de 3016. ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÉDO Presidente du Combission

Concumbacia Nº 019/2010-CFLAVC. Localidade de Microsidentia/SP

Programents	Servicu	Nº do Processo	Resultado
SISTEMA ADONAL DE COMUNICAÇÃO LT-	FM	53000.025766/10	HABILITADA
REDE BRASIL DE RADIODIFUSAO LTDA.	FM	\$3000,025765/10	FIABILITADA
JUARANI RADIODIFUSÃO LIDA.	EM.	53000.02577(VIO	HABILITADA
OLA FM SOCIEDADE LTDA.	FM	53000,025764/10	HABILITADA
ROTA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.025767710	HABIL/TADA
NSTV SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LT-	PM	53(XX).025768/10	HÄBILITADA
MPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA	FM	53000.025760/10	HABILITADA
ISTEMA IM DE COMUNICAÇÃO LIDA.	FM	53000.025759/10	NÃO HABILITADA
BENETTI COMUNICAÇÕES MIRANDOPO-	FM	\$30xX),()25761710	NAO HABILITADA
RADIO ANPELAR LTDA.	PM	\$30KXL025769/10	NÃO HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009. publicada no DOU de 27/07/2009, e assas ultrações, em conformidade com o fallat de Licitação, torque público o(a) resultado(a) da análias da documentação data) propomente(a) identificada(a) na(a) concentração consente(a) do(a) anaco(a).

contencia(s) consumetally do(s) assexu(s).

On outer due processors, am atenção un autilitem 10.6 do Edital, exterán disponíveis para obtenção de vistas de 31 de maio a D4 de junho de 2010, na Comisaño Especial de Licitação, so se quinte entercer: Esplanada dos Alinistérios, Bloco R. Subredaja - sola 110, Ed. Secte, Brasília/DF.

Os eventuais recursos de verito ser protocolizadas no Protocolo dera deste Ministério, sensio que a contagent do prazo de chora das dielas, para sita interposição, dar-se-é a partir de 17 de junho de 2010, cunfinme o autilitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 179, inclso 1, atínea "a", §5", at., §10, sodos da Lei nº 8,666, de 23 de junho de 1993.

Bradile - DF. 26 de maio de 2010 ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACEDO Presidente da Comissão

ANEXO (

Concorrencia № 020/2010-CEL/MC, Localidade de Paranapul/SP

Promonente	Servico	Nº do Processo	Resultado
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUIS-	FM	53000,026100/10	HABILITADA
NETV SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LT-	FM	53000,026099/10	HABILITADA
OLA FM SOCIEDADE LTDA.	EM	53000.026104/10	NAO HABILITADA
SISTEMA MID DE COMUNICAÇÕES LT-	FM	53000,026102/10	NAO HABILITADA
RADIO ANPELAR LTDA	FM	53000.026103/10	NÃO RABILITADA

A Comissão Especial de Liejtoção, por meio de Portario MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e una afterações, per conformidade com o Edital de Licitação, torno pública o (a) resultado(s) da análisa da documentação da(s) proponente(s) identificado(s) nota) conconfinciats) constante(s) do(s) anexo(s).

contentia) contentia) do(s) anexo(s).

On autor dos processos, em atenção no auhitem 10.6 do Edital, estarto disponíveis para obranção de vistas de 31 de maio a 04 da junho de 2010, no Comtasão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Eliero R. Sobrelojo - ania 110, Ed. Sede, Brastlia/DF.

On eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Gend deste Ministério, sendo

que a costagem do parau de cinco días óseis, para sua interpenição, dar-se-à a partir de 177 de junho de 2010, conforme o sobitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do anigo 109, inciso 1, alinea "a", §57. art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

> Brastlin - DE 27 de main de 2016 ALVIMAR BERTRAND D. C. DE MACÉDO Presidente du Comissão

ANEXO I

Concerrência Nº (021/20)()-CEL/MC, Localidade de Angolfodia/MCI

Promanente	Services	N. da Processo	Resultado
SISTEMA MID DE COMUNICAÇÕES LIDA.	FM	53000.026647/10	HABILITADA
RIO POCE COMUNICAÇÃO E MARKETINO	FM	53000.026644/10	HABILITADA
OLA PM SOCIEDADE LTDA	.FM-	53000,026645/10	HABILITADA
FUNDAÇÃO BRITO JUNIOR DE RADIO E	FM	\$3000.026643/10	NÃO HABILITADA
RADIO ANPELAR LTDA.	FM	53000.026646/10	NAO RABILITADA

ANEXO II

Concurrância Nº 022/2010-CEL/AIC, Lucalidade de Cambuquira/MG

Principente	Servica	Nº do Processo	Reaplado
OLA FALSOCIEDADE LTDA.	FM	53000.026910/10	HABILITADA
VP.D. EMPRESA DE RADIODIFUSAO LT- DA-ME	FAI	33000.026907710	NAO HABILITADA
PENIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LT.	FAL	53000.026913/10	NAO HABILITADA
RADIO ANPELAR LIDA.	FM	53000.026911/10.	NAO HABILITADA

Documento assinuto digitalmente conforme MP nº 2 200-2 de 24000/2001, que litatira a Infraestruture de Chaves Públicus Brasilein

Este decumento pode ser verticado no endereço aterração hapitarando, govirdamento da lebera. ylu código (20)32010052800105





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA – CGCE

PARECER № 141/2012/LMT/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL nº 53000.007365/2010-10

RECORRENTE: OLA FM SOCIEDADE LTDA. PROCESSO: 53000.026104/2010-91

EMENTA: Concorrência Nº 020/2010 – CEL/MC. Permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, para a localidade de Paranapuã, no Estado da São Paulo. RECURSO NA FASE DE HABILITAÇÃO.

Recurso interposto por OLA FM SOCIEDADE LTDA., em face da habilitação de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA. Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a recorrida.

Senhora Coordenadora.

I. RELATÓRIO

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica (por meio do Memo. Nº 232/2011/CEL-MC – fl. 51 do processo principal) os processos da Concorrência nº 020/2010 – CEL/MC em referência, cujo objeto é a outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, para a localidade de Paranapuã, no Estado da São Paulo.

- 2. O resultado da habilitação da Concorrência em questão fora publicado em 28.05.2010 sexta-feira (fl. 46 do processo principal), ocasião em que a Comissão, em atenção ao subitem 10.6 do Edital¹ disponibilizou os autos dos processos para obtenção de vistas, entre os dias 31 de maio a 04 de junho de 2010. Na sequência, concedeu a oportunidade para interposição de eventuais recursos, no prazo de cinco dias úteis, a contar a partir de 07.06.2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do art. 109, inciso I, alínea "a", §5º, art. 110, todos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 3. Apresentados os recursos, foi publicado Aviso (fl. 47 do processo principal), em 18.06.2010 sexta-feira, a fim de que fossem oferecidas impugnações aos recursos interpostos na fase da habilitação da presente concorrência, no prazo de cinco dias úteis, a contar a partir do primeiro dia útil após a respectiva publicação.
- 4. Inconformada com o resultado, a proponente OLA FM SOCIEDADE LTDA interpôs o recurso de fis. 106 (processo Nº 53000026100/2010-11), em face da habilitação de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., na data de 11.06.2010 (logo, tempestivamente²). Alega, em síntese, que a empresa recorrida, descumpriu a exigência do item 5.4 "d" do edital, no tocante a não apresentação de Certidões Negativas de Débito ou Certidões Positivas com Efeito de Negativas de Débitos para com a Fazenda Estadual, e que,

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 920 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF Telefones: (61) 311-6535/311-6197 Fax: (61) 311-6602 Email: conjur@mc.gov.br

¹ Os proponentes terão acesso à Documentação de Habilitação após a análise da Comissão especial de Licitação. /

² A respeito da tempestividade do referido recurso, insta mencionar o seguinte: o art. 110 da Lei nº 8.666, de 1993 prevê que: "Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário."

- a Certidão apresentada não tem eficácia sem a apresentação da certidão da dívida ativa do Estado, como pode ser observado na certidão constante na pág. 92 do processo em referência. A recorrida não impugnou o recurso interposto³.
- 5. Em 17.05.2011, a Comissão elaborou a Informação de fis. 109 (INFORMAÇÃO MC/CEL/Nº 222/2011, Proc. 53000026100/2010-11), concluindo pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto por OLA FM SOCIEDADE LTDA., mantendo o seu Ato que habilitou a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.

II. FUNDAMENTAÇÃO

- 6. No que se refere a Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual (fl. 92), de fato, tem-se que tal documento deve vir acompanhado da Certidão da Dívida Ativa do Estado, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, sob pena de não ter eficácia.
- 7. A despeito de não haver a recorrida apresentado a Certidão da Dívida Ativa do Estado, a mesma acautelou-se no sentido de apresentar, em fls. 78/80, Certidões Judicia! Cíveis Negativas, indicando a ausência de cobranças ou execuções judiciais, bem con Certidão de Ausência de Protestos (fl. 84).
- 8. Consideremos, alnda, que o tempo de constituição da empresa, que tem por seu objeto social exclusivo a exploração e prestação de serviços radiodifusão (Cláusula 3ª do Estatuto Social), de acordo com o seu registro na junta Comercial, data de 23/12/2009, sendo, portanto, tido como um curto espaço de tempo para que a mesma tenha adquirido dívidas.
- 9. Por fim, resta irretocável o argumento da Comissão (informação nº 222/2011), visto ter a recorrente preenchido um dos pressupostos objetivos do recurso a saber, a tempestividade.
- 10. Nesse diapasão, opina-se pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto por OLA FM SOCIEDADE LTDA., mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a recorrida (EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA).

III. CONCLUSÃO

Em razão do exposto, pode-se concluir o seguinte:

(I) pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto por OVA F. SOCIEDADE LTDA., mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a recorrida.

A consideração superior.

Brasilia, 3/ de faunto 2012

Advogada/Assistente - OAB/CE n.º 16.462

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

³ No dia 18.06.2010 fora publicado o Aviso para abertura de prazo para apresentação de impugnação aos Recursos Interpostos contra habilitação de terceiros.

2





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-CGCE

PARECER № 331/2012/LMT/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL nº 53000.007365/2010-10

RECORRENTE: OLA FM SOCIEDADE LTDA.

PROCESSO: PROCESSO: 53000.026104/2010-91

EMENTA: Concorrência Nº 020/2010 – CEL/MC. Permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, para a localidade de Paranapuã, no Estado

da São Paulo, RECURSO NA FASE DE HABILITAÇÃO.

Aprovo o PARECER Nº 141/2012/LMT/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra da advogada, Dra. Luciana Maria Tavares Rodrigues, Assistente da Coordenação-Geral de Assuntos jurídicos de Comunicação Eletrônica-CGCE.

Encaminhem-se os autos ao Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 31 de janeu de 2012.

Tatiane Flores Cavalcante Razuk

Advogada da União Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

PARECER Nº 332/2012/LMT/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU PROCESSO PRINCIPAL nº 53000.007365/2010-10

RECORRENTE: OLA FM SOCIEDADE LTDA. PROCESSO: 53000.026104/2010-91

EMENTA: Concorrência Nº 020/2010 – CEL/MC. Permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, para a localidade de Paranapuã, no Estado

da São Paulo, RECURSO NA FASE DE HABILITAÇÃO.

Aprovo o DESPACHO Nº 331/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos, que aprovou o PARECER Nº 141/2012/LMT/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasilia, de levere il de 2012.

Daniel Pereira de Franco

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jutídicos de Comunicação Eletrônica

3





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER Nº 333/2012/LMT/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU PROCESSO PRINCIPAL nº 53000.007365/2010-10

RECORRENTE: OLA FM SOCIEDADE LTDA.

PROCESSO: PROCESSO: 53000.026104/2010-91

EMENTA: Concorrência № 020/2010 – CEL/MC. Permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, para a localidade de Paranapuã, no Estado

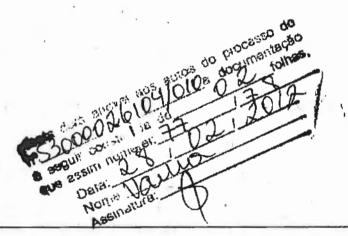
da São Paulo. RECURSO NA FASE DE HABILITAÇÃO.

Aprovo o DESPACHO Nº 332/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº PARECER Nº 141/2012/LMT/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

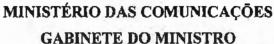
Brasília, 16 de feverir de 2012.

José Flávio Bianchi Consultor Jurídico EN BRANCO



PUBLICADO NO D.O.U. DE 28/02/12





DESPACHO DO MINISTRO

Em 24 de fevereiro de 2012.

Tendo em vista o recurso interposto contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA na Concorrência nº 020/2010, para a localidade de Paranapuã, no Estado de São Paulo, acolho o PARECER Nº 141/2012/LMT/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer do recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

PAULO BERNARDO SILVA Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

RECURSO- CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	ŔECORRIDA
020/2010	SP	PARANAPUĀ	FM	OLA FM SOCIEDADE LTDA.	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA
					LTDA.



Nº 40, terea-feira, 28 de fevereiro de 2012

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

C

Realizar cursos internacionais em Televisão Digital	Secretaria de Teleconiunica-	Número de cursos realizados	Somatôno du numero de numes tealizados	Umdade	2
Formar monjures de telecemras por meia de cursos de qua- lificação básiça de uso técnico e instrumental das ferramentas relacionadas às tecnologias da informação e comunicação.	Secretario de Inclusão Digi-		Samulário do número de monitores de telecentros formados	Unidade	1 000
Manter pontos de presença GESAC com conexão em fin- cionamento	Secretario de Inclusão Digi- tal	Número de pon- los de presenço GESAC em l'un- cionamento	Somatério dos pomos de presença em funciona- mento, com trafego de conexão registrado	Umidade	12 000

fonalistas-dio é o número de unalistas envolvidos na atividade multiplicado pelos dias úteis do período mensurado.

DESPACHOS DO MINISTRO Em 24 de fevereiro de 2012

Tendo em vasa o recurso leterposto pela enudade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARAÍSO SM, em ther da decisão de arquivamento do seu processo relativo á minorga para execução do serviço de redisdidade comunidaria para a localidade de Campo Lumpo Paulista, no Estado de São Paulo, seolho o PARECER Nº 1357/2011/MMM0CGCE/CONTUR-MCCGU/AGU, de sone a conhecer o recurso, mas, no mento, negar-the proximento, conforme Anexo Unico, nos termos da legislução vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

AVISO DE DIABILLITAÇÃO	LF	LOCALIDADA	SERVECO	RECORDESTE	PROCESSO:
97/2 mag	SP	LAMPO LOTED PALLISTA	RADIOBIFUSACI	ASSOCIAÇÃO COMESTIÁRIA PARAÍSO EVI	5.U429.002954/4H
	,		COST NOTÁBIA		

Tendo em vista o recurso interposto contra decisdo da Comissão de Licitação, que habilitua EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA na Contembrem nº 021/2010, para a localidade de Paranapuli, na Estado de São Paulo, acolho a PARECER Nº 141/2012/LMT/CGCE/CONJUN-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer de recurso e negar-lhe proximento, conforme Anexo Unico, nos termos da legislopão cogenia e das normas estabelecidas no respectivo Edital,

ANEXO UNICO

RECURSO- CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº BA CONCORRÊNCIA LEI/M	LF	LOCALIDADE.	SERVICO	RECORNEY	HECORRIDA
PERMIT	5P	LIBANAPAL	F3(QUA FOI SOCKEDADE LIDES	EMPHERA DE RADIODIN SÃO CONQUESTA LIDA.

Tendo em visto a Representação interposta por P.I SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA contra decisão do Comusão de Licitação que a DESCLASSIFICOU DE OFICIO na Concorrência nº 006/2009, pura a ioculdade de Condesta, no Estado da Bahia, aculto a PARECER Nº 109/0012LAT.COCEICONIUR.MC/COUAGU, de sorte a não conhecer da Representação, conforme Anexo Unico, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas na respectivo Edital. Todavia, invocando-se a autoratelo administrativa, operouse a revisão de oficio, do ato da Comusão que desclassificou a recorrente, administra os ser o sobre por ocessão da dendocia, por ocessão da dendocia.

ANEXO UNICO

REPRESENTAÇÃO - NÃO CONTIECIDA

	`			
SEDA CONCORRENCIA CEDAME.	1.0	LUCALIDADE	MERVIED	RECORRENTE.
094/2609	BA	CONDECTA	EM	PL SURVICOS DE COMUNICAÇÃO LIDA

Tendo em vista o recinso interpesto contra decisão do Comissão de Licitação, que habilitas RADIODIFUSÃO CONDEUBENSE LTDA na Concorrência nº 006/2009, para a localidade de Condedida, no Estada da Idulad, acolho a PARECER Nº 110/2012/LNT/COCE/CONJUR-MC/COU AGU, de sorte a conhecer da recursa e negacilhe provincento, conforme Anexo Union, nos territos da logislação vigente e das normas combetendas no respectiva Edital

ANEXO UNICO

RECURSO- CONIJECTOD E NÃO PROVIDO

N. D.J. CONCORRÊNCIA LEUNIC	11	LOCALIDADE	SERVICO	necolouste	RECORRIDA
	84	CONDICIA	FM.	THE RESOURCES DE CUMUNICAÇÃO LAMA	RADIDHOUSTO CONDECRENCE LIDA

PAULO DERVARIO SEVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 555, DE 30 HE JANEIRO DE 2012

Processo nº 51500 003739/2008 - Declara extinta, por renúncia, a pairir de 17 de novembra de 2011, a autorização ostologida à E1 BRASIL TELECOMUNICAÇÕES SIA. CNP) nº 60.522.93/0000/1-48, por intermétio da Ato nº 4-446, de 30 de julho de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2008, pura explorar o Serviço de Comunicação Maltimidia, interesse caletiva, por prazo indeserminado, sem caráter de exclusiv stade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nucional.

Présidente de Conselho

VEO Nº 764, OF 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo nº 53500.000755/2010. Declara extinta, par revinciu a partir de 23 de outubro de 2011, a autorização autorigada d PADLA E FORTES LTDA. ME, CNP/MF nº 08 634 8350001-16, par internédio do Atu nº 4 009, de 17 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da Umão de 28 de junito de 2010, para explorar o Serviço de Comunicação Multimidia, de interesse coletivo, par praco indeterminado, sum confer de exclusividade o tendo como área de presução de serviço todo o território nacional.

JOÁO BATISTA DE REZENDE Presidente do Conselho

ATO Nº 276, DF 7 DE PENEREIRO DE 2012

Processo nº 53500 013563/2011. Expede autorização à ADA-TEL TV E COMUNICACOES SÃO JOSE S/A. CNPJMF oº 03.554.950/0001-56, pane explorar o Serviço de Comunicação Multimida, por prara indeterminado, sem carater de exclusividade, em ámbito nacional e internacional e tenda como área de prestação de serviço todo o território nacional.

IOAG BATISTA DE REZLNDE

ATO Nº 812, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo nº 53500.006290/2010 Expede autorização a MO-TO TAXI ALVES & SANTOS LTDA, CNPI/MF nº 03.370.263.0001-80, pure explorar o Serviço Litanado Especializado, submedalidade Serviço de Radiotâxi Especializado, de interesse cubetivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tenda cumo área de prestação do serviço Municipia de Parto Ferreira, necasido de 880 Paulo. Cudorgo autorização de uso da radiofrequência autorizada, associada à autorização para a explomeção do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotâxi Especializado, aem exclusividade, por dez amas, em emiter preciora, prorrogável uma única vez e de forma poerosa, por igual periodo.

Presidente do Lorselho

VIO Nº RI9, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo nº 53500.006147/2011. Expede antorização à OLISNEI NASCIMENTO CONCEIÇÃO - ME, CNPJAIF nº 05.925.168/0001-21, para explorar o Serviça de Comunicação Multimédia, por pura indéterminada, sem catárer de exclusividade, em mínito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviça todo o território nacional.

IDAO BATISTA DI 19120 SDI Presidente da Consellar

Este documento pode ser verificado no endereço elemênico http://www.in.go.lemacoucodadeland.pelo eddigo 0001/201202000047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/00/2001, que instituto de Chaves Públicas Brastleira - ICP/Brasil

Masta data anaxei aos autos do processo de nº 5300002 b104/010 a documenteção a seguir camera: 79 porte: 09 104 12012

Nome: Double Andrewers: 79



DIRETORIA REGIONAL EM SANTA CATARINA EXTRAIOS DE LERMOS ADITIVOS

01) Seyto Termo Adusvo no Contrato nº 23 2008, Objeto Prarrogar u perfedo de vigência por 12 meses Vigência 2003/2012, Contratada Transportes Postal LTDA, Valur Okohal do Cantzao RS 70.519,51; Data de assinatura 08/03/2012, Data de Vigência de 20/03/2012 n 17/03/2013

02) Nono Terma Aditivo au Contrata nº 227/2807, Objeto: Alienat n preco por quillumetro e reduzir em 3.1141° a Valor Glochal da Contrata; Contratado Cangaleve Transportes Lida EPP, Valor Global RS 102.407.93. Date da assimotara 09/03/2012. Vigência 15/03/2012 até o término do contrato.

WISOS DE HOMOLOGAÇÃO PREGAU ELETRONICO Nº 120000002012

OBJETO: Contratação de empitesa para prestação de serviços de lampeza, santização e descontantinação a ser realizados na rede de datua do asterna de chranitanção, ventileção e essustão e respectivas essas de nitáquinas e seus acestorira, instalada no Edificio Seeda di Directoria Regional de Santa Cantina (COA/DR/SC), 460 à Rus Rumeu José Vierra, 91. Batrya Nossa Senhora da Rosário, São José/SC 110-MOLOGADO. A EMPRESA R & V Boura Ar Candicionado Lida LPP. Lote Úpico: Valor Unidara de Itera Ol de R\$ 9.23, do tem 03 de R\$ 150.12, VALOR GLOBALI R\$ 87.69.37 (column e sere mit, seiscentos e nove rems e trinta e sere contraosa.

PREG TO FEETRIPSECO Nº 12004015/2012

OBJETO Contrainção de empresa para prestação de serviços de gilância orgânica armodo ans dependências de Complexo Operacio e Administrativo - COA da Diseavis Régional de Santa Custaria período de 12 meses pudendo ser prorreguelo conforme legalo vigente. HOMOLOGADO A EMPRESA LUTUS Segurança vanda Luta, VALOR GLOBAS: 28 874 899, Jo (onocentos e sente quatro mil, miocentos e navente e nove tente e finita e sen cen-tavas).

PREGÃO LI FIRÓNICO Nº HIBBORIA 2016

OBJETO: Aquisição com instalação de circum fechada de relevisão (CFTV) para niender as insidades do Dictoria, Regincal de Sonio Caturina, diravês do Sistema de Registra de Peços - SRY HD-MOLOUADO À EMPRESA SC-SEG Condecido de Equipamentos de Segunaça Ltda ME; Lote Unico; Valor Unitário de cada um dos lá hera. 85 17.33-33, VACOR OLOBAL. RS 19.39-93 (durenos la hera. 85 17.33-33). e cinquenta e nove mil, invecentos e noventa e nove resis è noventa e cinco centavos)

OPEN ALLS ANDRE SUPPRIMER RANKS.
PERSON

PREGAD TLETRONICO Nº 12000020/2012

OBJETO Contratoção de serviços de recepcionismo pata o Centri Operacional e Administrativo e Subsecie - Puga XV de Novembro do Diretoria Regional de Santa Caterino, por de 12 mesos, podendo ser priruguado conforme legislação vigente EDITAL E INFORMAÇÕES: http://www.lictincoes-e.com/br/c/http://www.core/int.com/br/c/http://www.lictincoes-e.com/br/c/http://www.core/int.com/br/c/http://www.lictincoes-e.com/br/c/http://wwww.lictincoes-e.com/br/c/http://www.lictincoes-e.com/br/c/http://www.licti

JORGI AFFYANDIG NUDERALER RAADS

DIRETORIA REGIONAL ÉM SÃO PAULO METROPOLITANA

AVISO DE LICITAÇÃO PRIGÃO TELERÔNICO N. 12000036 - GURANDER SPAI

Objetti Fornecumento de coffice break en eventos de culturgia, conforme Edital e seta Abexos. Downhead do edital no situality invewedicimente-ecom br IID dente licitação 415898). O acolitamento das propuetas no referido átito dar-se-é a partir do 1000min. Inferio da Disputo de Lances às 09h30min da dia 20.04/2012. Abertum das Propustas: 22h4/2012 às 08h30min. Inferio da Disputo de Lances às 09h30min da dia 23.04/2012 [chomino de Hradilla]. Solicitações de escuereimento acercia de edital deverto ser envitadas ao endereça electrónica genodaregada correspos com br. No campo "assunto", mencionar. PGE 1.2000036.

RADICH TORY DESOUZA SILVA

RESULTADO DE HABILETAÇÃO CONCLIBRÊNCEA 8% (14000092 (FNG) - GERALI DELSPA

Objeto Obra de reforma do Terminal de Carjo Inquarê (TECA Ju-guarê) com instalação de elevadores su filoco III do Edificio Sede da ECT UR SPAL, conforme Projeto Básico e demais condições do Edi-

tal e sens anexos Empresa (labitanda "17 Engediaria e Cornéreia Lido" Empresas Inabilitados 1) "1904 Constitução e Comércio Lado". 2) Constitução Agusto Velloso S A " e 3) "Tecsual Engenhatin 15do" Informantos que a Segunda Reunião Pública para abertura dos envelopes "Troporta Eccinômica", dar-is-4 no dia [30-47112, às 190-80), no mesmo lexal unada (a) realizada a Primeira Reunião

III 110 BES Presidente de l'Pl

RESULTADOS DE JULGAMUNTOS CONCORRENCIA Y JUANDI

Objeto. Contratação da instalação e operação de Agêneias de Correios Franquiadadas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de diseito provado, tendo como critério de julgamento a mediar Proposita Técnica, com pieço fixado no lidinal fuendo: A empresa ANMARK SERVIÇOS POSTAIS LTOA, UNE 68 125-285-000 1-73 é a que apresentou a melhor proposta técnica, obtendo portunção técnica, de 100 pontos, sendo porêm constatudo 95 puntos na Visita de Verificação.

CONCIDENCIANO Nº 4146 2011

Objeto: Contratação da instalação e operação de Agências de Correios Franqueados, sob o regime de Franquis Postal, insdinate a seleção de passaus jurídicas de direito privado, tendo cumo critério de julgamento a melhor Proposita Técnica, com preça fixada no Edital. IEM 01: A empresa PORTEMAR - SERVIÇOS LTDA, CNPJ 71:345,305/0001-27 de que apresentou a melhor proposta técnica, tótende pontuação técnica, de 88 pontos, sendo porém constituado 85 pontos na Visita de Verificação.

ANA FALIMA GONCALVES GAVIÃO MAGELETA Presidente da Controlo Especial da Lucinção

CONCORRENCES Y 4137/2011

Objeta: contratação da instalação e operação de Agências de Correios Franqueadas, sub o regime de Franquia Postal, medianto o seleção de pestoas juridicas de directo privado, tendo como critério de julgamento a melhor Proposta Técnica, com prete fixado no Edital. Jem 61. A composta Zap Serviças Postais Lida é a qua apresentos a melhor proposta técnica, obtendo postuação técnica de 95 pontos, confirmado su Viatra de Verificação.

CONCURRENCIA N. 4136-2811

Objeto contratação da instalação e operação de Agêneias de Correns-Franquendos, sob o regime de Franquio Postal, mediame a seleção de pessana jurídicas de direito privado, tendo como critêrio de julga-mento a melhos Proposta Térnica, cam preço frando no Edital Item 81 A empresa O T1 Prato Girade Lida - CPP é o que apresentou a melhor proposta térnica, obtendo portunção térnica de 95, pontos, confirmada na Vista de Verificação

CONFORDERCTA STATE 2011

Objeto contratação de instalação e operação de Agêneias de Correlas Franqueedas, sib o regimte de Franquio Pessala, neclanite a seleção de pesseas juridicas de direito privado, tenho como critério de fulgamento a melhor Porpusia Técnica, com preço fixado no Edital Item 01. A empresa Bandelis de Pereira Associados Conséreir e Serviços Lida é a que apresento a melhor proposta técnica, intendo pontunção (écnica de 70 pontus, confirmada na Visin de Venificação

RONALD DA SHAATI WATCASTE Presidente da Common Discoulta de Casa

RETIFICAÇÃO

No Aviso de Licuação publicado no Dútrio Oficial da Unido nº 67, Seção 3, págino 122, do do 05 04 2012, inde se lê "1D desta licitação 388627", leia se "1D desta licitação 409103".

DIRETORIA REGIONAL EM SERGIPE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO e., G. 2012, Objeta Lucação do unável para abrigar o COD/Sucorno localizado no Ax. "1". nº 473, térree, Conj. John Alves Filho, N.S., Socorno SC, por um periodo de 6 (seus) meses. Contratado. RIVALIDO CORREA MENDONÇA ("PF 997-90-678-5). Data da Assimatura (2014-2012, Vigiento inicio 0.204-2012 atc. 0.2/10/2012, Origem Dispenso de Leclação nº 30/2012, fundamentado an forma do artigo 24, notas X. da 1e in. 8 666-99, hamolingado, por meio do Relatívio de Humologação Ratificação nº 2/2012 de 23/03/2012, Valor global da Contratação RS 18 18080 nº 1/2012 de 23/03/2012. Conta Orçamentária 10/01/34404 (10/02). Imáveis - Pessua Física

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

WISOS CONCORRÉNCIA SSR/MC Nº 15/2010

A Comusão Permanente de Licitoção de Serviços de Rudiodificato, constituida polo Pórtaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07.06.2011, e suas alterações em conformidade cost o(s) Edudica toma publica que realizará sevedo específica para a obernuar da involucra contenda a Proposta Têxasca da propostar REA PARTICIPAÇÕES 1TDA, no seguntar endereço Esplanada dos Ministêrios. Bloco R. Edificio Anexo, 1º andar, sola 132 Oeste, Braeilla DF, de actualo com o indicada no quadro abayo. Firem convocados adus pero acompanhar es imbulhos erticires da hestação, bem como considados demais inte-

half the Migranida	Herario	CHARLES N. SSECIE	[ayalajagete]	119
13 14 2012	1404.50	#15 \$e(0	Hene ples Saul	SC

CONCORRÊNCIA Nº CEL/MC-33/2009 F 21/2000

A Comunito Permanente de Licitação de Serviços de Radisdifusão, consumida pela Portaria MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicado no DOU de 17 09/2011, em conformidade com ota) Editales, tama pública que a seudo para a abettara dos aviolacios contenda as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplenada dos Minasienos, Blaca R. Anexa Ocase. (* andar, vala 132, Brasilia/DF, de acordo com o indicada no quadro abaixo. Frosm convesados as participes da betração, bem coras cunvidados

Dam da Reimido Hurário	Concurrencia Nº -CELLAIC	Localitades	(UF
13/04/2012 15/120	033 2009	Licingio	IPE .
16h00	021/2010	Angelmiklin	ING

CONCORRÊNCIA Nº CEDMC-17 I DI 2810

A Cominsto Permanente de Licitoção de Serviços de Radiodifissão, constituida pela Portario MC nº 323, de 66 de junho de 2011. publicado no DOU de 07/06/2011, em confurmidade compos Editais de Lictordo, torno publico que a sessão para abartira dois) uvoluciotal tentendo atá Proposta(s) Tecnesia) data Proposta(s) como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhese,

(July ple Hermsto	18 proper	Remunica N.C. I ME	Lughark	Ut
13 (4 20) 2	14640	1600 3860	Palabell	St.
		017 369	Shu had do tos:	11

Brasilia DE A de abrit d' 2012 DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

Promiente de Con

Este documento pode ser s'enflendo no enfereço elerfanco http://www.in.go/fontermaind/imd.pelo endigo 08032012040000113

Documento assurado digitalmente conforme MP nº 2 200-2 de 24/08 2001, que marino a Infraestrutura de Chaves Publicas Brasileira

1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	
re530000 D604010 document	ijação Olfida,
a seguir con modes de 00	31
Data: 13 1 04 120	100
Nome. 1	

"OLA FM Sociedade Ltda."

Matriz: Rua Otaviano Veiga n.º 505 - Centro - Nova Ponte - MG - CEP 38.160-000

Anexo III Proposta Técnica



Edital da Concorrência: nº 20/2010 - CEL/MC

Localidade: Paranapuã

UF: São Paulo

Razão Social da Proponente: Ola FM Sociedade Ltda.

CNPJ/MF: 11.950.849/0001-42

Data: 17/05/2010

1. Programas jornalísticos, educativos e informativos:

Programas Jornalisticos,	Tempo dos programas Em minutos (T1)	(%T1) T1 ×100 / 1440
informativos de caráter geral	115,2 minutos	8%

2. Serviço noticioso:

Programas de servico noticioso de caráter geral	Tempo dos programas Em minutos (T2)	(%T2) T2 ×100 / 1440
	115,2 minutos	8%

3. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence à localidade objeto da outorga:

jornalísticos de caráter local	115,2 minutos	8%
Programas culturais, artísticos e	- Em minutos (T3)	T3 ×100 / 1440
	Tempo dos programas	(%T3)
Todalidado da lib maniorpio do que		

4. Prazo, em meses, para do serviço em caráter definitivo:

Prazo, em meses, para execução do	Quantidade de meses (T4)
serviço em caráter definitivo (T4)	9 meses

Nova Ponte, 19 de Maio de 2010

gor Gabriel Borges

Administrador

Ola FM Sociedade Ltda.

刘

duel álon



CONJUNTO 1 -DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Edital da Concorrência no 20/2010 - CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: Paranapuã -SP -

Razão Social da Proponente: Ola FM Sociedade Ltda.

Conteúdo:

Conjunto 1:Documentação de Habilitação: Proposto: Tecnico

Habilitação Jurídica;

Qualificação Econômico-Financeira;

Regularidade Fiscal.

m 530000 2.6104 000 documentario n seguir constituire de 10 4 Totas.

que aculm nume la

Nome UQU

Australia a.



SERVICO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVICOS DE RADIODIFUSÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 037/2012

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S) TÉCNICA(S)

CONCORRÊNCIA Nº 020/2010-CEL/MC

SERVIÇO: (FM) - CANAL: 215 - CLASSE: C - GRUPO: A

LOCALIDADE: PARANAPUÃ/SP

Em, 13 (treze) dias do mês de abril de 2012, sexta-feira, às 14h:40 (quatorze horas e quarenta minutos), na sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão - CPLR/DEOC/SCE-MC, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Ala Oeste, sala 132, primeiro andar do Edificio Anexo do Ministério das Comunicações, Via N-2, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão, instituída por meio da Portaria MC nº 223, de 06/06/2011, publicada no DOU de 07/06/2011, e suas alterações, com a participação de sua Presidente, Denise Menezes de Oliveira, Vice-Presidente, Álvaro Augusto de Souza Neto e do membro permanente Carlos Alberto Martins Gold Júnior, com o objetivo de realizar a abertura dos invólucros contendo as propostas técnicas das proponentes habilitadas na concorrência nº 020/2010-CEL/MC, que visa à outorga de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na localidade de PARANAPUÃ/SP, conforme publicação no DOU de 09 de abril de 2012, Seção "3", Número 68, Página 113, sendo desenvolvidas as atividades a seguir: (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Conferência do malote de cor verde do tipo snapseal lacrado sob o nº 0005060, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote que sua integridade. conferencia do envelope tipo starlock de nº 4591037, constatada sua integridade. (4) Abertura do envelope plástico citado e conferencia dos invólucros contendo as propostas técnicas dos licitantes: sendo constatada a sua integridade de todos eles. (5) Foram disponibilizados para verificação os envelopes constantes da presente abertura, não ficando registrado nenhuma irregularidade. (6) Abertura dos invólucros lacrados contendo as propostas técnicas da(s) seguintes empresa(s): - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., Processo nº 53000.026100/10; OLA FM SOCIEDADE LTDA., Processo nº 53000.026104/10 (7) Apuração e registro em planilha eletrônica dos itens constantes das propostas técnicas sendo obtidas as pontuações conforme segue: - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., 100,00000 pontos; OLA FM SOCIEDADE LTDA., 100,00000 pontos. (8) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão e público presente. (9) A Sra. Presidente determinou que fossem registradas em ata as seguintes observações/intercorrencias: a) o malote de cor verde do tipo snapseal foi novamente lacrado sob o nº 0009172. (10) Impressão, leitura e aprovação dos documentos denominados "Resultados das Propostas Técnicas" - que seguem em anexo, que apontam as pontuações das propostas técnicas constantes da presente abertura. Nada mais havendo à acrescentar, a Presidente deu por encerrada a presente sessão as 15h:30 (quinze horas e trinta





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVICOS DE RADIODIFUSÃO

sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente, Vice-Presidente e membro Permanente da Comissão.

S DE OLÍVEIRA

Presidente

ÁLVARO AUS

GOLD JÚNIOR CARLOS ALBERTÓ MA

Membro permanente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO CONCORRÊNCIA Nº 020/2010-CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA(S)

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

FOLHA(S) 01/01

DATA: 13/04/2012

SERVIÇO: FREQÜÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE: PARANAPUÃ/SP

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
11.493.600/0001.55	Clude de Saderi Sulva	Tadair	195	2006.120-0 F	Sócio/Acionista() Procurador ()
	700	: 1			Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()

AMED33664 CENATAS DE ABERTURA, DESISTÊNCIA E EXCLUSÃO (ATAS DE ABERTURA DO DIAMAODELOIS) DE LISTA DE PRESENÇA DE PUBLICO É PROPONENTES MODELO DE LISTA DE PRESENÇA DE PROPONENTES MODELO DE LISTA DE PRESENÇA DE PROPONENTES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO CONCORRÊNCIA Nº 020/2010-CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA(S)

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

FOLHA(S) 01/01

Modelo de lista de presença de público

DATA: 13/04/2012

SERVIÇO: FREQÜÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE: PARANAPUÄ/SP

Nome	RG nº/UF	Rubrica
ALVINAR BERTRAND D. G. DE HALLED	12864.00B/DF	7//
ROQUE LANDER MENEGAIS	13.057-075-5 PR	1/00
	1,0	//
		/
		A refer to
		1 1 1 1 1 1 1 1





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

	RE	SULTADO DA P	ROPOSTA TÉ	CNICA				
Processo :			53000.026104/	2010				
Proponente :		OLA FM SOCIEDADE LTDA.						
Concorrência :	020/2010	Local:	PARAN	IAPUÄ		UF:	SP	
Serviço :		FM	(Grupo de Ei	quadrame	ento:	Α	
				Min.	%	Co	ndição	
Programas jorna item 1))	lísticos, educati	vos e informativo	s (ANEXO V,	115,200	8,00000	5% ≤	T1 ≤ 8%	
Programas de se	rviços noticioso	s (ANEXO V, item	12)	115,200	8,00000	5% ≤	T2 ≤ 8%	
Programas cultu localidade (ANE)		jornalisticos gera	idos na	115,200	8,00000	5% ≤	T3 ≤ 8%	
Prazo em meses definitivo (ANEX		ecução do serviç	o em caráter		9	9 ≤	T4 ≤ 36	
P1 = P2 =	15,00000 15,00000			dou.				
P3 = P4 =	30,00000 40,00000		CLAS	SSIFICAD	Α .			
PT =	100,00000							

Denise Menezes de Oliveira Presidente

Carlos Alberto Martins Gold Junior Membro Permanente

Alvaro Augusto Souza Neto Vice-Presidente

que sasinatura.

O de la constituta de l



EXTRACO DE DECESTRO DE PRECOS

Espécie. Ata de Registre de Preços nº 0012-2012, Data da Asamatura. 1.104/12. Contrarada: 05.145/091/0901/40/STRATEGIC SECURITY PROTEÇÃO PATRIMONIAL LIDA, Objemi Prestação de serviços de ouglianea desarrinsta, por ment da Sasterm de Registro de Preço-SEP. Origen: Pregdo Electrónico nº 1100/119/2011. Vigentas. 101/06/13. Classificação Orygenemento 1.01/06/13. Classificação Origenemento 4.011/4-403/04/00/2012. Jean registrado Preço Unidon Registrado. Serviço de Vigiliacea desarrinada - Horia avislos distribução do 18.08. Susticio de Vigiliacea desarrinada - Horia avislos distribuçãos desarrinada - Loria avislos distribuçãos desarrinada - Loria avislos distribuçãos desarrinada - Doria avislos distribuçãos desarrinada - Loria avislos distribuçãos desarrinada - Loria avislos distribuçãos desarrinada - Loria avislos distribuçãos desarrinadas - Loria avislos distribuçãos de desarrinadas - Loria avislos distribuçãos desarrinadas - Loria avislos dis setenia e cincu reais)

CONTOCAÇÃO DE CANDIDATOS

A Empresa Unasilema de Correias e Telégrafos - ECT - por meranédio da Direitora Regional São Paulo Inferio. Informa aos candidatos classificades no estecuno público pera a curgo de Agente de Correios - Arividade: CARTEIRG, objeto do Edita (n. 4.1/2011, priblicades no Distra Oficial da Unido do da 23/03/2011, de esfibilate hose de MOGI MIRIMASP, que, ninda, não tenham neio convescadas arterioritentes, que amprima 3 trêss a sagas pera o respectivo cargo no estado de COSMOPOLISTO.

Os candidanas que manifestament interesse no preconclimación das vagas deverbo agresentas recipiertimento, pessoalmente em británo comercial ou por mem de Sedea, endecendo à Sergão de Coptação de Recursos Humanos PRESP. I ocultanda os Hua Cussy Júnica; 6-98 - Centro - Barrus PP - CEP 17013-908, no prazo de 5 tentem das acesto de prameiro da sa dada este desas filosos Oficial da Lindo.

A contro do prameiro da sa dada periorio ao desas poblicação no Diário Oficial da Lindo.

A control do prameiro da sa da da portenciam no desas poblicação no Diário Oficial do Lindo.

A control do prameiro da sa da cada do de classificação, desure os que candifisación inferentes que desas de classificação, desure os que candifisación inferentes que into implique qualibater alterneção da ordem de classificação de sas locultidade home.

FLANO LINOS MARQUES (TAIOS Condepador Regional do Coocaso Públi

EDITAL N. 235/2012 CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS

A Empress Brasileira de Correios e Telégrafia - ECT - por totermédio da Direitoria Regional São Fault interior, cuis referência ao estual de obertaria al 11/2011, poblicado no Dúnio Oficial da Unida do dia 23.63/2011, coma pública a cará corçolo pora sistentima de contratte individual de irrabalha dos candidatos obrário listudos O ciural de reciulos do des candidatos aprirovadas/humologados nº 289/2011 (im públicado on Dúnio Oficial da Unida do dia 21/10/201)

Lucul Praça Dont Pedro II. 4-55 2" undar, Centro, Bau

Horariu 18 00 (horârio (acal) Dain 18 04 2012 Tecalidade Base São Jave do Rio Pieto/SP) Cargin Agente de Forceios - Atividade Carteiro Norite, Inscrição Chardificação Rodrigo Corca Fanai 1100/0117, 180030 Maria Aparecida Martins Câssio, 71001596, 00040

LEAVID FOSON MARQUES LESIOS

DIRLIORIA REGIONAL EM SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAIS DE NOTHEICAÇÃO

A Empressa Brusileira de Correios e Telégrafos por meio da euron Regional de São Paulo Metropolitano notifica o Sr. Mariuno Sriva, CPF 711,353-671-91 representante legal do Sureiti fraportudora de Produtos Ltda, CNPJ sun Diretorio Jorgean Mari empress Si

72 A3A.153.0001-50 unabelecida era local inceno e nări sabido, da abertura do processo administrativo com vistas do cancelariento da Austrazação de Fontacimiento nº 474-201 arranda da Ata Osta/2010, conspanie subitem nº 14 des Condições Germi da AF e.e. u incisu 1 do nr. 79 da lei Noble 73, sem pregiato da milas estivel. Fica purmato, a empresa notificade da dilecida udaministrativo, sendo-fre facultado o disposito no nr. 87 espar e.e. § 2º do mesma diploma legal.

A Empresa Brasileira de Catreña e Telégnafos por meio da sua Direiorja Regional de Sán Paulo Metropolitana neutrica o S₁ Jorgean Marana Silva, (FF 71) 353 671-91 tepresandario legal di empresa Sureni lepportudori de Bradiatos (Lida, CMP) 72.626/153/1001-30 e entalicelecida en lecal ineccio e não sabilei a aplicação de multa no valor de R\$ 293.63 preguta no subtem 51.3.2. "C da Chianta Quana dos Condições Gerais da AF er 632/2011 orunda da Ata GAR/2016, pelo descinariona de subtem 11.0 e 41.2. "A", "b", "c" e "d" da Clianta Primerar e Quarta das Condições Gerais da AF e q o incrisa ti du um. 87 da lei 8,666/93. Pica, portanto, a empresa notificada da decisão administrativa, sendable texpleade o disposita no art. 109, meios 1. "f" de mesma diploma legal.

WR SON ARADIO DE OBIVERRA Dustra

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS

A Empiresa Brussleira de Correiros e Telégrafos - ECT, par intermédio da Directoria Regional de São Paulo Metropolibana, com referência na Edutal de Asterium nº 13/2011 publicado na Dirán Oficiol da Unida de dia 25/03/2011 torna pública a convocação para assinatura do teorirato individual de trabalho, do candidato abaixo listado O edutal de resultado dos candidatos aprovados fromulogados nº 33/2011 foi públicado no Dirán Oficial da Unida do dia 27/07/2011.

Lucial Ruo Mergentheler, 392 - Bloco 2 - 9º andar - GAREC Via Lespolatina - São Paulo SP.

Bata, 18/04/2012.

Huráno: Ophi01 (horano Jocal)
Lucialidade Base: São Paulo en

rata, 14004/2012 Hurino 09/09/1 (hurano Jocal) Localitzido Buye: São Paulo/SP Cango: Analista de Correira Jr. / Especialidade: Adminis-

trador Nume Inscripto: Classificação LEA CRISTINA DOS SANTOS DUMBRA: 99025540:

WEI INTON FERNANDO BENGA Conferendor Regional do Concurso Publico

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS

A Empresa Bisalisara de Correias e Telégrafia - ECT, poi intermédio da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana, com retarberia so Ednal de abertura nº 1/2011, publicado no Diário Oficial du Unida do dia 360/32011, toma pública o coverceação para assintura do contrejo indivadual de imbalho, das cunsidames balara listados. Or editara de resolucidos dos candidatos aprovados/horiosistados Oriedidas, respectivamente, em 27/07/2011 e 05/10/2011.

Local Rua Mergenishales, 592 - Bloco 2 - 9º andar - OAREC Vita Leopoldina - São Paulos P.

Data 18/04/2012 | Horario 18/04/05 | Diagno 18/04/2011 |
Localedade Base Santos/SP.
Cargo Especialidado: AGENTE DE CORREIOS - ATENDENTE COMERCIAL.

NOME, INSCRIÇÃO: CLASSIFICAÇÃO
BEATRICE LUCIANA KAMIAK BONSEGNO: 10590/860.

SHEILA DE MCLO FRANÇA, 18176231, 00003 Lobalidade Base Mogi das CruzenSP

CrigorEspecialidade AGENTE DE CORREJOS ATENDENTE COMERCIAL
PATRICIA ANDREIA PEREIRA, 11274-137, 0000-)
I ocalidade Base SantosiS?
CrigorEspecialidade AGENTE DE CORREJOS OPERA
DOR DE TRIAGEME
TRANSIGROO
BIANCA DIAS DOMINGUES REIS 101057W (0010)

TO THE CHIEF PROPERTY AND STREET
WISO DE SILEDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO LELTRÔNICO SY 1200022

Origino: Aquissção de mesa para carreiro - MCA-11, numes de Sistema de Registra de Preças, confuma Edital e seus Anexos. Empresa adjudiçasta "Rúa Alves Percina Obedes". CNP1 nº 12.689/689(083)-89, para u lota 1 funico), no valar glutul de RS 1541 74248 autoridade Adjudiçadora. Edna de Oliveira Guunarites - Pregocita da ECT/DRS/PM. Autoridade Ilbinologogora. Cinta Maria Sarmento de Sourai Sogayar - Gerente de Administração DRSPM.

THEY DE OUTSTRAND IN SEALS Paguetta

WISO DE LICHNOST DESERTA PREGIO ELETROSE O N' 12000006 - GERANDOR SPAL

Objetit: Prestoção de serviços de nauntenção preventiva e conceiva, com aplicação de peças em motocicleiras imilitarareas perfencenes á fraja de RCT, conforme Edital e seria anexas. Letingão declarado deseria, pos não acadidam interessados em partecipar do centiral. O Avisa desta licitação foi publicado no Dámo Oficial da União nº 48, seção 3, págino 128, de 09/03/2012. O Avisa de oliveração de duta foi publicado no Dámo Oficial da União nº 58, seção 3, págino 118, de 23/03/2012. Os autos encontrom-se franquendos para consulta.

VALLER AND ALL OF DOS ADVIOS RESIDE

SPCRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SLRVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIME I LGAL DE OUTORGAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Coordenadora-farral de Regime Legal de Ouzaquos Substituta, no uso de sueas arphitições regimentais, tendo em vista que a SOCIEDADE DE TELEVISÃO MANAUARA LTDA CNIÚ nº 93.531,2220001-07, não (m localizada nu endereço de correspondência constante dos seus asserpantentos entastrats juris su Alimitira dos Comunicações, cuntiforme o AR Postal nº 28,4250/2714 BR, decolivido em 15 de março de 2012, cuntiono o exigiocias a serem chripradas para a completa instrução do Processo nº 501/2012, detando de 28 de março de 2012, cuntiono o exigiocias a serem chripradas para a completa instrução do Processo nº 5000.002917/12003, que ento prazo de 2012, cuntiono o exigiocias a serem chripradas para a completa instrução do Processo nº 5000.002917/12003, que ento prazo de 301/2011 días, comunio de 1699, a entidede, para que no prazo de 30 (tritata) dias, comunio da dota do publicoção deste Edital, providencie a cirropamento de tais exigências, procesando, para tunta e Secretaria de Serviços de Comunicação Electónica — Departamento de Outoriga de Serviços de Comunicação Electónica — Departamento de Outoriga de Serviços de Comunicação Electónica — Departamento de Outoriga de Serviços de Comunicação Electónica — Departamento de Outoriga de Serviços de Comunicação Electónica — Popartamento de Outoriga de Serviços de CEP 70144-909 — Punsitia D.F., solicentados que o não compramento TOTAA, das extigêncios constante de 16) Offeia, no puzzo terma extigêncios de 16).

ANA PARRICTA SERRIANO SEESCHO CASROS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

RESELECTION OF ANALISE DICHENICA

A Compsão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodiflução, nos termos da Ponana MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/06/2011, em conformidade com o Edital(s) de Licinicati toma publica, per mem desie Avisa, ve resoltados da pontingão das Propostas Técnicas das hercines habilitudas conforme. Anexos

netuanes habilinalas conforme. Anexos:

Us autos dodal processos) estando disponíveis no Serviço de Atendamento no Publico. Ministérios das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R. Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, obcdecando no teor de item 19.2 do edital, Brasilna/DF.

Os eventuais recuistos deverño ser protocolizados no Protocolo Deral deste Ministério, sendo que o ebutagem do poteo de cincu das uters ten mine a parar do primeiro dia piril seguinte à presente publicações, nos termas dos arrigos 109, neciso 1, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº B.666, de 21 de junho de 1993 e substem 18.2 do Edital.

Disorder (1) To the about the 2013 DENISE MENEZES DE OLIVEIRA t Presiden I this

ANEXO I

Concorrência nº 017/2010/CEDMC, Localidade de São Jose do Laje AL,

Propinentes	Service	Nº do Processo	P. Tee.	Resultado
Barbasa e Alexsandro Ltda.	EM.	153000,025217/10	CRECUCION)	CLASSIFICADA
Empresa de Radiadillusto Campuis-	FM	33000 025218/10	0000000	CLASSIFICADA
Bustoni Radiodiffusão Lida.	FM	53000.025212/10	100,00000	CLASSICICADA
Sistema Alagoony de Radio Luis.	FM	53000,8252(9/10	100,00000	CLASSIFICADA
Sistema de Comunicações de Radin AM/FM e TV Lada.	FM	33000.025209/10	100.00000	CLASSIFICADA
MMA Comunicações Ludo.	FM	1531000,025213710	DE	SCLASSIFICADA

ANEXO II

Concorptacia nº 015/2010-CEL/MC, Localidade de Rio do Sul/SC

Репрорением		Nº da Processo	P. Tec.	Resultado
RBA Participações Lide.	ĭv	53000 024341/10	100,00000	Resultable CLASSIFICADA

Documento assuada digualmente conforme MP nº 2 300-2 de 24/08 2001, que un de Chaves Públicas Brasileira

Este documento pade set verificado no endereço eletrônico hup - wasw to gas houterendadante, pelo código 00032012041700113





ISSN 1677-1069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 74, terca-leira. 17 de abril de 2012

ANEXO III

Concorrencia nº 030 2010 CFE MC. Localidade de Paranapua/SP

Lenheuserner	Servico	Nº da Princesso	P Téc	Restificato
Empresa de Radiodificiale Conquista Ula FM Secredade Lida	FM	23000,024100.10	ton, hooms	LLASSIFICADA
QU FM Secredure Lida	FN	नियद्वाता धूर्वताच्या (व	[CO, KKON	TEXSSITE ADA

RESULTABLE DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS CONCORRENCIAS

A Comiesão Permanente de Licitação de Serviça de Radindifusão, constituida pela Portura MC nº 223, de 66 de junho de 2011, judificada no DOU de 07.06/2011, em conformidade com o Edhal de Licitação, torha pública os resultadas da pontuação das Propostas de Preços pela Outopa (PP) e da Valor Pondetado (VP) atribuída o cada licitante dato; Concordencia) conforma Acesaná).

Os autos dota) processorá estado disponiveira os Serviço de Riendimento no Público. Ministério das Consulaçãoses, no seguinte endereca Espalanada dos Ministérios, Bloco R. Anexo Cleste 2º addis, sala 213, obedecenha no teor do item 13.6.1 do ciutal, Brasilio DF.

Eventuais manifestações deserão ser pronecolizadas no Protecció Geral deste Ministério as condições de procesa do procesa de procesa

Bush (Pl. 10 d. shift in 7012 DENISE MENEZES DE OLIVEIRA Prostrino da Comp. n

ANEXO I

Concorrência nº 033 2009 CEL/MC, I perilidade de Betânia/PE

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Oferin-	Serviço	TPP -	NP.
53000,00(271-10	R.E. Cumunicarko Labo	124,160.00	TM_	92 70731	99.23073

ANEXO II

Concorrência nº 021/2018-CEDMC. I ocalidade de Angélandia/MG

Processo N	Propunente(x)	Valor Oferia-	Serviço	יוין	VP.
53000 02 664 4.10	кто Dece Сопилисески е Магкенти Lida	281,560.00	FM1	92 97H4X	99,29785
\$3000.026647/10	Sistema MID de Comunicação	208.180,70	FM	90,50354	99.05035
53000.025645/10	Ola PM Sociedade Lula	128.000.00	FM	84.554Jbi	98,45548

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A

EXTRATO DE CONTRATO

AVISO DI LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONIC Nº 132012 - LASO 928190

PRECATE ELETRONIC N° 192012 - CANO NOTON N° Processo. 104-2012 - Objeto: Pregio Elemènico - Congrupção, mediante Registro de Preços, de empresa pain furaccimento de gabinetes autilitor 10-15 com instalação, start-up e toda infraestrumino bistos, todio e IP, a serven utilizadas nu Rede Nacional de Telecommuneações, tódio e IP, a serven utilizadas nu Rede Nacional de Telecommuneações, tódio e IP, a serven utilizadas nu Rede Nacional de Telecommuneações, todios e IP, a serven utilizadas nu rede nacional de Telecommuneações, todios e IP, a serven utilizadas no transpir us disposições consides nos núcleos paracticos de 1970 para cumpiro as disposições consides nos núcleos paracticos nos 1787 Todas de Itema, Leitados Otonal Edital 1784/2012 de ORIOU de 12800 e de 14h as 178/30 Endereço: Sea Quadro 96, Blacos R. Sada 301/3105 - Edificio Praque Colare Corregito Asa Sul - BRASILIA - DE Tenrega das Propostas a pontre de 17/04/2012 às 188/00 nu site waww.comprissos goo hr. Abertum das Propustas. 27/04/2012 às 10/8/0 site www.comprissos.c.go. hr.

KAPINA MACIDO MARRA Ocienio de Con pris e Locuro

(SIDEC + 16 04 2012) 925150 02600 2012 VEDORNO9

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGAO Nº 8/2012

A TELEBRAS information interestados que o venerdos de cotame foi a empresa GENERAL LLECTRONICS NETWORK E SERVIÇOS EN 11 LTDA, COM O VALOR DER\$ 35 908,00 (minis e cinco mil noveembos unita reas)

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR DEPARIAMENTO DE COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2012 - L 45G-200010

KARINA MACLIDO MARRA Gelene de Compris e Comano

ISIDEC - 16-04 2013) 925150 26000 2012NE092013

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

COMPARCADO N. 62, DE 16 DE ADRIO DE 2012

A Agência Nacional da Petròleo, Glès Natural e Biocombuniveis - ANP, em maño du não localização dos interessados nos endenços es dos notos de infenção lavrados, toma público, sob a forma de extrato, que os abalvo identificados devenho Apresentar ALEGAÇÕES FINAIS no prazo de 05 (cinco) dos contudos a partir dosto publicação

_				
ALTO DE JANUACIO	PHOTELSSO N	K PF UNPI	NOME FOR REACHT SOLIST	
OF 111410 de 0236 (01)	44451 001544 3411	0 1 5 1 2 7 10 7 7 6	Estatente Distribuitoro de Percelo: Luko	

As Alegações Finois desenho ser apresentadas na Rua Prof. Aprigio Unizaga, 78 - 14º andoi - 5ão Judios - € LP (4303-080 - 5ão Paulo stando do decumento obtigatoramente assinado, o identificação pormai do agratário, que deserá fazer a devida comprovação de sua ade para assinar on outorgas paderes para representaçõe, sob peda de descritantisamento do peça dos autos e o não reconhecimento pela de julgadam.

Outros esclarecimentos poderão ser obtidos através dos telefonos (OXXII)2276.1337

VECIDLS ARAL #0 DOS SANTOS Condenador Cecil - ANP SP

COMENICADO Nº 60, DE 16 DE ABRIL DE 2012

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustiveis - ANP, em mado da não localização dos interessados nos endereças os dos aixos de infração lavrados, tema público, sob a forma de extrito, que os abaixo identificados deverdos Apresentar ALEGAÇÕES FINAIS no praza de 05 (cinco) dias contadas a partir desto publicação:

ISPID DE INDALÃO	PROPESSOR	CLF Z.N.G	NUME LOU RAZÃO SOCIAL
DE 334996 de 103 (# 20)	[4963] OHISSS 20(]	((1)43,4403)	Marries Josephins
3F 363947 et 4 86,3993	343623 004675 2013	61 218 4254(015 J F	Petroposa Montemplora de Petroles Lida
tree diameter de un martini l	43671 003311 7011		Petropos y Decteducione a de Detroles d'Ala

As Alegoções Finais deverão ser apresentadas na Rua Prof. Aprigio Gonzaga, 78 - 14º audor - 50º Judiu - CEP 04303-000 - São Paulu-SP, constando do documento, obrigatoriumente assanado, a identificação nominal do signatário, que deverá fazer a devida consprisação de sua capacidade para assinar ou outorgor poderas para representação, sob pera de desentrabamento da peça dos autos e o não reconhecimento pela autoridade pulgadora.

Outros esclarecimentos poderão ser abidos através dos telefones (OXXII)2276.1337

ALCIDIA ARAL TO DOS SANTOS LEGURA MONOCOLA AND SP

COMUNICADO N. 64, DE 16 DE ADRIL DE 2012

A Agência Nacional do Petróleo, Oda Natural e Blocombustivos - ANP, em rarta do não hechização dos interessados nos endereços es dos notos de infração lavindos, toma publico, sob a forma de extrato, que os obasso identificados deverán Apresentar ALEGAÇÕES FINAIS no prazo de 05 (cinco) dos contados a partir desta publicação

AUTO DE INFRAÇÃO	PRESCRIBATE N	CPFLRPI	MONIE BOU RAZÃO SOCIAL
130 farfer de Port 2011	JARRY (KINASA-2789)	1147,019,268,011	Mirrow Advancale do Faninio Sano
DF 129012 de 22 10 2011	HARATI MANTHE JULIS	167 494 024 0001 21	Managham IIR. Com. Seri. Althorottim v Com corrects to Liste
(2) \$200(3 de 22 [)(2010	DIAZI HARTHE 2010	07 Syl (120 ma) 1)	Santonicasio AD, Cost Siery Americalisms of Fast projections Lails
UV 139267 do 13912/2010	SAME A CONTROL OF SHARE	07.341 (Calum) -23	Magazinera HH. Com Rep. Astronogram y Empressences Lada
[SP 758] b) de 134(9201)	18621 distrip 2010	(17,34) ((20,000)-23	Mangendamy HB 4 cms Serv Automotions to 6 ann confinctio Lake
DF 317350 de 19 0302010	dynziamili znin	111.191 (37 (00) -76	dans Prose Stancery Links
DF 308271 de 22 93 2010	lateral property zone	11.121 4.77 (Apr) -76	Arts Print Marrier Lists
DF 204054 de DS 84 JULE	48521 0001M 2019	11,391,437,0001.76	Alex Porto Marcton Links
DF 317334 Se ur 114 20111	AMAZI PRINIDA 2018	11.191 4374CH -76	And Bright Many and Lake
111 MANUA de 1548 2011	AMAZ LIMBING 2011	111 191 437 (904) 76	July Parato Majerniy Luly

As Alegações Finnis deverão ser apresentadas na Rua Prof. Aprigio Gonzaga, 78 - 14º andar - São Judão - CEP 04303-titol - São Paulo-SP, constanda do documento, obrigatoriamente assituado, o identificação nominal do signafario, que deverá fazer a deveda compristação de sua capacidade para assinar ou outorgar paderes para repropertação, sob pena de desentraflumento do peça dos autos e o não reconhecimento pela nutoridade, judiçãos a la faço de actual de desentraflumento do peça dos autos e o não reconhecimento pela nutoridade, judiçãos e colorecimentos poderán ser abridos através dos telefones (OXXII)2276.1337

MODES MALTO DOS SANTOS Condicido Code SPSP

Nº Processo, 0902000002201211 DISPENSA Nº 1/2012 Contribute: MI-NISTERIO DAS RELACOES EXTERIORESCUP! Contribudo: 2449288000104, Contribudo: FINDACAO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICACOES Objeto Seprip de trenamento de servicio res em communicações digitors via suicitar Fundamento Legal: Lei 8666-93, an 24, nex 2017/88-bete: MAI-2/2012 3 Mai-2/2012 Mai-1036-18515 665-00. Funde: 1000000000-2012NE800024. Data de Assimura 18/04/2012

(SICON - 16/04/2012) 240013-00001-2012NCx00001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov/broacracidabird pelo cidigo 00032012041700144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2 200-2 de 24 08 2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Publicas Brisileira (ICP-Brasil Nesta deta anexei aos autos do processo de m5300002 b/04/010 a documentação a seguir constituída de 0 foinas, que assim numerei: \$\foinas\)



CONCURRÊNCIA Nº 4110/2011

Comunicames que estão sem efeito as seguintes publicações contidas no DO U. Nº N7, Seção 3, de 197 de maio de 2012, página 120; RESULTADO DE HADILITAÇÃO do CC 4110/2011.

Proposition Consideration of the Asia

AVISON DE CANCLE AMENTON

A ECT, através de sua Diretturia Regional de São Paulo Metropolitona, comunica o castelamento da publicação da Dispensa de Licitação nº.1200/0009/2012, referente à locução de Indivel.
ndelino Dias e Outra. AC PedeDR-SPM, valor global R\$234 864,00, publicada no D.O.U. em 22/03/12.

A fiert, atmovés de sua Diretorio Regional de Sán Paulo Metropolitara, comunica o con-celamento de publicação do Duspersa de Licitoção nº 12000129/2012, referente à locação de mobiel. Constantino Batha Pereira e Outros, CDD Jardim Climax/DR-SPM, valor global 83510,000,001, po-blicada no D.0.11, em 2300412, seção 3, pág.108.

Wilson WOOD III of BURA

AVISOS DE LICETAÇÃO PREGÃO EL ETRÓNICO Nº 1200023 - GERADORESPAL

Objecto: Aquisteño de hicicletus per meio do Sistema de Registro de Preços, conforme Edital e seus nocioso Dovendost do calital no sido lutro-fewes-Relisacens-constar. (10 desas licitação -808313). O acolhimento das propostas no referido sido das de a parte das 1000000 não de 2500/2012. Abentum das Propostas: 2805-2012 às 08h3/tanin Infelio da Disputa de Lances às 09h3/mito do da 28/05/2012 (horário de Brasilia). Solicitações de exclaracimento avera do celial deverão ser envisada ao endereço electrónico peraderegandos correless.combs. No campo "assunto" mencioner Pútil 1,0000023.

CONTINUED INTRA GRIMARALS

RESULTADOS DE HABILHAÇÃO CONCORRENCIA Nº 40002011

Objeto: contratoção da instalação e operação de Agências de Correios Franquesdas, sob o regime de Emaquia Postal, mediante a seleção de pessoas jurídicas de direito privado, tendo como critério de julgantento a MELHOR PROPENTA TECNICA, CUM PREÇO FIXADO NO EDITAL, hem 02 Luprosa Indibilinda: EQUIPE BEG SERVICOS POSTAIS LTDA, Empresa Insbilituda: A.S.H. CM-PRÉUNDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E NEGUCISS LTDA.

PLORO SERGIO DE MELLO. Presidente da Cimposto Capació de Cicata no

CONCORDENCTA N. 4121/2011

(Pojeto: contratoção da instalação e operação de Agências de Correios Franquesdas, sob o regime de Franquia Postal, mediante a seleção de pessoas juridicas de direito privado, tendo como critério de judgantento a MELROR PROPOSTA TECNICA, COM PREÇO FIXADO NO EDITAL faces differences Habilitado: Amani Nascimento e CIA Lida.

CONCORRÊNCIA Nº 4120/2011

Objeto: contratação da instalação e operação de Agêneias de Correios Franqueados, sub o regime de Franque Pestal, mediante a seleção de pessasa juridicas de direito privade, tendo como emitro de judgamento a MIGLHOR PROPOSTA TECNNEA. COM PREÇO FIXADO NO EDITAL Item III: Empassa Instaliada: Le Jordan Comercio e Presução de Serviços Ltda.

PONALD DA SIDA CAVALCANTE Providente da Composión Especial de Lagua lo

RESULTATIO DE PROPOSTA TÉCNICA CONCORRINSCIA Nº 40602011

Objeto: contratação do matelação e operação de Agênçias de Correiros Franquezados, sob o regime de Franquis Postal, mediante o seleção de pessoas jurídicas de dictito privado, tendo como entário de julgamento a melhor Proposto Técnica, com preça Razdo na Bellai. Jem 01. A empresa INTERCOPY ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA - EPP - CNPJ 66 65/3-301/7001-30 é a que apresentou a melhor proposto técnica, educado pontunção técnica final de 83 folican e trão pontos, confirmada na Visita de Writtenção dos lums do Proposto Técnico.

CLISARI II. PERTRA LERRITRA selente da Comesdo Especial de Dierricho Projects

RETIFICAÇÃO

No Asian de Analogão poblicado no D.O.U. nº RR. Seção 3, de platos 2612, págino 122. code se lê "AVISO DE RETIFICAÇÃO do CC 4004/2011, AVISO DE SISPENSÃO dos CC 4004/2011 (RESISTADOS DE PROPOSTA TÉCNICA dos CC 8 4074/2011, 4084/2011, 4004/2011 e RESULTAÇÃO dos CC 8 4004/2011 e 4100/2011 e 4110/2011 e RESULTAÇÃO dos CC 8 4004/2011 e RESULTAÇÃO DE HABILITAÇÃO dos CC 8 4004/2011 e RESULTADOS DE RESULTADOS DE RESULTAÇÃO dos CC 8 4004/2011 e 4004/2011 e RESULTADOS DE RESULTAÇÃO dos CC 8 4004/2011 e 4004/2011 e RESULTADOS DE RESULTAÇÃO dos CC 8 4004/2011 e 4004/201

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

LIMIAL DE NORBICAÇÃO

A Coordonadora-Geral de Regime Legal de Outorgas no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista que a Ràdin Atalaia de Canavieiras Leda, 4°NPJ n° 15 998.20.20011-87. 780 foi localizada na rendereção de concespondência constante dos seus assentamentos cadastrais jumo so Ministria dos Comunicações, (Rus General Pedemeiras, n° 56. CEP, 45.869-00). Canavieiras, Bahis-Lonforme o AR Postal n° RJ 9250784230R. devolvido em 23764/2012, para receber o Oficia n° 10/98/012-67(10-1070-075-68-48). destando de 10 de abril de 2012, contendo exigências a ser cumpnidas para a completa instrução do Processo n° 51080.028782/2011, que usas de Atleração Contratuel, importando em transferência indirate da naturga NOTHE(CA, nos retross do 3 de 3 Artigo 26 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a entidade, para que no pasza de 30 (trinta) dias, contodo do data da

publicação desse Edital, providencia a comprimento de tais exigências, procurando, para tanto, a Se-cretaria de Serviços de Comunicação Eleutônico - Departamento de Duturga de Serviços de Comunicação Eletrônica - Ministério das Comunicações, Esplanoda dos Ministérios - Bloco "R" - Edificia Anexo - 3º andar - Ala Ceste CEF: 70044-900 - Bradita D.F., salientando que o não cumprimento TOTAL das exigências constante de tai Oficio, no prazo ocima estipuladas, implicaná no INDEFCRIMENTO do picito com o conseqüente arquivamento dos outos.

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÓNICA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

A Cordasiin Permanente de Licitação da Serviços de Radiodifusto, constituida pela Protario MC nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no DON) de 07/06/2011, um conformidade cons otas Edialda, terna pública que a sessão para a obertura dos involucros contendo as Crapostas de Praços das Proportus classificadas, aceá realizada no seguinte enderaço: Esplanadi dos Ministérios, Bloca R. Anexo Deste, 1º andar, sais 122, Brasilia/DF, de acredo com o indicado no quadro obsina Fictus convocados os participes do licitação, bem como convidados demais interesandos para acompanhar us inhabitor.

Dan de Romide	1 Inchrise	Concerning N. A.T. MC	Lecalidades	43
25 09 2013	99540	#29.201W	Company	_312
	com.lu	Q19 2010 .	Rico de Sati	32

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituida pola Portaria MC nº 233, de 06 de junho de 2011, publicada no DCRJ de 07/m/2011, em comformidade com os Editario de Licitação, toma publiço que a sessão para abertura do(a) involucrata; contendo ata; Proposata(s) Tecnicata) da(a) Proposata(s) facilidades os parados dos modernos estados por seguinte endereço: Esplanada dos Munistérios, Sloco R. Anexo Oeste, lº onder, sala (32, Bradilat/DF, de coredo com o indicado an quadro abatao, Ficara convocados os participos da licitação, bera como convidados e demais interessados para acomendata os inhelibras.

Date de Resentes	[]micie	Concentráncia Nº CEL MC.	Legalitude	CF.
23 (4.2012	14F26	M(4) 2051 M	Carporate -	Kr.
		F12 281F	Dominana	BU.
		bu4 2009	£'sobie	339
		HANA, MINA	f-1-2-	DA

A Comusão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodificado, constituído pela Portario MC nº 233, de 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/04/2011, em conformidade com na Edinois de Licitação, toma pública que a sersão para obersario do(s) inváluero(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) de(s) Proposta(a) Técnica(s) Proposta(a) Técnica(s) Proposta(a) Proposta(

Outr de Repuso	Ilerado	Concentrate St CCL 381	Levalidade I F
24 (0) 2012	IMAJa	915 2010	Alte Hodis 105
	14.3	HAR MAIN	Caratte NF.
		18) 2012	Now Area
	l	W1 3409	I marriedo BS

Birniby - 19. 1 de apres a Citt

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

Parallant de Contra es

RESULTABOS DE 101 GAMENTOS CONCORRENCIAS

A Comissão Permanente de Licitação de Serviço de Radiodifusão, constitutdo pelo Portaria MC or 233, & 06 de junho de 2011, publicada no DOU de 07/18/2011, em conformidade com o Editol de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Proposas de Proços pela Ontorga (PP) e do Valor Pendenado (VP) atribuído a cada licitante da(a) Concentracia(s) emforme Apecto(s).

vator Pendemdo (VP) airibuido a cada licitante data) Concentrancia(s) cinforme Aprevolsí.

Os autos do(a) processo(a) estanto disponiveis no Serviço de Atrodimento no Público. Ministério das Communações, no seguino endereço: Esplando dos Ministérios. Bloco R. Anexe Oesse. 2º ander, sola 213, obedecendo o tere do subitem 19.3 de célul, Brasilia/DF

A centagem do parte de cinco dissi dela, para a interposição de eventuais recursos, dar-sech o partir desta publicação, conforme o subitem 18.2 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso l, altern 15° e §8° e artigo 110, da Lei m 8.466, de 21 de junto de 1993.

DUNGS OF THE MAN A MIN

ANEXO I

Concorrència n.º 121/2001-SSR/MC, Localidade de ILHOTA/SC.

Pressure Nº.	Promotion(cls)	Video Historiale	Service	77	N/P
57740,000761402	Concincs Commissates Live.	201,500,00	F.Vt	47,5A7	+9,757
53740 (900293-02	Rade Virgot FM Late.	SHEARING .	r\t	93,594	44,750
577 th ppp2*91.92	Seciedade Vote de Comunicações Lata	65,516:00	FM	42.584	99.757
11740 (1002/6742	Rhino Translinies PM - Vale de Itajai Linia	30 temper	FM	40,395	es):tq

Este decumento pode ser verificado no endereço elemánico https://www.in.gov/snaamádade/wol. pelo endigo 00012012034001.10

Documento assinado dighalmente conforme MP nº 2.300-2 de 24/08/2001, que institui a Inforestratura de Clinces Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nesta	data an DOOO	exei ac	s autos	do pro	nesso de
II Da	VVV LO	20,0	LILON	DECIN	ter orção
a segu	ir const	tuida o	le .	02	_toines,
die se	inu una	nerel:	29	10	10
Deter_	23		05	12	012
Nome:	VI	2111	ID		-
A			71		

Ž.

"OLA FM Sociedade Ltda."

Matriz: Rua Otaviano Veiga n.º 505 - Centro - Nova Ponte - MG - CEP 38.160-0000000

Anexo IV

Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga.

- 1. Razão Social da Proponente: Ola FM Sociedade Ltda.
- 2. Edital da Concoπência: n° 20/2010 CEL/MC
- 3. CNPJ/MF: 11.950.849/0001-42.
- 4. Localidade: Paranapuã UF: São Paulo
- 5 Serviço: FM Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada.
- 6. Valor da Proposta: R\$ 364.000,00(trezentos e sessenta e quatro mil reais).

1ª Parcela: R\$ 182.000,00(cento e oitenta e dois mil reais).

2ª Parcela: R\$ 182.000,00(cento e oitenta e dois mil reais).

Nova Ponte, 19 de Maio de 2010

lgor Gabriel Borges.

Administrador \
Ola FM Sociedade Ltda.

aba





Edital da Concorrência no 20/2010 - CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: Paranapuã -SP 🦟

Razão Social da Proponente: Ola FM Sociedade Ltda.

Conteúdo:

Conjunto 3:

Proposta de Preço pela Outorga.

esta deta enexel aud enfos do princesso de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 042/2012

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)
DE PREÇO(S).

CONCORRÊNCIA Nº 020/2010/CEL/MC

SERVIÇO: FM - CANAL: 215 - CLASSE: C - GRUPO: A

PREÇO MINIMO: RS 87.908,48

LOCALIDADE: PARANAPUÄ/SP

Em, 23 (vinte e três) de maio de 2012, quarta-feira, às 09h:00 (nove horas), na sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão - CPLR/DEOC/SCE-MC. situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Ala Oeste, sala 132, primeiro andar do Edificio Anexo do Ministério das Comunicações, Via N-2, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão, instituída por meio da Portaria MC nº 223, de 06/06/2011, publicada no DOU de 07/06/2011, e suas alterações, com a participação de sua Presidente Denise Menezes de Oliveira e do Vice-Presidente Álvaro Augusto de Souza Neto e do membro permanente Carlos Alberto Martins Gold Júnior, com o objetivo de realizar a abertura do(s) invólucro(s) contendo as proposta(s) de preço(s) da(s) proponente(s) classificada(s) na Concorrência nº 020/2010-CEL/MC, que visa à outorga de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão em Freqüência Modulada, na localidade de PARANAPUA/SP, conforme convocação publicada no DOU de 14/05/2012, Número 92, Seção "3", Página 130, para sessão de abertura e julgamento de propostas de preço em 23/05/2012, sendo desenvolvidas as atividades a seguir; (1) Assinatura das listas de presenca das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Conferência do malote de cor verde tipo snapseal sob o n.º 0009172, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote e conferencia do envelope tipo starlock de números 4583289, sendo constatada sua integridade. (4) Abertura do envelope plástico citado e conferência dos invólucros contendo as propostas de preços dos licitantes; sendo constatada a integridade de todos eles. (5) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) de preço(s) da(s) seguinte(s) empresa(s); EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., Processo nº 53000.026100/10; OLA FM SOCIEDADE LTDA., Processo nº 53000.026104/10. (6) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão e público presente. (7) Apuração e registro em planilha eletrônica do(s) valore(s) ofertado(s) pela outorga na localidade conforme segue: PARANAPUÃ/SP - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., R\$ 210,000,00 (duzentos e dez mil reais); OLA FM SOCIEDADE LTDA., R\$ 364,000,00 (trezentos e sessenta e quatro mil reais). (8) Impressão, leitura e aprovação do documento denominado "Classificação das Proponentes (Média Ponderada)", que segue em anexo, que aponta o Valor da Média Ponderada (VP) da Pontuação da Proposta Técnica (PT) e da Proposta de Preço pela Outorga (PP) de cada proponente. (9) A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, por unanimidade de votos, propôs como vencedora a concorrente que obteve o major Valor Ponderado (VP) na localidade, conforme a seguir

Ata de Reunião nº 042/2012, de 23/05/2012, quarta-feira - Conc. nº 020/2010 - Página I de 2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

discriminado: PARANAPUÃ/SP - OLA FM SOCIEDADE LTDA. (9) A Sra. Presidente determinou que fosse(m) registrada(s) em Ata a(s) seguinte(s) intercorrência(s): a) O encerramento da sessão as demais propostas técnicas e de preço das proponentes inabilitadas foram acondicionadas no envelope tipo starlock sob o nº 4583749 e mantidos sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão. Nada mais havendo a acrescentar, a Presidente deu por encerrada a presente sessão às 09h:10 (nove horas e minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente, Vice-Presidente e membro permanente da Comissão.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

Presidente

ALVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO

ce-Presidente

CARLOS ALBERTO MARTINS GOLD JÚNIOR

Membro permanente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO CONCORRÊNCIA Nº 020/2010-CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) DE PREÇO(S)

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

FOLHA(S) 01/01

DATA: 23/05/2012

SERVIÇO: FREQÜÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE: PARANAPUÃ/SP

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
Clo FAI.	1000 Bolile 1. Voice	lon	pe	45254/0	Sócio/Acionista () Procurador (X)
			· ·		Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
				. 4	Sócio/Acionista () Procurador ()
		,			Sócio/Acionista () Procurador ()
		1			Sócio/Acionista () Procurador ()





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO CONCORRÊNCIA Nº 020/2010-CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) DE PREÇO(S)

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

FOLHA(S) 01/01

Modelo de lista de presença de publi

SERVIÇO : FREQÜÊNCIA MODULADA (FM)

DATA: 23/05/2012

LOCALIDADE: PARANAPUÃ/SP

// Nome	RG nº/UF	Rubrica
MANLES A BENDO DA SILVA	1283684	-4/-/
Rubens Gonçalves	154199-4	
		,
	•	() /
	•	- 1
		<u> </u>





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES (Média Ponderada)

Concorrência:

020/2010

Preço Mínimo :

87.908,48

Serviço:

FM

Grupo:

Localidade

PARANAPUĂ

UF:

N.º Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(VP)
53000.026104/2010	Ola FM Sociedade Ltda.	364.000,00	100,00000	87,92466	98,79247
53000.026100/2010	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	210.000,00	100,00000	79,06941	97,90694

Denise Menezes de/Oliveira

Presidente

Alvaro Aug

Presidente

Carlos Alberto Martins Fold Júnior Membro Permanente





ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - seção 3

Nº 181 sexta-foice, 25 de maist de 2017.

Sintema Major de Radiodifusou Luis.	- FM	33000,041096/10	100,00000 [LLASSIFICADA
Sistems de Comunicação de Radio AMEM e IV Lida.	FM	5300004 094710	100,00000	CLASSIFICADA
Rede lina de Comunicação Lida.	EM	31000.041041/10	100,00000	CLASSIFICADA
Radio Canad FA Lida		53000.04109.510	100.0000	CLASSIFICADA
QBA FM Sociedade Lida,	FAL	530(90,041093/10	TORY, CHURKNO	CLASSIFICADA
Mova Serrine de Communicação Lida	EN	53000.041090/10	INO COURT	CLASSIFICADA
if M. Tobigs Berrelo Almeida Reis Jula	FN	53000341092910	100,00000	CLASSIFICALLA

Concorrência nº 31 2010-CEL-Mt. Localidade de Bom Jesus/Pl

roponentes	Series	Nº do Processo	P. Tec	Regultado
) & D Sustema de Communicações Lida etreira e Pires Lida MA FAJ Sociedade Lida	FAI	3,000,012699-10	100,00000	CLASSIFICADA
ctreira e l'ires Lida	I N	53000.012096.10	100,00000	CLASSIFICADA
DUA FAI Sociedade Lida	EMI	\$3000.042092 To	TERO CROOLING	CLASSIFICADA
itoria Empresa de Radiodiffusão de Sons e Imagens Li-	FM	530000 (112000) 10	TROCKED, TRO	CLASSIFICADA

A Comusião Permanente de Licitação de Serviço de Radioditisão, constituida pela Portario NC nº 221 de 06 de proba de 2011, publicada no DOI de 07 00 2011, em conformulade com o Cilial de Licitação, torsa pública os resultados da protunção dos Própostas de Pedços pela Outorga (PP) e do Vidor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante dota) Co corrênciatas conforme Ancional. Os úticos dotas processorás esprão disponíveis no Serviço de Atribuínente ao Publica, Minasteiro das emunicações, no seguinte enderaço. Españando dos Minasteiros (Bioco R. Anexo teste, 2º andar, sala 213, obedecendo nor do term do term 150, do ceitad, Brantina/DE. Eventuals manifestações deverão ser protocolizadas no Protocolo Gerál deste Ministeiro sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte á presente publicação, a teor do term 13 2 do ceital, no prazo de 05 (dias) dias utera a copiar da presente publicação.

Concurrencia nº 15/2010-CLUMC. Localidade de Rus da Sui/St.

Processo Nº 530/00/024337/2010	(Proposenicia) Televisio Alternor Lina	Volor Oteriado	Service	PP.	VP
		R3 17333 313,56	TV	97.36104	GN.AHCRZ
33000 02433002010	Rede Braul de Redindiffisan Litta	R\$ 14 340,000,00	TV	96,81090	98,40545
53/00/024338/2010	Ciuntani Radiodifesto Ltda	RS 13.450.000,00	TV	96,72173	98,360R7
33000.024335/2010	Radio v Televisão RIK Lida	R\$ 13.048.000,80	IV	96,49512	9824756
53(600) 024349/2010	Martins Fayed Radioshiesho Lide.	RS 10,502 000,00	TV	95,64543	117,82272
534MM D243417201H	RRA Participações Lida.	RS 4.502.000,00	TV	94.62107	97.31054
53000 024346/2010	MMA Comunicações Lida,	RS 5.2N7.(NKI,19)	TV	VE.15017	43,67509
31000 624336/2010	Sixuma Adonai de Comunicação Lida	RS -1.777.(881,00	TA	90,42670	45,21335
\$3600C024340/2010	NSTV Sistema de Comunicação Lula.	RS 4, 123 (00), OIL	TV	24,4262	94,71310
5,0800 024,332/2010	Televisão Nova Secum Lata.	R\$ 77.215.000,00	TV I	89,15026	94,3731)
5,50(00/0243/30/2010	Lohn Sociedade de Radio Lida.	185 3.352,400,00	TV	36,33853	93,1702
53000E024363/2010	TV Esplanoda Lida.	R\$ 3.202.000,00	TV	83,71779	92,85889
5,000,024,147/2010	Complesa de Rodiodifusilo Timens FM Li-	HS ATMENDER ON	TV	81,75612	92,37806
5.50km (1)24.5.34124)111	Empresa de Radiodifiishe Conquesto Litta.	R\$ 1 4001.0000,00	TV	p7,33454	N3.669727

Concordação nº 20.2010/CEL MC, Localidade de Paranapali SP

Processo No :	Prunonenie(s)	Valor_Oferrado	Service	PP	100 min 19247
	Ola FM Sociedade Lida.	R\$ 364,1000,00	FM	87,92466	
540/0 026 DB/-2010	Empresa de Radiodilis-do Conquisto Li-	R\$ 210,000,00	FM	79,(6744)	97,90494

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRÁS S/A

ENTRATO DO 1º TERMO ADERNO

17 Terma Aditivo ao Contrato de Cessão de Hso da Infraestruma da Sistema da Transmissão de Energio Elérica e de Fibras Opticas Data de Asspraura, 29 04/2012 Participe: Centrais Eléricas do Norie do Brasil S.A -ELETRONGIR-

CNPJ 00 357 038 0001-16

CNPJ 00 3-7,018 0001-16
Interveniente Commis Ekimens Brisileiras S/A ELETROBRAS
CNPJ 00 0001 180 0002-07
Objeto Allenioles das claustias contraturas
Signaturos p Telebus-Cano Cezir Burlihi Redrigues (Presidente) e
Rogeriro Boros (Diretti Conserval) p ELITROSORTE-Josto Martas de Aranta (Diretti Conserval) p ELITROSORTE-Josto Martas de Aranta (Diretti Presidente) e Adheriar Paleces (Diretto de Plancjamento e Engentiaria), p ELETROBRAS-José da Costa Carsafilio Neto (Presidente) e Vulter Luiz Cardent de Souza (Diretor de
Geração)

EXTRATO DO 11 TERMO DE AUSTE

Principo Termu de Ajuste no Acurdo de Choperação Têctico nº 1000 (1/2 201)

1000 01/2 2011
Data de Assinatura 29 01 2012
Particles Centrais Fléticus do Norts do Brasil S.A. - ELETRONORTE
CNPJ 001 357 0330 0001-16
Objeja Cessão de capacidade catre os PARTÍCIPES de forma a
garante a integração de suas redes de teleconomicações
Asganários p. Telebros-Can Georal Rodriguas (Presidente) e
Bolivar Tarrago Moura Neta Obreios Administrativo-Franceiro e de
Referções com os (avestadores), p. ELETROMORTE-Josuss Mates de
Araúja (Orietor Presidente) e Adhemar Paloxal (Diretor de Planejamento e Engenharia)

\$150 DE 180113CÃO PROGÃO Nº 19/2012 - UNSG 925150

Nº Processo 149/2012.

Obieto Pregio Fletrinico - Contratação de compresas para presisção de acreços têrnicos especializados no dero de lecuslogia da intrinação a sergir escundados en conformidade com os diretizas, políticos, procedimentos e especializações termeos estabelecidos pela TELEBRAS de formo a prover a capacidade organizacional para

operacionalizar es serviços de TI e atender às necessidades ternologicos das amidades da Organização. A Contratoção dos serviços está distidida em 3 (tecis) tiens e 1 (um Grupus/luns, de aconda com as especificações e condições constantes do Edial e casa ancesa. Toul de hons Licitados: 18000 - Edial: 25/05/2012 de 08/00 da 12/h00 e de 14h às 17h45 - Endeseços. Seo Omatra 09, flinco B. Sala 301/303 - Edificia Parque Eldades Corporate Asa Sul - BRASILIA - DE Entegar dos Propostas a partir de 25/05/2012 às 08/h00 no site www.compranact.gov.br. Abestian das Propostas 11 06/2012 às 10/h00 site www.compranact.gov.br. Abestian das Propostas 11 06/2012 às 10/h00 site www.compranact.gov.br.

KARINA MACULAN MARINA CONTRACTOR INCOME.

(SIDEC - 24 05 2012) 925150402600-2012NE000009

Ministério das Relações Exteriores

EMBAIXADA DO BRASIL EM OUITO

EXTRATO DE CONVENIO

Espécie Convénio Nº (001 2012, que entre as salabram a Repoblem bederativa do Brasil, representada pala Embalzada do Brasil em Quisto, e a Instituto Brasileiro-Equatoriamo de Cultura (IEEC). Objeto-Execução de programas, projetos e eventos de interasse reciproca, em regime de misua cooperação entre a Limbavada do Brasil em Quito e o IEEC, com vistas a difundir a estanto do indoma português em sus anante bosaleira, dividigar a cultura e as actes brasileiras, promover e dividigar estudos e pesquesas sobre a cultura de Brasil e preservar as tradeções e dividigar a História do IEES (a proposado en cultura de Brasil e preservar as serem transféridos pela Embanyada do Brasil em Quito serão no volor (1955 228 796,5) (ducentos e vince e nom um seicentois e novemo e actes dólutes americanos e novema e utes dólutes americanos e acesentas e vincia e como diferes americanos e desenvive explicações e divididades e conservada e utes dolutes americanos e desenvive explicações e de como estado e sobre e dolute e

sinatura: 01 de maio de 2012. Signatàrios: Fernando Simas Ma-gallalas, Embolsador do Brasil em Duno, Identidade nº 5114 (MRC), e Remi Figurell Grupa, Diretor-Executivo do HEEC, Identidade Nº 903895637 (S6P-85).

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES SUBSECRETARIA-GERAL DE CKOPERAÇÃO. CULTURA E PROMOÇÃO COMERCIAL DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMIENTOS

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONSULTIR POR PRHEUTIS
PROJETO PRAJOZATI
Contrain nº 2012/003384-00. Irrunado no dar 23 de almij de 2012, contra nº 2012/003384-00. Irrunado no dar 23 de almij de 2012, coltre nº projete PNIDO BRAJOZ DIZ, como CONTRATANTI e AVRATON CARLOS DE SOUZA MARA, como CONTRATANTI, estádente i funnicibile de mi Brasilia - DF - Brasil, ponedar da CPF CPF-ITS RRA, 73 (190). Debieta do centrado: Centralor especializado en assuntos de cimelero esterios; com solido especialendo no masunto de comercio esterios; com solido especialendo no masunto de camelo esterios; com solido especialendo no masunto de adados e análise econjuntural en selectifica e a elaboração de desantamentes específicas e a elaboração de levantamentes específicas e a elaboração de tevantamentes específicas e a elaboração de tevantamentes específicas e a elaboração de desantamentes de assultantos, em países constituirados estradejacos Vigência do contrato 23 de abril a 34 de agosto de 2012.

CUNSULTOR POR PRODUTO
PROJETO BRAID7.017
Contrato nº 2012/000392, firmando no dio 24 de abril de 2012, entre o
Prepso PRID BRAGE7017, como CONTRATANTE e MARIA LUCTA REZENDE LARAIA, como CONTRATADO, residente e dunicidado em Brasilia - DF - Brasil, persador do CPF 119.618 051-20
Objeto de contrato: Compranção de consultor especializada em assantes de comércio exterior, com experiência em protocyta comprecha
e particulmente no inera de ficias e empresições no Brasil e no
exterior. Vigêncio da contrato: 24 de abril à 11 de ogusto de 2012

CONSULTOR POR PRODITO
PRODITO BIRADZOT

CONTROL
CONSULTOR POR PRODUTO PROJECTO BRAJO7/017 Contrato of 2012/000391, firmadfi no dia 24 de digit de 2012, contro Orgico POUD BRAJO7/017, contro CONTRATANTE e LAURA NO-BRE VELOSO, como CONTRATADO, residente e domiciliados en Brasilio - DF -- Brasili, purador do CPF 643.522.439-15. Objeto do controlio Contratação de emissibilidos especializado em assanties de controlio. Contratação de emissibilidos especializado em assanties de contrato exterior com experiência em promoção controlio para a elaboração de estudos an firma de inteligência contracial. Vigência de contrato: 24 de abril a 31 de agosto de 2012.

CONSILTOR PER PRODITO

PROJETO DRAMTON, firmado no dia 23 de abril de 2012, entre o Projeto PUDD DRAMTON, firmado no dia 23 de abril de 2012, entre o Projeto PUDD DRAMTON, como CONTRATANTE e RENATI SOUZA AMARAL, como CONTRATADO, residente e domicilimiton Brasillo. DE 8 Brasillo, partador da CPF 132, 277, 501-10. Objeto do contrato: Contratação de constitue respectatorado para a publicado de leventamente, compilação e análise de dados relativas o acompaniamente do comedia e estrato brasilem o entre acompaniamente do comedia de consistence externor brasilem o em trata a preparar estatos, sufficiente, publicado externo brasilem com trata a preparar estatos, sufficiente, publicado APANIRE Vigencia do contrato. 23 de abril n. 31 de agosto de 2012.

CONSULTOR POR PRODUTO
PROJETO BRAJIT-017
Contrito nº 2012/000385, firmado no dia 23 de nord de 2012, contre o Projeto PROJETO BRAJIT-017
Contrito nº 2012/000385, firmado no dia 23 de nord de 2012, contre o Projeto PROJETO BRAJIT-017
CIÁ FRAZÃO DE ASSIS, como CONTRATADO, residente e dimensidado em Brasilio - DE - Fresil, portador do CJF 183 463 953-00
Dijeto da Contrito - DE - Fresil, portador de CJF 183 463 953-00
Dijeto de Contrito extento com especializado em astantino de contrito estables de disco contrection para a elaboração de estados de intelligência comercial. Vigência do contrator 23 de abril a 34 de ogasto de 2012.

SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR COMITÉ NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

PATRATO DO CUNTRATO N. 10 2012 - CNO

Processo: 09248 000031/2012-17 Contrature: Comité Nacional de Organização da Conferência Rio+20, Contratado: A & C. EVENTOS L. PROMOÇÕES LTDA, CNPI 26-497 800 0001-53 (Hijeta: Pristação de

Exte documento pode ser verificado no endereço efertênico haposovovam, pos frementa dade los el pelo código (80320) 205250d i 34

mento assimdo digitalmente conforme MP nº 2/200-2 de 24/08/2001, que institui a Influestrutura de Chaves Pobbiens Dravileira - ICP-Brasil

les	a data	anexe	04/00	A a	ocum	entaçã
102	3000	COHO.	da de_	29		folhas
3 56	guir c	Ousula	ei: 96		1.04	
que			- 6	6 1	2012	
	Data		1			
	Nom	1379	ung		, -	_
	Ason	ajura.	1		_	-

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribulnte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

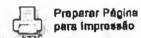
	REPÚBLICA FEDE CADASTRO NACIONA	RATIVA DO BRASI L DA PESSOA JURÍDI	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.950.849/0001-42 MATRIZ		SCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO ASTRAL	14/05/2010
NOME EMPREBARIAL OLA FM SOCIEDADE LT	DA	7	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA)		
CÓDIGO E CESCRIÇÃO DA ATIV 60.10-1-00 - Atividades o	/IDADE ECONÔMICA PRINCIPAL de rádio		
60.21-7-00 - Atividades o	MIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS		
	de produção cinematográfica, de vi	deos e de programas de televisã	o não especificadas
59.11-1-99 - Atlvidades o anteriormente CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 206-2 - SOCIEDADE EMI	de produção cinematográfica, de vi	deos e de programas de televisã	o não especificadas
anterionmente CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT	de produção cinematográfica, de vi	NUMERO COMPLEMENTO	-
anteriommente Código e descrição da NAT 206-2 - SOCIEDADE EMI LOGRADOURO	de produção cinematográfica, de vi	NÚMERO COMPLEMENTO	
anteriommente CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT Z06-2 - SOCIEDADE EMI LOGRADOURO R OTAVIO VEIGA CEP 38.160-000 SITUAÇÃO CADABTRAL	de produção cinematográfica, de vi ureza jurídica PRESARIA LIMITADA BAIRRO/DISTRITO	NÚMERO COMPLEMENTO 505 MUNICIPIO NOVA PONTE) UF
anteriommente Código e descrição da NAT 206-2 - SOCIEDADE EMI LOGRADOURO R OTAVIO VEIGA	de produção cinematográfica, de vi ureza juridica PRESARIA LIMITADA BAIRRO/DISTRITO CENTRO	NÚMERO COMPLEMENTO 505 MUNICIPIO NOVA PONTE	UF MG

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 11/06/2012 às 10:02:19 (data e hora de Brasília).

Voltar

Página: 1/1



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui. Atualize sua página



Início

Links

Fale Conosco

Mapa do Site

Você está em: Início > Consultas > Processos

Acompanhamento , processual	Processos		*
Sistema Push	Pesquisar por:		,
Cadastramento para obtenção de cópias dos autos		r um dos campos abaixo a mais de um campo.)	para realizar a pesquisa.
Solicitação de Preferência de Julgamento e Sustentação Oral	Número do Processo no STJ: Número de REGISTRO no	1	Ex.: REsp 123456, HC 54321, AG 435459 Ex.: 2007/0249585-9
Guia do Advogado	STJ:		- Language Lat
Certidão de Andamento	Número Único de Processo (NUP):		Ex.: XXXXXXX-XX- XXXX.X.XX.XXXX
Calendário de Sessões e Pautas de	Número do Processo na ORIGEM:		Não digitar barra ("/"), ponto (".") ou traço ("-"). Ex.: 200702495859
Julgamentos Boletim Estatístico	OAB do Advogado:		Ex.: DF1234, SP123456
	Nome do ADVOGADO:	Exibir somente pro	
		itérios só tem efeito para F	
	_	s, mostrar os processos em OF s, mostrar somente os process	RDEM CRONOLÓGICA DECRESCENTE DB ATIVOS
-	Consultar	Limpar Campos	Pasquisa Avançada <<
	(6	Em caso de dúvidas, f Seção de Informação 1) 3319-8410, 3319-8411, 33	Processual 19-8412 e 3319-8225

SAFS - Quadra 05 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900. Brasilia - DF Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuals: (61) 3319.8410 ② 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.



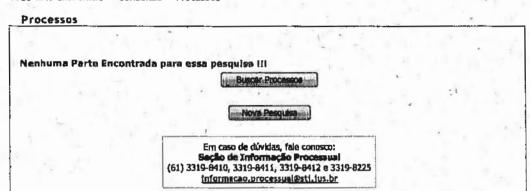
Início

Links

Fale Conosco

Mapa do Site

Você está em: Início > Consultas > Processos



SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III, CEP: 70.095-900. Brasilla - OF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuals: (61) 3319-8410
© 1996-2006 - Superior Tribunel da Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.

Consulta Processual pelo Nome da ParteNome Pesquisado: OLA FM SOCIEDADE... Página 1 de 1

Consulta Processual pelo Nome da Parte Nome Pesquisado: OLA FM SOCIEDADE LTDA



Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "OLA FM SOCIEDADE LTDA".



Emitido pelo site www.trf1.jus.br em 11/06/2012 às 10:43:06

Consulta Processual pelo CPF/CNPJ da Parte Argumento informado: 11.950.849/0001-42



Nenhuma parté encontrada com o argumento informado: "11.950.849/0001-42".

.

Emitido pelo site www.trf1.jus.br em 11/06/2012 às 10:43:33

Fis. [0] Rubnas: 6800

101

Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(81) 3221-6000

- · Inicia (#1
- · Consults Processual / DF (/consultaProcessual/Index.php?sacao=DF)
- · Por nome da parte
- A-flavascript::)
- A (lavascript::)
- A± (lavascript;:)
- A (lavascript::)
- · A (lavascript;:)

Fechar todos (#)

Abrir todos (#)

Opcões de pesquisa (#acessoRapido)

- Número do Processo (/consultaProcessual/numeroProcesso.ohn?secao≃DF)
- Nome da Parte (/consultaProcessual/nomeParte,php?secao=DF)
- Código OAB do Advogado (/cgasultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=DF)
- * Nome do Advogado (/consultaProcessusi/nomeAdvogado,phg?secao=DF)
- CPF/CNPJ da parte (/consultaProcessual/cpfCnplParts.php?secao=DF)
- 4 Mandados Judiciais (/consultaProcessual/mandado.ludicial.php?secag=DF)
- Protocolo da Peticão (/consultaProcessual/orotocoloPeticao.php?secao=DF)

Seção Judiciária do Distrito Federal / Alterar (#)

Órgão Selecione

Nenhuma parte com processos encontrado com o argumento informado:[nome: OLA FM SOCIEDADE LTDA, mostrar processos baixados; Sim]

Consulta Processual

Nome da Parte

LOKE

Moster os balxados

Pesquiser

Instrucões

O Nome da Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras malúsculas ou minúsculas.

A pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são pessoes diferentes.

Deve ser informado o Inicio ou o nome completo da parte a ser pesquisada.

Esclarecemos que no caso de se consultar nomes em processos criminais, a mesma só abrangerá aqueles processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do néu, conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0833 - DF. Nos demais tipos de processos (Civeis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Edificio Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores CEP: 70070-900 Brasilia/DF

O 2012 Tribunal Regional Federal de Primeira Região. Todos de direitos reservados.

C. Fls. 102

Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primaira Região

(61) 3221-8000

- Inicia (#)
- Consulta Processual / DF (/consultaProcessual/index.php?secsp=QF)
- · Por CPF ou CNPJ da parte
- A-tlavascript::)
- A (lavascript::)
- · A+ (iavascript;:)
- A (lavescript::)
- A (lavascript::)

Fechar todos (#) Abrir todos (#)

Opcões de pesquisa (#acessoRapido)

- Número do Processo (/consultaProcessus//numeroProcesso.php?secso=DF)
- Nome da Parte (/consultaProcessual/nomeParte.php?secao=DF)
- Código OAB do Advogado ((consultaProcessual/osbAdvogado.php?secan=DF)
- Nome do Advogado (/consultaProcessual/nonteAdvogado.php?secso=DF)
- CPF/CNPJ da parte (/consultaProcessual/cnfCnpiParte.php?sacag=DF)
- Mandados Judiciais (/consultaProcessus//mandadoJudiciai.php?secso=DF)
- Protocolo da Peticão ((consultaProgessual/protocoloPeticao.phg?secso=DF)

Seção Judiciária do Distrito Federal / Alterar (#)

Órgão Selecione

nok_n

Nenhuma parte com processos encontrado com o argumento informado:[cnp]: 11950849000142, mostrar processos baixados: Sim]

Consulta Processual

CPF ou CNPJ de Parte

Mostrar os baixados

Pesquiser

Instruções

O CPF ou CNPJ devem ser formacidos com 11 e 14 dígitos respectivamente.

Edificio Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Preça dos Tribunais Superiores CEP: 70070-900 Brasilia/DF

© 2012 Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Todos os direitos reservados. Aguarde...

c

Fis. 103 Rubrica: 690

Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primaire Região

(31) 2129-6300

- · Infelo.(#)
- Consulta Processual / MG (/consultaProcessual/Index.php?secso≖MG)
- · Por nome da parte
- · A- (lavescript::)
- · A (layascript;:)
- · A+ (lavascript;;)
- · A (lavascript;;)
- · A (lavascript::)

Fechar todos (#)

Abrir todos (#)

Opcões de pesquisa (#acessoRapido)

- Número do Processo (¿consultaProcessual/numeroProcesso.php?secao=MG)
- Nome da Parte (/consultaProcassual/nomeParte.php?escao=MG)
- Código OAB do Advogado (/consultaProcessual/oabAdvogado.ghp?secac=MG)
- Nome do Advogado (/consultaProcessust/nomeAdvogado.php?secso=MG)
- CPF/CNPJ da parte (/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secac=MG)
- Mandados Judiciais (/consultaProgsesual/mandadoJudicial.php?segso=MG)
- Protocolorda Petição (/consultaProcessuat/protocoloPeticao.php?sepac=MG)

Beção Judiciária de Minas Gerais / Alterar (#)

Órgão	Seleciona	

ok

Nenhuma parte com processos encontrado com o argumento informado:[norne; OLA FM SOCIEDADE LTDA, mostrer processos balxados: Sim]

Consulta Processual

Nome da Parte

Mostrar os baixados

Pesquiser.

O Nome de Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras malúsculas ou minúsculas.

Á pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são pessoas diferentes.

Deve ser informado o inicio ou o nome completo da parte a sar pesquisada.

Esclarecemos que no caso de se consultar nomes em processos criminais, a meama aó abrangerá equeles processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do réu,conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0633 - DF. Nos demais tipos de processos (Cíveis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Edificio Sede 1: SAU/SUL Quadre 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 Brasilia/DF

2012 Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Todos os direitos reservados.
 Aguarde...

r.



Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(31) 2129-8300

- Infolo (#)
- Consulta Processual / MG ((consultaProcessual/Index.ohp?secao≃MG)
- · Por CPF ou CNPJ da parte
- · A-tlayascript::1
- · A (lavascript::)
- · A+ (lavascript::I
- A flevascript::1
- · A flavauerlot::1

Fechar todos (#)

Abrir todos (#)

Opcões de pesquisa (#acessoRapido)

- Número do Processo t/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secap=MG)
- Nome da Parta (/consultaProcessyat/nomeParta.php?secac=MG)
- Código OAB do Advogado ((consultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=MG)
- Nome do Advocado I/consultaProcessual/nomeAdvocado.php?secao=MGI
- CPF/CNPJ da parte (/consultaProcessual/cptCnpjParte.php?secso=MG)
- Mandados Judiciais (/consultaProcessual/mandadoJudicial.php?secao=MG)
- Protocolo da Peticão (/consultaProcessual/protocoloPeticao.plu 7sacao=MG)

Seção Judiciária de Minas Gerals / Alterar (6)

Órgão Selecione

ok

Nenhuma parte com processos encontrado com o argumento informado:[cnpj: 11950849000142, mostrar processos baixados: Sim]

Consulta Processual

CPF ou CNPJ de Parte

Mostrar os baixados

Pasquisar

instruções

O CPF ou CNPJ devem ser formecidos com 11 e 14 digitos respectivamente.

Edificio Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores CEP: 70070-900 Brasilla/DF

© 2012 Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Todos os direitos reservados. Aguarde...

Consulta Processual



Não foi possível encontrar processos que atendam os parâmetros de pesquisa.

Foram informados os seguintes parâmetros:

CPF/CNPJ da parte: 11950849000142.

Nome da parte: OLA FM SOCIEDADE LTDA.

Atenção

- Este é um serviço de caráter informativo, não produzindo efeitos legais.
- Para pesquisas com restrições de data, cidade de origem, ou UF de origem, é preciso informar um número de origem, ou dados sobre uma parte ou advogado do processo.
- Não é necessário o preenchimento de todos os campos.
- Não utilize preposições ("de", "da", "do"), acentos ou cedilha em suas consultas por cidade, nome de parte e/ou nome de advogado.

TRF3# Região :: Av. Paulista, 1842 - Cep: 01310-936 - SP





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3º. REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO Nº 2012.0000048183

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO - Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de OLA FM SOCIEDADE LTDA, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº 11.950.849/0001-42. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 11 (onze) dias do mês de junho de 2012, às 11:15.

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente;

b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3º Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário:

c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles

com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;

d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;

f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço http://www.trf3.jus.br, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança 4276959b 94aa2bd8 1ca1b3b5 dddfe182 57cd4fc5;

g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;

 h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

> Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP





PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS

Nºda Certidão 2012.0000910287

CERTIFICO , revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, que contra: OLA FM SOCIEDADE LTDA , ou vinculado ao CNPJ de número 11.950.849/0001-42,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 10 Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF:
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.ifsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: D4IC6HT2a82G FCRDPY PKLVTaQ8aD4JAaN
- d) Em 15/06/2011, foi implantado o Processo Eletrônico no fórum Previdenciário da Capital e a base de dados desse sistema não esta sendo consultada para emissão desta certidão;
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 11 de junho de 2012 às 11h16min.

Núcleo de Apoio Judiciário Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP



Iníclo

Links

Fale Conosco

Mapa do Site

Você está em: Inicio > Consultas > Processos

Acompanhamento	Processos		
Sistema Push	Pesquisar por:		
Cadastramento para obtenção de cópias dos autos		r um dos campos abaixo a mais de um campo.)	para realizar a pesquisa,
Solicitação de Preferência de Julgamento e Sustentação Oral	Número do Processo no S7J: Número de REGISTRO no		Ex.: REsp 123456, HC 54321, AG 435459 Ex.: 2007/0249585-9
Guia do Advogado	STJ:	1 - 1	
Certidão de Andamento	Número Único de Processo (NUP):		Ex.: XXXXXXX-XX- XXXX.X.XX.XXXX
Calendário de Sessões e Pautas de	Número do Processo na ORIGEM:		Não digitar barra ("/"), ponto (".") ou traço ("-"). Ex.: 200702495859
Julgamentos	Advogado:		Ex.: DF1234, SP123456
Boletim Estatistico	Nome da PARTE:	RANY CAROLINE G	ONTLIO BORGES
	Nome do ADVOGADO:		
. 10 0 3		Exibir somente pro	cessos eletrônicos.
		Contém @ Igual	1 Inicia com
	Os critérios Cont Esses cr	ém e Inicia com utilizan Itários só tem efelto para i	n recursos de pesquisa fonética. PARTES ou ADVOGADOS
-	Na pasquisa acima	, mostrar os processos em Oi	RDEM CRONOLÓGICA DECRESCENTE
		, mostrar somente os process	
	Consultar	Limpar Campos	Pesquisa Avançada <<
	(6)	Em caso de dúvides, l Seção de Informação 1) 3319-8410, 3319-8411, 33 informação, processu	p Processual 319-8412 e 3319-8225

SAFS - Quadra 06 - Lole 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900. Brasilia - DF Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuals: (61) 3319.8410 © 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a lonte.



Início

1 Inke

Pale Conosco

Mapa do Site

Você está em: Início > Consultas > Processos

Processos

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

Nova Penguisa

Em caso de dúvidas, fale conosco: Sação de Informação Processual (61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225 informação,processual@sti.fus.br

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900. Brasilia - DF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319-8410
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.



Ιπίςἰο

.

Enla Concess

Mapa do Site

Você está em: Início > Consultas > Processos

Acompanhamento processual	Pracessos		
Sistema Push	Pesquisar por:		. 4
Cadastramento para obtenção de cóplas dos autos	(Preencha qualquer Se preferir, preencha	um dos campos abaixo para mais de úm campo.)	realizar a pesquisa.
Solicitação de Preferência de Julgamento e Sustentação Oral	Número do Processo no STJ: Número de REGISTRO no	, r	Ex.: REsp 123456, HC 54321, AG 435459
Guiardo Advogado	ST):		
Certidão de Andamento	Número Único de Processo (NUP):		Ex.: XXXXXXX-XX- XXXX.X.XX.XXXX
Calendário de Sessões e Pautas de Julgamentos	Número do Processo na ORIGEM: OAB do		Não digitar barra ("/"), ponto (".") ou traço ("-"). Ex.: 200702495859
Boletim Estatístico	Advogado:	=	Ex.: DF1234, SP123456
,	Nome do ADVOGADO:	GOR GABRIEL BORGES	
	Consultar (61)	Em caso de dúvidas, fale co Seção de Informação Pro- 3319-6410, 3319-8411, 3319-84 informação, processual@sti	cessue) 12 e 3319-8225

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900. Brasilia - DF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax; (61) 3319-8700 - Informações Processuals; (61) 3319.8410
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a l'inte.



Início

Links

Fale Conosco

Mapa do Site

Você está em: Inicio > Consultas > Processos

Processos

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa II!

Nova Pesquisa

Em caso de dúvides, fale conosco: Seção de Informação Processual (61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225 informação.processual@sti.jus.br

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900. Brasilla - DF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuals; (61) 3319-8410
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.

Consulta Processual pelo Nome da ParteNome Pesquisado: RANY CAROLINE G...

Página 1 de 1

Consulta Processual pelo Nome da Parte Nome Pesquisado: RANY CAROLINE GONTIJO BORGES



Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "RANY CAROLINE GONTIJO BORGES".



Emitido pelo site www.trf1.jus.br em 11/06/2012 às 11:33:20

Consulta Processual pelo Nome da Parte Nome Pesquisado: IGOR GABRIEL BORGES



Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "IGOR GABRIEL BORGES".



Emiltido pelo site www.trf1.jus.br em 11/06/2012 às 11:34:35



Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(61) 3221-8000

- [n|c]o(#)
- Consulta Processual / DF ((consultsProcessua)/(index.php?secso=DF)
- · Por nome da parte
- · A- Dayaseriptati
- · A (lavascript;:)
- · A+ (lavescript::)
- A (leyescript);)
- A (ievascript::)

Fechar todos (#)

Abrir tados (#)

Opcões de pesquisa (#acessoRapido)

- Número do Processo (/consultaProcessual/numeroProcesso.php?sacao=DF)
- Nome da Parte t/consultaProcessual/nomeParte,php?secap=DF)
- Çódigo OAB do Advogado (/consultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=DF)
- Name do Advogado (/consulta/racessual/nomeAdvogado.php?secao=QF)
- CPF/CNPJ da parta i/consultaProcessual/cpiCnpiParte.php?secao=DF)
- Mandados Judiciais (/consultaProcessual/mandadoJudicial.php?secso=DF)
- Protocolo da Petição (/consultaProcessual/protocoloPeticap.php?secao=OF)

Seção Judiciária do Distrito Federal / Alterar (#)

Órgão Seleciona

ok

Nenhuma parte com processos encontrado com o argumento informado:[nome: RANY CAROLINE GONTIJO BORGES, moetrar processos baixados: Sim]

Consulta Processual

Nome da Parte

Mostrar os balxados

Pesquisar

Instruções

O Nome de Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras maiúsculas ou minúsculas.

A pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são pessoas diferentes.

Deve ser informado o inicio ou o nome completo da parte a ser pesquisada.

Esciarecemos que no caso de se consultar nomes em processos criminals, a mesma só abrangerá squetes processos que estivarem em tramitação e ou com condenação do réu,conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0633 - DF. Nos demais tipos de processos (Civeis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Edificio Sede 1; SAU/SUL Ouadra 2, Bioco A, Praça dos Tribunais Superfores

CEP: 70070-900 Brasille/DF

© 2012 Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Todos os direitos reservados.

Aguarde.,,

C

Tribunai Regional Federal da Primeira Região

(61) 3221-5000

- · Infelo (#)
- Consúlta Processual / DF ((consultaProcessuaVindex.php?secae=DF)
- · Por nome da parte
- · A-((avascript:;)
- A (levescript::)
- A+ (lavascript::)
- A (lavascript;;)
- A (levescript::)

Fechar todos (#)

Abrir todos (#)

Opções de pesquisa (#acessoRapido)

- Número do Processo (/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secso=DF)
- Nome da Parte i/consultaProcessuel/nomeParte.php?secac=DFI
- Código OAB do Advogado (/consultaProcqssual/oabAdvogado,php?secao=DF)
- Nome do Advogado (/consultaProcessual/nomeAdvogado,php?secsq=DF)
- CPF/CNPJ da parte (/consultaProcessual/cofCnpiParte.php?secao=DF)
- Mandados Judiciais (/consultaProcessual/mandadoJudicial.php?secao=DF)
- Protocolo da Peticão (/consultaProcessual/protocoloPeticao.php?secso=DF)

Seção Judiciária do Distrito Federal / Alterar (#)

Órgão Selecione \mathbf{x} ok

Nemhuma parte com processos encontrado com o argumento Informado:(nome: IGOR GABRIEL BORGES, mostrar processos beixados; Sim)

Consulta Processual

Nome da Parte

Mostrar os balxados

Pesquisar

Instruções

O Nome da Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras majúsculas ou minúsculas.

A pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são pessoas diferentes.

Deve ser informado o inicio ou o nome completo da parte a ser pesquisada.

Esclarecemos que no caso de se consultar nomes em processos criminais, a mesma só abrangerá aqueles processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do réu,conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0833 - DF. Nos demais tipos de processos (Civeis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Edifício Sede 1; SAU/SUL Quedra 2, Bloco A, Preça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 Bresilia/DF

O 2012 Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Todos os direitos reservados.





Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(31) 2129-6300

- Inicio (#)
- Consulta Processual / MG (/consultaProcessual/Index.php?secao=MG)
- · Por nome da parte
- · A-tlayagerlotati
- · A (lavascript::)
- · A+ (Javascript::)
- A (lavascripta)
- · A ((avascript::)

Fechar todos (#)

Abrir tados (#)

Opcões de pesquisa (#acessoRapido)

- Número do Processo (/consulta/processuat/numero/processo.php?secac=MG)
- Nome da Parte (/consultaProcessual/nomeParte.nhp?secac=MG)
- Código OAB do Advogado ((consultaProcessual/oabAdvogado.php?secso=MG)
- Name do Advogado (/consultal?rocessual/nomeAdvogado.php?secao=MG)
- CPF/CNPJ da parte (/consultaProcessuat/cpfCnpiParte.php?aecao=MG)
- Mandados Judicials ((consultaProcessust/mandadoJudicial.php?secso=MG)
- · Protocolo da Petição (/consultaProcessuat/protocoloPeticao:ptip?secso=MG)

Seção Judiciária de Minas Gerale / Alterar (#)

Órgão Selecione

ok

Nenhuma parle com processos encontrado com o argumento informado: (nome: RANY CAROLINE GONTIJO BORGES, mostrar processos baixados: Sim)

Consulta Processual

Nome de Parle

Mostrar os baixados

Pesquisar

instruções

O Nome de Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras meiúsculas ou minúsculas.

A pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são passoas diferentes.

Deve ser informado o início ou o nome completo da parte a ser pesquisada.

Esclarecemos que no caso de se consultar nomes em processos criminais, a mesma só abrangerá aqueles processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do réu,conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0833 - DF. Nos demais tipos de processos (Civeis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Edificio Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praçe dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 Brasilis/DF

© 2012 Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Todos os direitos reservados.

Fis. 1) 7 Rubrica:

Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(31) 2129-6300

- · Inicio (#)
- . Consulta Processual / MG (/consultaProcessual/Index.php?secao=MG)
- · Por nome da parte
- A- (levescriot::)
- A (layascript::)
- · A+ (lavasortpt::)
- A (layancript;:)
- · A (layascript::)

Fechar todos (#)

Abrir todos (#)

Opcões de pesquisa (#acessoRapido)

- Número do Processo (/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secao=MG)
- Nome da Parte (/consultaProcessual/nomeParte.php?secao=MG)
- Código OAB do Advogado (/consultaProcessus/loabAdvogado.php?secao=MG)
- Nome do Advogado (/consulteProcessual/nomeAdvogado.php?ecse>MG)
- CPF/CNPJ da parte i/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secao=MGI
- Mandados Judiciais ((consultaProcessual/mandadoJudicial.php?secao=MG)
- Protocolo da Peticão (/censultaProcessual/protocoloPeticao.php?secao=MG)

Seção Judiciária de Minas Gerals / Alterar (#)

Órgão Selecione . ▼

Nenhuma parte com processos encontrado com o argumento informado: noma: IGOR GABRIEL BORGES, mostrar processos baixados; Simi

Consulta Processual

Nome da Parte

Moster os balxados

Pesquisar

Instruções

O Nome da Parla pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras matúsculas ou minúsculas.

A pesquise não é fonética, assim LOURDES e LURDES são pessoas diferentes.

Deve ser informado o inicio ou o nome completo da parte a ser pesquisada.

Esclarecamos que no caso de se consultar nomes em processos criminais, a mesma só abrangerá aqueles processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do réu,conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0833 - DF. Nos demais tipos de processos (Civeis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bioco A, Fraça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 Brasilla/DF

◆ 2012 Tribunal Regional Federal de Primeira Região. Todos os direitos reservados.

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

- · Inicio (#)
- Consulta Processual / UDI (/consultaProcessual@ndex.php?secao=UDI)
- · Por nome da parte
- A-tlavascript::l
- · A (layascript;;)
- · A+ (levascripta)
- · A (lavascript::)
- · A (layascript;;)

Fechar todos (#)

Abrir todos (#)

Opções de pesquisa (#acessoRapido)

- Número do Processo (/consultaProcessual/numeroProcesso.ohp?secao=UDII
- Nome da Parte (/consultaProcessual/nomeParte.php?accac=UDI)
- Código OAB do Advogado (/consultaProcessual/pabAdvogado,plp?sscao=UDI)
- Nome do Advogado (/consultaProcessuet/numeAdvogado.php?secag=UDI)
- CPF/CNPJ da parte l/consultaProcessual/cp/CnpiPerte.php?secao=UDI)
- Mandados Judiciais (/consultaProcessual/mandadoJudicial.php?secao=UDI)
- Protocolo da Peticão (/consultaProcessual/protocoloPaticao,php?secao≈UDI)

Subseção Judiciária de Uberlândia / Alterar (N)

Orgão Selecione

ck

Nenhuma parte com processos encontrato com o argumento informado:[nome: RANY CAROLINE GONTIJO BORGES, mostrar processos baixados: Sim]

Consulta Processual

Nome de Parte

Mostrar os balxados

Pesquisar

Instruções

O Nome da Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras malúsculas ou minúsculas.

A pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são pessoas diferentes.

Deve ser informado o inicio ou o nome completo da parte a ser pasquisada.

Esclarecemos que no ceso de se consultar nomes em processos criminais, a mesma só abrangerá aquales processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do réu,conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0833 - DF. Nos demais tipos de processos (Cíveis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Edificio Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 Brasilia/DF

© 2012 Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Todos os direitos reservados.



Ruspica: 500 Seeds

Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

- Início (#)
- Consulta Processual / UDI ((consultaProcessual/Index.php?secao=UDI)
- · Por nome da parte
- · A-flavascript::)
- · A (javaecript::)
- · A+ (lavascript::)
- · A (layascript::)
- · A (lavascript::)

Fechar todos (#)

Abrir todos (#)

Opções de pesquisa (#acessoRapido)

- Número do Processo ((consultaProcessuel/numeroProcesso.php?secao=UD!)
- Nome da Parte t/consultaProcessusi/nomeParte.php?sscao=UDII
- Código OAB do Advogado (/consultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=UDI)
- Nome do Advogado (/consultsProcessual/numeAdvogado.php?secao=UDI)
- CPF/CNPJ da parte (/consultaProcessual/co/Cng/Parte.php?secao=UDI)
- Mandados Judiciais (iconsultaProcessus)/mandadoJudicial.php?sacao=UDI)
- Protocolo de Peticão (/consultaProcessual/protocoloPeticao pho?secao≃UDI)

Subsecte	Judiciária d	e libertåndte	/ Alterer ##1

Orgão Selecione

_2Kn

Nanhuma parte com processos encontrado com o argumento informado: [nome: IGOR GABRIEL BORGES, mostrar processos baixados: Sim]

Consulta Processual

Nome da Parle

Mostrar os baixados

Posquisar

Instruções

O Nome da Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras maiúsculas ou minúsculas.

A pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são passoas diferentes.

Deve ser informado o Início ou o nome completo da parte a ser pesquisada.

Esclarecemos que no caso de se consultar nomes em processos criminais, a mesma só abrangerá aqueles processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do réu, conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0833 - DF. Nos demais tipos de processos (Cíveis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Edificio Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 Brasitis/DF

© 2012 Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Todos os direitos reservados.



Agéncia Nacional de Telecomunicações





Menu Principal ▼

SRD »» Consultas »» Técnicos »» Piano Básico menu ajuda

Y · Tela Inidal

la

Resultado da Consulta

Plano Básico - FM

Paranapuã/SP

Canal Classe Entidade

Localidade

Situação

215 Usuário: -

(Concomenda: 20/2010) Data: 11/06/2012

Hora: 10:08:28

Registro 1 até 1 de 1 registros

Pagina: [1] [Ir] [Reg]





Agência Nacional de Telecomunicação

Sistemes Interativos

Menu Principal ▼

SRD »» Consultas »» Geral | menu ajuda

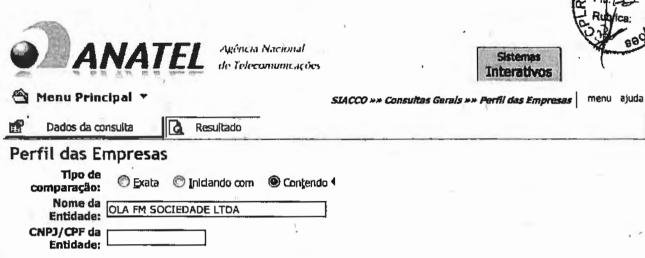
Y	Tela Inicial	II a	Resultado da Consu
	·	-	CALL COLOR OF THE COLOR

-		4 4	-	
(^	nsu	11:3	1.0	וכיי
wu	113U	ua	uc	0.1

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
204	OLA FM SOCIEDADE LTDA	MG	Cambuquira	FM	С		
300	OLA FM SOCIEDADE LTDA	MG	Carangola	FM	С		
Usuário: -	Data: 11/06/2012 Hora: 10	1:09:49					

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



Resultado da Pesquisa

Não foi encontrado menhum registro com os critérios informados!

Para maiores informações clique no botão ajuda.

Voltar 🖸 Confirmar 🕹 Ajuda



MARIA MONICA FURTADO RODRIG

Sistemas Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | Internet tela | menu ajuda

Dados da consulta Consulta



Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: RANY CAROLINE GONTIJO BORGES

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!

SIACCO - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE CONTROLE SOCIETÁRI...



de Telecomunicações

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES

Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet tela | menu ajuda

Dados da consulta



Consulta

Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: IGOR GABRIEL BORGES

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!

Hesta desta anaval aog sutos do procasso de nocasso de



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão

Nota Técnica nº 175/2012/CPLR/DEOC/SCE-MC

ASSUNTO: Encaminha autos do processo para análise da Consultoria Jurídica com vistas à homologação do certame.

Referência: Processo Principal nº 53000.007365/2010 (Conc. nº 020/2010-CEL/MC)
Processo nº 53000.026104/2010 (proponente vencedora)

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento licitatório de outorga de permissão, referente à Concoπência nº 020/2010-CEL/MC, para execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Paranapuã, Estado de São Paulo, cujos autos da proponente vencedora, OLA FM SOCIEDADE LTDA., foram instruídos, nos moldes da Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 001/2004, para serem encaminhados à Consultoria Jurídica deste Ministério, com vistas a sua provável homologação.

ANÁLISE

- 2. Em cumprimento à Ordem de Serviço já referenciada, a Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão realizou pesquisas junto aos sítios eletrônicos do Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal da Primeira Região e da Terceira Região, bem como Justiça Federal do DF, da Seção Judiciária do Estado de São Paulo e de Minas Gerais (sede da empresa), cujos extratos foram anexados às fls. 97/107. Não foram encontrados registros nem com o nome da entidade, OLA FM SOCIEDADE LTDA, nem com o seu CNPJ. Também foram pesquisados, nos mesmos sítios eletrônicos, os nomes dos sócios da empresa (fls 108/119).
- 3. O extrato eletrônico do SRD Sistema de Controle de Radiodifusão da ANATEL (fl. 80) atesta a existência do canal licitado (canal 215, classe C), no Plano Básico de Distribuição de FM.
- 4. Junto ao SIACCO Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da ANATEL e ao SRD (fls. 121/122), foi verificado que não há registro de outra outorga deferida a essa entidade, porquanto as indicadas no SRD encontram-se em fase de aprovação do ato de outorga pelo Congresso nacional. Também não há registro de participação de seus

Fls.: 125Fls(24) Note Técnice nº 175/2012/CPLR/DEOC/SCE-MC.

socios em outras empresas (fls. 123/124), restando, portanto, observado art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67.

5. Ressalte-se, ainda, que até o presente não foi encontrada manifestação das demais concorrentes nos autos dos processos da concorrência em comento.

CONCLUSÃO

6. Pelo exposto, concluímos que o processo está apto a ser encaminhado à Consultoria Jurídica para análise e manifestação quanto à regularidade processual e, caso não haja óbice, opine pela homologação e adjudicação do objeto licitado na Concorrência nº 020/2010-CEL/MC à proponente OLA FM SOCIEDADE LTDA.

À consideração superior.

Brasília, 11 de junho de 2012.

MARIA MÔNICA FURTADO R. LIMA
Analista

De acordo. Encaminhem-se os autos da concorrência em comento, como proposto.

Brasília, de ju

de junho de 2012.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Ligitação de Serviços de Radiodifusão





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PARECER Nº 1119/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.007365/2010

INTERESSADO: OLA FM SOCIEDADE LTDA

EMENTA: Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 020/2010-SSR-MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão sonora em freqüência modulada, para a localidade de Paranapuã, no Estado de São Paulo.

Pela homologação do certame, com adjudicação do objeto à licitante OLA FM SOCIEDADE LTDA.

Senhor Coordenador Geral,

A Comissão Especial de Licitação encaminha, para exame e parecer desta Consultoria Jurídica, os processos em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do procedimento licitatório objeto do Edital da Concorrência n.º 020/2010-SSR/MC, para a localidade de Paranapuã, no Estado de São Paulo.

- O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.
- 3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressalvamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, "in verbis":
 - Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de oficio ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

4. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 920 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF Telefones: (61) 311-6535/311-6197 Fax: (61) 311-6602 Email: conjur@mc.gov.br

R

conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito. (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481)

- 5. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.
- 6. Em relação ao procedimento licitatório para a localidade de Paranapuã, no Estado de São Paulo, analisando a Concorrência nº 020/2010-SSR/MC, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório. Logo, cabe homologação com adjudicação do objet à empresa OLA FM SOCIEDADE LTDA. Observe-se se não se trata de faixa de fronteira (senão, deverá ser juntada a documentação respectiva).

7. Ante o exposto, opinamos no sentido de que haja o encaminhamento dos autos à Secretaria de Comunicação Eletrônica, com proposta favorável à homologação do Aertame e à adjudicação do objeto à empresa OLA FM SOCIEDADE LTDA, para a localidade de Paranapuã, no Estado de São Paulo.

À superior consideração.

Brasília, 22 de junho de 2012.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

DESPACHO № 4686/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.007365/2010

ASSUNTO: Homologação.

Aprovo o PARECER Nº 1119/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra da da Advogada da União, Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 10 de julho

de 2012.

DANIEL PEREIRA DE EBANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO Nº 4687/2012/JF8/GAB/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº: 53000.007365/2010

ASSUNTO: Homologação.

Aprovo o DESPACHO Nº 4686/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº 1119/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de autoria da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, {{ de julla de 2012.

José Flávio Bianchi Consultor Jurídico En: DRANCO

nº 530	00026101	1010a	o process document	o de ação
a segui	r constituida d skm numerei:_	e	02 10	inas,
Date:	1 60	080	120	12
Nome;	Dom	2		

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO



DESPACHO DO MINISTRO

Em 02 de agosto de 2012.

Acolho o PARECER Nº 1119/2012/TFC/ CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU e invoco seus fundamentos como razão desta decisão para HOMOLOGAR o certame e realizar as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

PAULO BERNARDO SILVA Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

N° DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	№ PROCESSO
020/2010	SP	PARANAPUÃ	FM	OLA FM SOCIEDADE LTDA	53000.026104/2010



Nº 151, segunda-leira, 6 de agosto de 2012

Diário Oficial da União - seção 1

ISSN 1677-7042

Aculho e PARECER N° 1322/2012/FFC CGEF.CONUR-MC/CGU/AGU, invegaçõe seus fandamentos como marto desta decisão e determino a ANULAÇÃO DA JIABILITAÇÃO de RADIO DINÂMICA FM DE TATUL LIDA no Concorrâcião n° 139/2015 SSMAC, para es localidades constantes do Asexo Unico, restalte-se que já foi assegurada nos interessantes o exercício do contraditorio e

ANEXO UNICO

LUNUDRIENCIA STRAN	11	LUCALIDADES	SURVIÇO:	LICHANIE	Nº DO PIUTCESSO
139 2001	519	ALIANUE ARACOLANA MA SERRA	IN	RADIO DINAMICA EM DE	#1430 (MRN24 2002

Acobio o PARECER Nº 1119/2012/TFC CGCE CONTUR-MOR GU/AGU e invosti, seus fun-damentos camo razlar desta decisia pera HOMDUNTAR o certante e neutrar as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Unica, mas termos da legislação vigente e dos normos estabelecidas no respectivo Editol.

ANI NO UNICO

Nº DA CORCORDÍNGIA	tit	Lucaledade	\$1.10(1),03	PROPONENTE STRUKKA	86- 1460 K F 220
H24.29 lb	'N'	// Presents	1 (2)	JULY BY YOUR BURNEL LIDEA	Charles and Thin

Aculho o PARECER Nº 1121/2012/CVS CUCL/CONJUR-MC/AGU, invocando seus funda-mios como mello desta decisão e HOMOLOGO a adjudicação propusta, de acurda com o Anexo tico, nos termos da legislação vigente e dos normas estabelecidas no respectivo Edital

CHALLER BEREIN	11	LUCALIDADE	SERVICO	PROPUNENTS VIOLEDURA	Nº DO PROCESSO
123 2001	ď.	LONIRAS	161	RADRI ALTO VALLE LE	53740 pfx127s 20p1

Acolbis o PARECER Nº (184/2012/TFC/ CGGE/CONJUR-MU/CGU/AGU e invocu seus fundamentos como naño desta decisão para HOMOL/GGAR a certame e realizar as adjudicações propostas, de aconda com a Anexo Unico, nos termos da legislação vigente e das normas estabelacidos no respectiva Edital.

ANEXO ÚNICO

NO DA LONCORRENCIA	15.	Lucalidade	SEMPLO	PROPONENTS VENCEDINA	er recktere
915-2016	54.	.HO.180 50%	LY	TELLABAD ALIDEAR LIDA	53406424337 2019

Tendo em vista a manifestação apresentada pela licitante SISTEMA TERRA DE COMU-NEAÇÃO LTDA na Concernência of 037/2009-CELMC, para a localidade de Manipl. no Estado do Parana, aculho a PARECER Nº 997/2012/01.5/DPF/CGCE/CONJUR-MC/CGI/AGÚ, de some a co-nhactor da manifestação e dar-lhe proximento, conforme Anexo Unico, nos termos da legislação vigente e das tormos estabeleculas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

MANIFESTAÇÃO - CONHECIDA E PROVIDA

Nº DA CONCORDENCIA	14.	LOR AUDADL	SERVICIO	ALANII ESTANII
D37 2:00F4	7°K	Miarma	161	SINTE MA TEMPA DE LONGUNE ACAD LINEA

Acolho o PARECER Nº 1122/2012/CVS/CCCE/CONJUR-MC/AGU, to vocancio seus funda-mentos como razão desta degisho e HOMOLOGO o certame e adjudico objeto à Proponente venecdora, de acondo com o Anexo Unico, nos termos da legislação vigente e das nominas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO UNICO

ON ONRING IA) In	COC ALIDAGE	SURVICO	PROPERTY NE	NF UG (980X) 5503
173 2 001	ų.	SISION CLISTA	CM.	TAL RADIOS FOLLON	1,1740,000234,2000

Acolho o PARCUER Nº 1043 2012 CVS/CGCD/CONJUR-MC/AGU, invocando seus funda-mentos como restos desta decisão e HOMCLOSO o cerconse, realizando a adadeceção proposta, de secredo com o Anexo Unico, nos termos da legislação vigente e dos normas esubelecidas no respectivo Edital.

ANEXO UNR O

CONCORDENLIA SURMIC	ft.	LOCALIDADA	41 RVIÇO	PROPERTY MILE	N° 18) PRO(1450)
1031 2004	rus	FIATI BLID	114	HADRI HANTI A FEE EL	entities (1)

Acolho u PARECER № 1030/2012 CVS.CGA DIVONIUR MC AGAI, e invoco sous fundo mentos como ruzdo desta decisado poro HOMOI UGAR o certome e realizar as adjudicações propostas de aconda com o Anexo Unico, nos termos da legisloção vigente e dos normas estabelecidas o respectivo Edital.

ANEXO UNICO

LON DANINI IN	ti-	RIVULANI	MENTED	PROPOSI STI	N IB) PRINCISSO
076-2001	161	KID NEGRU	FM	RESUMENT OF TAPET	ZINE ELINONE DE MES

Tendo em vista o recurso interporto contro a decisiro da Combedo de Licitocho na fase de habilitudo na Concarrência aº 05/2010-58/UMC, para a localidade de Santa Marca de Cambrada de Pernamburo, sculho o PARECER nº 1079-2012/CVS CGG ECONDUR MC ACIC, de corte a julgar o recurso interporto pela Proponente BOM JESUS COMUNICACOES LTDA contro a própria imbilitação, conforme Apexo Unico, nos termos da legisloção tigente e das normos estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO UNICO

RECURSO NÃO CONHECIDO

N° DA COM OILIÚN LIA 590 MG	(i	LUCALIDADI	SERVICO.	IOT CAOUTAIP	PRIN 1550
#55-54f#	Fì.	SANTA MARIA IXI] M	CALOLS LEDA	Appropries 1 sept.

Acolho o PARECER nº 1077/2012/CVS-CQCE/CONJUR-MC, AGU, de sorte a ANLLAR o aix que habilitos a Proponeme FB CONUNICAÇÃO E SERVICOS LIDA, na Concombren nº 055/2010, conforme Anexo Unico, nos termos da legislação vigente e das parmas estabulecidas na respectivo Edita!

ANEXO UNICO

CONCORRÊNCIA Nº (ISS/2010-CELIMO

F 151 L THE CHIRENCIA	UI-	LOCALIDADE	Sheared	Ma DO MENT 1220	RUSTILI VERD
953.791st	Ph:	SANIA MARIA DO	FM	THEOREMICACAD I	INABILITADA

Acolho o PARECER Nº X07/2012/TFC/CCCE/CONJUR-MC CGU AGU, invocando seus fun-damentos eguio razlo desta decisão e determino a INABILITAÇÃO de REDE MIRTICOM CO MUNICAÇÕES ETDA na Concordencia o 05/4/2010-58/BAIC, para as localidades constituites do Anextu Unica, ressale-se que já foi asseguindo nos interessados a exercicio do controdición e anaplo defesa

CONCORRENCIA	Lit	LOX ALIDADI S	SUNJUD	FICITANII	N. DES PRINCIPATION
H44-2919	10	SANTA PE DO ARA-	141	NULTH MULTIUDAY CONTONE A	43000 843931 2010

Aculho a PARECER Nº 803/2D)2/TFC/CGCE/CONUR-MC/CGU/AGU, invocundo seus fun domentos coma mazla desta decissão e determino a INABILITAÇÃO de GR SISTEMA DE COMU-NICAÇÃO LTDA no Concorrência nº 056/2010-558/MC, pam as localidades constantes da Anabre Direco, ressalte-se que já foi assegurado pos interessadas e exercício do contradicion e ample defesa

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO ÚNICO

TTING OF NENEELS	IIÍ	FOX VENTOR &	SERVICO.	LIEITANII	NT (N) PRO (KS)
056.30)11	(1)	SANTA LE DO ARA OUMA	IAI	OR SPOEMS DE LONG NILSEÃO LOSA	A HOUSE OF THE SHIP

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 4.215, DE 25 DE JULITO DE 2012

ATO Nº 4.215, DE 25 DE JULITO DE 2012

Processo nº 33588.003219/2003 - Aprovar, la posterioril, a imasferência do controle succisário da empresa WIDEWAY DO BRASIL LTDA., CWIJMF nº 05.841.037/0001-60, prestadora de Serviço de Contanicação Multimidia, constante na segunda alternação contrulal, contanicação Multimidia, constante na segunda alternação contrulal, contanicação multimidia, constante na segunda alternação contrulal, contanicação Multimidia, constante na segunda alternação DRIGO PUCCI PIERI, CPFMF nº 52.582.848.00, c RD-BRIGO PUCCI PIERI, CPFMF nº 765.386.08-40. Aprovar, (a posteriaril, a transferência do contrule societário do empresa WIDEWAY DO BRASIL LTDA., CNPAMF nº 53.481.647/0001-60. Prestadora de Serviço de Comunicação Multimidia, constante na terceira alternação contratula, com a retiração dos adeicos PEDRO GIOVANI DO NASCIMENTO. CPFMF nº 767.893-834. c SERGÍO MANTOVANI, CPFMF nº 05.396.518-41, e cutroda das abelias LETICIA SCHIMDT, ARRUDA, CPFMF nº 344.725-638-94, e ANA TOMÉ DA FROTA VASCONCELOS. CPFMF nº 985.285.308-25. Aprovar, la posteriori), a alternação contratula de empresas WIDEWAY DO BRASIL LTDA., CVIJMF nº 985.285.308-25. Aprovar, la posteriori), a alternação contratula do empresa VIDEWAY DO BRASIL LTDA. CVIJMF nº 985.83.308-25 e a transférência resultária do contrato a retirioda do decia ANA TOMÉ DA FROTA VASCONCELOS. CVIJMF nº 383.83.308-25 e a transférência resultária do contrato a retirioda do decia ANA TOMÉ DA FROTA VASCONCELOS. CVIJMF nº 383.843.908-25 e a transférência resultária do contrato a retirioda do decia ANA TOMÉ DA FROTA VASCONCELOS. CVIJMF nº 384.725-638-94. A

aprovação não exime a Requerente do cumprimiento das demais obrigações fegais e regulamentares a que se encoura submetida perante outras árgãos.

IOÃO BATISTA DE REZENDE Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE Em 4 de julho de 2012

Em 4 de junto de 2012

Nº 4,588/2012-CD -Processor 3355406865/2012

O CONSELHO DIRETUR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de sous stribeições legais, regulamentares e agrimentale, examinando a Recurso Administrativo interprisos por CM CONSTRUÇÕES E SERVIÇÕS LTDA, CNPIZMÉ nº 35,398,247/0001-92, enspresa autorizada de Serviço Limitado Privado, em tênce de decisalo proferido pelo Conselho Diretor da Anaste, por meio de Despacho nº 3,103/2012-CD, de 19 de abril de 2012, tien unido de decisa de professo em epigarde, que tem por ubigito a oparação de infração do tem 9,8 da Norma MC 1397, de 21 de secendro de 1997 (operação de estação sem licença para funcionamento), decidar, em sua Reunida nº 555, realizada em 28 de jusão de 2012, cunhece do Pedidá de Reconsideração e, no mérito, negar-lib provimento, mantendo se integralmente a decisão accurrido, pelos arabos e fundamentos presentes na Análise nº 280/2012-CICIV, de 21 de junto de 2012.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

Em 10 de julho de 2012

Em 10 de julho de 2012.

Processos n. \$3500.027951/2007, \$3500.027951/2007, \$3500.030319/2008, \$3500.003919/2009, \$3500.003919/2009, \$3500.002506/2009, \$3500.002506/2009, \$3500.002506/2009, \$3500.002506/2009, \$3500.002506/2009, \$3500.001939/

JARBAS JOSE VALENTE Substitute

Em 23 de Julho de 2012

Nº 4.508/2012 - CD - Processo nº 53500.02/357/2009.

O CONSELHO DIRETOR DA AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suos artibuições legins, regulamentore e regimentos, examinando os notos dos Processos de Arbitragem em consento, proposto palas empresas TELEMAR NOR-

Este documento pede ser verificado no endereça eletificido http://www.in.gov.betassicidolo/and, pelo código 100/12012000000015.1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2,200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutto de Chaves Públicas Bravilents - ICP-Brasil

Nesta date ansyst f	og gudos do processo de
nº 52000.0267	strandoction of 1970 of 1970 of 1970
a seguir constituida	
que assim numereit	131 154
Data: 03-1	09 12
Nome.	Moises AL
Assum se	M

PUBLICADO NO DIÁRIO

Pagina: 66 Seção: L ANOTADO POR POR



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 379 , DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.026104/2010, Concorrência nº 020/2010-CEL/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à OLA FM SOCIEDADE LTDA, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Paranapuã, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA



MC

EM

Brasília. de

de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 020/2010-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodífusão sonora em frequência modulada, no Município de Paranapuã, Estado de São Paulo.

- 2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 07 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Ola FM Sociedade Ltda. (Processo nº 53000.026104/2010) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
- 3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

PAULO BERNARDO SILVA Ministro de Estado das Comunicações







ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - secto 1

Nº 170, sexta-feira. 31 de agosto de 2012

PROCESSES OF ASSESS ASSESSES ON CREAM, AS DA COURTE DE MANCAMINOUS DE MAIS	FOILSON ALVIERS OF	
THE TOTAL HOUSE CONTRACT MENT AND THE WASHINGTON	TENTEN INTEREST	MENCAU HUNRUDA
4		

negoria Monografia de Especialização e/ou Residência

	LUM URRENIE	PREMIALAU
SAC YOLD WASHINGTO DV GAS POLICIO	LUBA ARUFIRS CHAVES	(BC # (Braintel)
ESTUDI DA LUIZZAÇÃO DE MEDICAMENTOS MAR TOCKEN TRAM- LUIROS TUPRIENMOS	NA	Or or of the contract of
CONSTRUCTOR OF THE PLANE OF AUSTIPACE OF APPRAISES AS COMES. DO PROCESSO DE TRESPONDO CAS DE SERBICAS PRINCES AS COMES. DEST. DE SAMES HE CONTROLORO SET, DO MICASIL.	FEWN MALIOS WIND	MENCACHIONROSE

Categorio: l'arbollio em nivel de Graduccito

TOPLO DO TESUSERO.	CONCORRENTE	PREMIACAG
MALINGAO CLÍNICA E CIRLI ROICA DA INDRIAGADA DE PRESCRIÇÃO	TALIFA GIRIO CARNA-	DIABALITU PREMIA-
AND HIGH A POST OPER ATOMIA ENS CIRCURGIA DE TERCETROS MIL	115	กข
OUALIDADE DO SERVICO ESPACIDACIDADO DAS ANALISE ESPA-	ORIGIDA DIAS SERNASE	(R. S.)(7230)
Clab.	DIS	ALLECTED HOUSE

Categorio: Trabalho desenvolvido em: entidades/instituições, injelos de comunicação, e no âmbito de

THOUGH DO DESIGNATIO	UNALUREENTE	CREMIAGAU
CONSTRUCTOR ADDOCUMENTS SOME THE MACROSAL OF ME THE AMERICA STRASES OF MULICACID DE TREMOLOGIAS OF IN- FORMACIO E COMUNE AL AU	TOWN THE SMITH SMITH	IRAGALIO PREAIIA- PO JRS Builden
IMPLANSAÇÃO DE PALPRIZIRANA DE ATEM, AD EMPLACIL DE A NA CARNÁLIA ENSINO E FARMACIA POPULAR DE DRASIC DE LIVA RISTRUMÇÃO DE ENSINO	MAGNIE WARRY DASCA	MENT FOR HUNRORS
INDURLÂNCIA DU FARMACIT UCO RESIDENTE EM 1943 E NIDADE DE TRANSPLANTE REPÁTICO E RENAL INTERVEAÇÕES EMMA CÚUTICAS MEALICADAS	DEALITY ROSERGE EX DE SOLZA	VIENC 20 HONRO?
NONTERAMENTO DOSTITAÇÃO (X) NOVO TORRESPUNTÁTICO LONGONADO DISPONÍMENZADO PELO SES CONCEPA	EPETANA DOS SANTOS	VIEW TO HOMBOST

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELIJA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 309, DE 26 DE JUNHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, nu ano de suas atribunções, e tendo em virus o que consas do Processo nº 51000 06748-52007 e, em especial, da Nota Tecnica nº 2118/2018-20(LOTEDE OSCIE-MC, resulver Autorizar, de accuda com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, o Radid e Televisão Capital Lida, conscisionária do Serviço de Radidofíticade de Sons e Imagens em Bentillo, no Distrito Federal, a executar o Serviço de Retansmesto de Televisão, acidir ao Serviço de Radidofíticad de Sons e Imagens, em caráter secundário, em Benzáladia, no Distrito Federal, por meto do record 224 (vinte e doir deculndo plum mais), utilizando os vinais de televisão capitalas diretemente da estação geradom, visando à retransmissão dos seus próprias sineis.

PAULO BERNARDO SILVA

POKTARIA N° 319, DE 3 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, ao uso de suav utibulções, em cunformidade com o disposto no atiga 96, do Regulamento dos Serviços de Rudiodifische, aprovado pelo Decreto nº 52,795, de 31 de antubro de 1963, e tendo em visita u que consta de Processa Administrativo nº 330/80,04600/2010, resolves: An 1º Autorizar a realização de alteração comitatal, resolvade em transfelectic limitera do outorga, para a exceçção do Serviço de Radiodifische Sorvota em Omia Média, no altericipia de Printerivem do Leste. Estado do Diato Crosso do Sol, conferida à CONCALVES E MARCHETT LITOLA, Polo Decreto de 36 de desembro de 1978, publicado no Diário Oficial do União de 29 de desembro de 1978, e políticado no Diário Oficial do União de 29 de 2009, e efectoradad pelos Occreto Legislativo nº 151, de 2009, publicado no Diário Oficial de União de 30 de junho de 2000.

Art 2º Os quadros societário e diretivo da entidade, upês a realização da presente operação, ficam assum constituidos:

CUHSIAN	kota_	SALOMISSI
Jodo Antinio Facuraiza Neta	7 (00)	[43817(0)
Dieteren de Abreu Farandet	7,000	14,650,00
TINTAL	1.0 000	17 and 44

Administrador: Judo Antônio Fagundes Noto
Ant. 3" Determinat, nos termos do arrigo 97 do chado Regidamento, que a enidade intensanda apresente a alteração contintad
contenda a transferência ora antoinada, devaluaceme registrada ou
repartição competente, para a aprovação deste Ministèrio.
Ant. 4" Determinar que, após a aprovação, los atus decurrentes da presente autorização por este Ministèrio, soa procedida a
devida cumunicação ao Congressa Nacional, nos termos do arr. 222.
85°, da Constituição da República.
Art. 5" Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

blicacito

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 376, 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, na uso de suns utribuições, em conformidado com o artigu 32 do Regulamentor dos Serviços de Rosdiodificato, apravada pelo Decieto nº 52,795, de 31 de ministro de 1963, com n redação que lhe foi sidal pela Decieto nº 1,720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que causan do Processo n.º 5300,038R19/2009, Cameerdación nº 106/2009-CELDMC, resolves Comunicações Maranherases Lida-ME rara explienta serviço de tendiodificação sonara em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, nu manicipio de 30ho d'Agua des Cunhate, Estado do Maranhatha. A permissão ora contrigada somente produzirá efeitos legais upôs deliberação do Congresso Nacionals nos namos du artigo 223, § 3º, da Constituição

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 377, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES. O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com u artigo 32 do Regulamente dos Serviços de Radioditusão, aprovado pelo Decreto nº 52,795, de 31 de outativo de 1963, com a realeção que he foi deda pelo Decreto nº 1,720, de 28 de navembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000,005447/2010. Concurrência nº 031/2009-CELMC, resolve:

Outougar permissão à Rádio Bayeux FM Lda, para explorar serviça de midioditusão soutors em fregléticia modulada, pelo patos de dez anos, so a tunicípino de Maturêla. Estado da Paralha. A permissão am cutougada somente produzint efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos de artiga 223, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 3W, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no utu de suas atribuições, em confamilidade com a artigo 32 do Regulamento dos Surviços de Radiuditudas, aprovado pelo Decreto nº 52,795, de 31 de atrubra de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreta nº 1.220, de 28 de novembra de 1995, e tendo em vista o que consta da Pracesso n.º 53000.026/184/2010, Concurrência nº Obugoto-CELMC: teache:

Outogar permissão à Ohi FM Sociedade Ltda, para explorar serviço de radioditusão sonora em freqüencia modulada, pelo parao de doe anos, no município de Paranapad, Estada de São Paula A permissão ora outorgada sumente producha efectos legais apás debiberação do Congressa Nacional, nos termos do attigo 221, § 3º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 380, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, DO O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com a urigu 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovada pelo Decreto nº 52,793, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1720, de 28 de novembro de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740,000259/2002. Concorrência nº o que consta do Processo 123 2001-SSR MC, resolve

(20 gan) -53 R 51), resuive Ottogar permissão à FM Radionte Lida para explorar serviço de radiodiflusão sonara em freqüência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, A permissão nos autorigada somenie produzirá efeties legais após deliberação do Cungresso Nacional, nos termos du artigo 223, § 3º, da

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 381, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MÍNISTRO DE ESTADO DAS CONUNILAÇÕES, nu uso de suus ambugões, em conformidade com u uritga 32 do Regulamento dos Serviços de Rudiodofisto, aprovada pelo Decreto nº 52 793, de 31 de o unatiro de 1933, com a redeção que las foi doda pelo Decreto nº 1720, de 28 de tassembro de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53740 000278/2002. Concurência nº 123 2001-SSR/MC, resolver Controgar permissão 8 Rádio Alta Vale Luda, para explorar serviça de radiodituado sanora em freçüência modulada, pelo prava de lez anosa, no município de Louring. Estado de Santa Catarina, A permissão era outorigada sonorate produzirá efeitos legais após deliberação de Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 1º, da Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 382, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suos arribaições, em conformidade com o arriga 12 do Regulamento dos Serviços de Radiodifisado, aprovado pelo Decreto o 22.793, de 31 de ocuplan de 1963, com a redação que 16 foi dada pelo Decreto o 7-1720, de 28 de movembra de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo o nº 35740,000282/2002, Concordencia o 12.53/2003-558/MC, resolve:

Osturgar permissão a Contestado Comunicações Lala, para explorar serviça de nabodifisão acoura car fregilência modaldada, polo para de dez anos, no municípios de fomeré, Estado de Sonta Caterino. A permissão on canongula acunciale productia efeitos legais opia delibenção do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3, de Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 383, DE 28 DE AGOSTO DE 2012

PORTARIA N. MAI, DE AR DE AGUSTO DE 1812.

O MINISTRO DE ESTADOI DAS COMUNICAÇÕES, no uso de ausa atribuições, em confurmidade com o atrigo 32 do Regulamemo dins Serviços de Radindifinão, aprovado pela Decreux nº 32,795, de 31 de outubro de 1963, cum a redação que the foi dada pela Decreux nº 1,720, de 28 de provariano de 1995, e tendo em vista o que constra do Processo nº 53740,00241/21812. Concorrência nº 133/2001-53870AC, resolves:

Outargas permissão à Cinquives Contantisações Lida, para explema serviço de radioidissão sonura em Bragileira modulado, pelo parao de dez anos, no manicípio de libota, Estado de Sonta Caurnoa. A perodistão im autorgada comente produzitá efectua legaris adois delificeração do Congresso Nacional, nos terratos do ortigo 223, § 3°, de Constituição.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 386, DE 28 DE ACOSTO DE 2012

D MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de stas atribulções, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Redibidifissão, aprovado pelo Decreto o \$2,793, de 31 de unaturo de 1953, em rado de decisão Judicial problado pelo Superior Tribund de Justiça no Mandado de Segurança o 15,459/DF, recubir.

solve:
Art. l' Anular a Portaria n.º 403, de 4 de maio de 2010, publicada no Didrio Oficial da Unibo de 07 de maio de 2010, que outorquo o serviço de radioditissão sonota em frequência modulada a Saterno Conagou de Comunicação Lida, no Concernância (21) 1997 SFO/MC, no município de Canguça. Estado da Rio Grande do Sul

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 4,787, DE 23 AGOSTO DE 2012

Processu nº 53500.0003502013. Espede minorização û LIFE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMIDIA ÉTDA . CNPJASE nº 05.007.744.0001-00, pam explorar a Serviço de Acessa Condicionada, par pravo indeterminado, sem caráter de exclusivadade, tenda como Area de Prestação do Serviço todo a vertiório macional, e camo Areas de Abrançãos do Alemánimento aquelos indicados em seu Projeto Técnico e aterações posteriores.

JARBAS JOSÉ VALENTE Présidente do Conselho Substituto

DESPACHO DO PRESIDENTE Em 27 de abril de 2012

Nº 3-350/2012-C'D - Processo nº 335-15-002516-2006 O CONSELNO DIRETOR DA AGÉNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, au uso de sines atributépes l'opsis, requ-lamentares e regamentals, exampliandu o Pedifio de Recensaderação apresentado por BRASIL TELECOM S.A. - Filhal Mato Corosso,

Este documento pode ser verificada no endureça eletiônico http://www.in.gar.htm.ade.html, pela código 0801/2012083100066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2,200-2 de 24 00/2001, que institu a Infacestrutum de Chaves Publicas Brasilera II P-Brasil



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Protocolo:

53000.026104/2010 (cópia 1)

Interessado:

Ola FM Sociedade Ltda

Assunto:

Encaminhamento de cópia autenticada de processo e atos de outorga originais.

AO GABINETE DO MINISTRO.

Conforme consta nos autos do processo em referência, a entidade interessada sagrou-se vencedora da Concorrência n.º 020/2010-CEL/MC, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Paranapuã/SP.

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 379, de 28 de agosto de 2012, no Diário Oficial da União de 31 subsequente, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para que seja remetido à Presidência da República.

Brasília, 63 de setembro de 2012.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

Coordenadora do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

EM Nº 334/2015/SEI-MC

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 020/2010-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifisão sonora em frequência modulada, no Município Paranapuã, Estado de São Paulo.
- 2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifisão, concluiu que a Ola FM Sociedade Ltda (Processo pº 53000.026104/2010-91) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 08 de junho de 2012 e a Portaria nº 379, de 28 de agosto de 2012, publicada no D.O.U. do dia 31 de agosto de 2012, outorgou a permissão.
- 3. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações, em 31/08/2015, às 15:08, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0584145 e o código CRC EE1EBD38.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

PROCESSO Nº: 53000.026104/2010-91

ASSUNTO: PREPARAÇÃO DE CÓPIA DO PROCESSO

De ordem, remeto os autos ao SDCOM para preparação de cópia do processo em referência a ser remetido ao SEDOC/GM para posterior envio a Casa Civil.



Documento assinado eletronicamente por Alicionete da Silva Luz, Agente Administrativo, em 31/08/2015, às 15:49, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0693980 e o código CRC AA89A19F.

Minutas e Anexos

Não Possui.

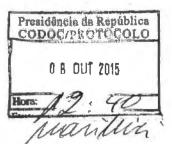
Brasília, 2 de Outubro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº020/2010-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município Paranapuã, Estado de São Paulo.
- 2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Ola FM Sociedade Ltda (Processo nº53000.026104/2010-91) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 08 de junho de 2012 e a Portaria nº 379, de 28 de agosto de 2012, publicada no D.O.U. do dia 31 de agosto de 2012, outorgou a permissão.
- 3. Contudo, de acordo com o § 3ºdo art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente.

Assinado eletronicamente por: Ricardo Jose Ribeiro Berzoini



PARECER Nº 1119/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.007365/2010

INTERESSADO: OLA FM SOCIEDADE LTDA

EMENTA: Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 020/2010-SSR-MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão sonora em frequência modulada, para a localidade de Paranapuã, no Estado de São Paulo.

> Pela homologação do certame, com adjudicação do objeto à licitante OLA FM SOCIEDADE LTDA.

Senhor Coordenador Geral,

- 1. A Comissão Especial de Licitação encaminha, para exame e parecer desta Consultoria Jurídica, os processos em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do procedimento licitatório objeto do Edital da Concorrência n.º 020/2010-SSR/MC, para a localidade de Paranapuã, no Estado de São Paulo.
- 2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.
- 3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressalvamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, "in verbis":
 - Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
 - § 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.
 - § 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.
 - § 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.
 - § 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

4. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito. (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001, p.481)

- 5. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.
- 6. Em relação ao procedimento licitatório para a localidade de Paranapuã, no Estado de São Paulo, analisando a Concorrência nº 020/2010-SSR/MC, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório. Logo, cabe homologação com adjudicação do objeto à empresa OLA FM SOCIEDADE LTDA. Observe-se se não se trata de faixa de fronteira (senão, deverá ser juntada a documentação respectiva).
- 7. Ante o exposto, opinamos no sentido de que haja o encaminhamento dos autos à Secretaria de Comunicação Eletrônica, com proposta favorável à homologação do certame e à adjudicação do objeto à empresa OLA FM SOCIEDADE LTDA, para a localidade de Paranapuã, no Estado de São Paulo.

À superior consideração.

Brasília, 22 de junho de 2012.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos

DESPACHO Nº 4686/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.007365/2010

ASSUNTO: Homologação.

Aprovo o PARECER Nº 1119/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra da da Advogada da União, Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, de de 2012.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

DESPACHO Nº 4687/2012/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº: 53000.007365/2010

ASSUNTO: Homologação.

Aprovo o DESPACHO Nº 4686/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº 1119/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de autoria da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, de de 2012.

José Flávio Bianchi

Consultor Jurídico

DESPACHO S/N°

- 1. Tendo em vista que a devolução dos autos em questão se deu unicamente em razão da mudança de direção desta Pasta, reitero os termos da última manifestação desta Consultoria Jurídica, que conclui pela ausência de óbice jurídico para a submissão da Exposição de Motivos à Casa Civil da Presidência da República.
- 2. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Ministro, para as providências de estilo.

Brasília, 26 de agosto de 2015.

Alan Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Assunto: Notificação (SIDOF)

De: Sidof@planalto.gov.br < Sidof@planalto.gov.br> [+] [x]

Data: 02/10/2015 10:53:20

Destinatário: renata.checchio@comunicacoes.gov.br, emilio.oliveira@comunicacoes.gov.br, henrique@planalto.gov.br, moutinho@planalto.gov.br, hugo.alves@planalto.gov.br, ialves@planalto.gov.br, nobrega@planalto.gov.br, wendy.araujo@comunicacoes.gov.br, jbatista@planalto.gov.br, claudio.sousa@planalto.gov.br, andre@planalto.gov.br, leandro.cardoso@comunicacoes.gov.br [...]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PROTOCOLO DE ENCAMINHAMENTO PROTOCOLO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/PRT

Autor do Documento: Emílio Costa de Oliveira

Data de Encaminhamento: 02/10/2015

Fluxo: Fluxo Interno

Nup: Não Consta

Ministério: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Assunto: MC 00327 2015 Paranapuã SP / Licit/FM Atividade: Avalia Documento e Define Destino



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA 020/2010 - CEL/MC

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

PERMISSÃO DE FM

ÍNDICE

- 1 DO OBJETO
- 2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
- 3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
- 4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
- 6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
- 8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS
- 9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES
- 10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO
- 15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 17 DAS PENALIDADES
- 18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)
- 19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 20 ANEXOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL - CONCORRÊNCIA N.º 020/2010 - CEL/MC

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado pela Comissão Especial de Licitação instituída por meio da Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, e suas alterações, torna público que receberá dos interessados em participar desta Licitação, EM DIA E LOCAL CONSTANTES DE AVISO A SER PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, simultaneamente, a Documentação de Habilitação e as Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada (FM), na localidade a seguir indicada.

UF	Localidade	Canal	Classe	Grupo	Preço Mínimo
SP	Paranapuã	215	C	A	87.908,48

A licitação, na modalidade Concorrência, objeto do presente Edital, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; pelo Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; pelo Regulamento Geral do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963; pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e suas alterações; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e pela Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2.002, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto desta Licitação é a outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada (FM), em horário ilimitado (execução durante 24 horas do dia), na localidade indicada no preâmbulo, pelo prazo de 10 (dez) anos.

2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer dúvidas sobre o conteúdo do presente Edital e de seus Anexos poderão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente no Ministério das Comunicações, ou por intermédio de correspondência registrada, via postal, conforme a seguir indicado, até 30 (trinta) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas:

Externamente:

Ao			
Presidente da Comis	são Espe	ecial de Lici	tação
LICITAÇÃO N.º	/	CEL	_

Esplanada dos Ministérios – Bloco "R" – Sala 104 – Sobreloja Edifício Sede do Ministério das Comunicações 70044-900 – Brasília – DF

Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens questionados;
- c) fundamentação das questões a serem esclarecidas;
- d) data, nome e assinatura.
- 2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas em até (5) cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação e das Propostas, fazendo publicar no Diário Oficial da União o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na sala de vistas da Comissão e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (http://www.mc.gov.br).
- 2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os na Secretaria da Comissão Especial de Licitação e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (http://www.mc.gov.br).
- 2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a apresentação dos Documentos de Habilitação e a formulação das Propostas, a Comissão Especial de Licitação fará publicar, no Diário Oficial da União, Aviso de Alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.
- 2.4 A anulação ou revogação da Licitação, ainda que parcial, é ato do Ministro de Estado das Comunicações. A revogação dar-se-á por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão, e a anulação dar-se-á, de ofício ou por provocação de terceiros, por ilegalidade. Em ambos os casos, a decisão será antecedida de parecer da Consultoria Jurídica do Ministério.
- 2.4.1 A Comissão Especial de Licitação poderá tornar sem efeito seus próprios atos, em face de ilegalidade, desde que a fase em que praticados não esteja encerrada.
- 2.4.2 Da decisão de revogação ou anulação a licitação caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 2.4.3 Não caberá qualquer indenização às Proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.
- 2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital é excluído o dia do início e incluído o do vencimento.

- 2.5.1 Se na data marcada para o recebimento das propostas não houver expediente normal no Ministério das Comunicações, considerar-se-á transferido o evento para o primeiro dia útil seguinte.
- 2.6 A Proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, para fins dos limites a que se refere o artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, terá a quantidade de outorgas computadas a partir da assinatura dos respectivos contratos.
- 2.6.1 A superação àqueles limites em número de vitórias impedirá novas homologações para o mesmo tipo de serviço, até que os contratos respectivos sejam assinados, ficando os processos em que isto ocorra sobrestados.

3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação.
- 3.2 O não oferecimento, no prazo do item 3.1, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a Proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.
- 3.3 O não oferecimento de impugnação ao Edital no prazo estabelecido no subitem 3.1, ainda que a Proponente indique falhas ou irregularidades que o viciaram, implicará preclusão para quaisquer fins, inclusive recurso.
- 3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a apresentação da Documentação de Habilitação e formulação das Propostas, preceder-se-á conforme disposto no subitem 2.3.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, que tenham pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- 4.1.1 A participação de capital estrangeiro nas empresas a que se refere o subitem 4.1 deverá obedecer ao que prevê a Lei n.º 10.610, de 20 de dezembro de 2002.
- 4.2 É vedada a participação nesta licitação de pessoa jurídica enquadrada nas situações a seguir.
- 4.2.1 Que não tenha sido recadastrada conforme determinação contida na Portaria MC n.º 447, de 9 de agosto de 2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).

- 4.2.1.1 Na ocorrência da situação indicada no subitem 4.2.1 a interessada deverá, até a data fixada para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas, apresentar a documentação exigida para o recadastramento.
- 4.2.2 Que já detenha outorga, ou participe de concessionária/permissionária do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.
- 4.2.3 Cujos sócios e dirigentes participem dos quadros societário e diretivo de outras concessionárias/permissionárias do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.
- 4.2.4 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da presente licitação.
- 4.2.5 Cujos sócios, administradores ou gerentes participem do quadro societário ou diretivo de outra executante do mesmo tipo de serviço na localidade objeto desta licitação.
- 4.2.6 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ou ainda, que esteja impedida ou com seu direito de licitar e contratar com a Administração suspenso.
- 4.2.7. Cuja falência haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata ou recuperação judicial.
- 4.3 Não será admitida a inclusão de documento adicional pelas Proponentes ou a substituição ou ainda a alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada, ressalvada a realização das diligências referidas no subitem 9.2.
- 4.4 Após o recebimento das Propostas não serão admitidas modificações no quadro diretivo e no controle societário das Licitantes.
- 4.4.1 Fica excetuada da vedação contida no subitem 4.4 a hipótese de transferência causa mortis.
- 4.5 São vedadas, sob pena de desclassificação dos envolvidos, a representação (simultânea ou sucessiva) de mais de um licitante pelo mesmo procurador e a participação de licitantes com sócios (diretos e indiretos) em comum.

5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES (CONJUNTO 1)

- 5.1 Para habilitar-se, a Proponente estará obrigada a satisfazer às exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões e declarações a seguir especificados, original ou cópia autenticada.
- 5.1.1 Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrados na repartição competente, devendo a sociedade por ações encaminhar, também, a ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data do recebimento da documentação e propostas.

- 5.1.1.1 No ato constitutivo da Proponente, ou em suas alterações, deverá constar, dentre os objetivos sociais, a atividade de execução de serviços de radiodifusão.
- 5.1.1.2 Em se tratando de Fundação, apresentar, além do estatuto, a ata de eleição de sua diretoria.
- 5.1.1.3 Caso a Proponente tenha em seu quadro societário sócio pessoa jurídica deverá apresentar o respectivo ato constitutivo de todos os sócios nessa condição que, direta ou indiretamente, participem do capital social, total e votante, da Proponente, até que se comprove a plena observância do art. 2º da Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002.
- 5.1.1.4 Para efeito do subitem 5.1.1.3, deverá ser apresentado qualquer dos documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante, da Proponente.
- 5.1.2 Prova da condição de brasileiros, natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses, das pessoas físicas que sejam sócias da Proponente, feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, carteira profissional, carteira de identidade ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de igualdade de direitos civis.
- 5.1.3 Declaração da Proponente de que não possui e nem manterá em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme ANEXO I.
- 5.1.4 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes da Proponente.
- 5.1.5 Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos.
- 5.1.5.1 As certidões deverão ter validade na data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas. Caso a certidão não contenha data de validade serão aceitas aquelas expedidas nos 3 (três) meses anteriores à referida data.
- 5.1.5.2 A menção "positiva" em qualquer das certidões referidas no subitem 5.1.5 implica a obrigatoriedade de apresentação de certidão de objeto e pé da ação respectiva ou de documento equivalente que revele sua situação processual.
- 5.1.5.3 A Proponente, em decorrência das certidões a que se refere o subitem 5.1.5 será inabilitada:
- a) em caso de omissão em sua apresentação;
- b) se não apresentar os documentos referidos no subitem 5.1.5.2;
- c) diante do trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

- d) se os débitos a que se referirem os títulos protestados superarem o valor mínimo previsto pela outorga do serviço, desde que não estejam sendo contestados judicialmente;
- e) se a sentença de natureza cível for de improbidade administrativa com sentença condenatória não mais sujeita a recurso com efeito suspensivo;
- f) diante de execução não embargada cujo valor ultrapasse o valor mínimo previsto pela outorga do serviço.
- 5.1.6 Prova de que os dirigentes estão quites com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral.
- 5.1.7 Alvará de Funcionamento da Proponente ou documento congênere.
- 5.2 A Proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:
- 5.2.1 Para as Proponentes em atividade, apresentação do Balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se as demonstrações financeiras do exercício imediatamente anterior, caso não tenha transcorrido, ainda, o prazo legal de sua divulgação.
- 5.2.2 Para as Proponentes inativas ou constituídas há menos de 1 (um) ano, a apresentação do balanço de abertura em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial.
- 5.2.3 Comprovante relativo à garantia de manutenção de proposta, válida para as três etapas, equivalente a 1% (um por cento) do valor mínimo previsto pela outorga, podendo a Proponente optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) carta de fiança bancária; ou b) caução.
- 5.2.3.1 Quando a Proponente optar por carta de fiança bancária, esta deverá ser emitida em favor da Proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo.
- 5.2.3.1.1 A carta de fiança deverá ter prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas.
- 5.2.3.2 A comprovação de garantia de manutenção de proposta na forma de caução deverá ser feita junto à Caixa Econômica Federal, em formulário específico, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 1.737, de 20 de dezembro de 1979.
- 5.2.4 A garantia de manutenção de proposta será devolvida às Proponentes, mediante a apresentação de recibo, conforme segue:
- a) às Proponentes inabilitadas, em até 15 (quinze) dias após a comunicação formal da inabilitação, desde que não tenha havido recursos, ou após seus julgamentos.
- b) à Proponente vencedora, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato.
- c) às Proponentes com propostas classificadas, em até 15 (quinze) dias após a homologação do certame.

- 5.2.5 A Proponente será considerada em boa situação financeira e, portanto, apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do serviço objeto desta licitação, quando:
- a) apresentar a garantia a que se refere o subitem 5.2.3:
- b) o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura resultar na verificação, pela Comissão Especial de Licitação, do Índice de Solvência maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero) segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC+ELP) \ge 1.0$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC: Passivo Circulante ELP: Exigível a Longo Prazo

Se PC + ELP = 0, será considerado o fator 1 como divisor

- 5.3 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, expedida pelos distribuidores da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.
- 5.4 A Proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:
- a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes CNPJ/MF;
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- d) Certidões Negativas de Débito ou Certidões Positivas com Efeito de Negativas de Débitos para com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal.
- 5.4.1 Os documentos exigidos nas alíneas do subitens 5.4 deverão ter validade na data de recebimento da Documentação e Propostas.
- 5.4.2 Caso os documento mencionados nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 5.4 não contenham data de validade, serão aceitos aqueles expedidos nos 3 (três) meses anteriores à data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.

6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

- 6.1 Para fins de pontuação, a Proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, informando:
- 6.1.1 Tempo total diário proposto para transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral, preenchendo o item 1 (um) do ANEXO III (T1).

- 6.1.1.1 No preenchimento do item 1 (um) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo a que se refere o subitem 6.1.3.
- 6.1.2 Tempo total diário proposto para o serviço noticioso de caráter geral, preenchendo o item 2 (dois), do ANEXO III (T2).
- 6.1.2.1 No preenchimento do item 2 (dois) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo mínimo de 5% (cinco por cento) de serviço noticioso fixado no art. 38, alínea "h" do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pela Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.
- 6.1.3 Tempo total diário proposto para transmissão de programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, preenchendo o item 3 (três) do ANEXO III (T3).
- 6.1.5 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, preenchendo o item 4 (quatro) do ANEXO III (T4).
- 6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelo representante legal da Proponente.
- 6.3 A Proposta Técnica apresentada pela Proponente vencedora será anexada ao Contrato ou Termo de Adesão, conforme o caso, constituindo-se parte integrante dele.

7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

- 7.1 A Proposta de Preço pela Outorga deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.
- 7.2 A Proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, em 2 (duas) parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.
- 7.3 O valor ofertado não poderá ser inferior ao Preço Mínimo fixado para a Outorga.

8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

- 8.1 A Proponente deverá apresentar a Documentação de Habilitação e Propostas, conforme detalhamento indicado nos itens a seguir.
- 8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da Proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma que não a prevista neste Edital.
- 8.2.1 O(s) dirigente(s) das Proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:
- a) de documento de identidade;

- b) da documentação prevista no subitem 5.1.1 deste Edital;
- c) de instrumento público ou particular de mandato com firma reconhecida, em se tratando de procurador, conforme Modelo constante do ANEXO VI, a ser entregue em separado no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, que será juntado ao processo.
- 8.2.2 A não exibição no ato dos documentos indicados no subitem 8.2.1 implicará no não recebimento dos Documentos de Habilitação e as Propostas da Proponente.
- 8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como CONJUNTO 1, CONJUNTO 2 e CONJUNTO 3, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

CONJUNTO 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Edital da Concorrência nº/_ – CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO				
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)			
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)			
Conte Conjunto 1 – Documentação de Habilitaçã Habilitação Jurídica; Qualificação Econômico-Financeira; Regularidade Fiscal.				

CONJUNTO 2 – PROPOSTA TÉCNICA Edital da Concorrência nº/ – CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO				
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)			
Razão Social da Proponente: (indicar a Razão Social)				
Conteúdo: Conjunto 2: Proposta Técnica.				

CONJUNTO 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
Edital da Concorrência nº/_ – CEL/MC
SERVICO DE RADIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: (indicar a localidade de interesse)

Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)	
<u>Conjunto 3:</u> Proposta de Preço pela Outorga.	<u>Conteúdo:</u>	

- 8.3.1 A inclusão de qualquer elemento, entre os Documentos de Habilitação e Propostas, que implique violação do sigilo acarretará a desclassificação da Proponente.
- 8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no subitem 8.3.
- 8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital constem de um índice visando facilitar sua localização.
- 8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional, substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela Proponente.
- 8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.
- 8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas, e deverão ser preferencialmente datilografadas ou impressas em papel tamanho A4, com até 44 linhas por página e letras no tamanho 12 pontos.
- 8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação e Propostas, será apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da Proponente no rodapé de cada folha, devendo preferencialmente cada uma das folhas estar numerada seqüencial e continuamente, por CONJUNTO, no ângulo superior direito.

9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES

- 9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação, bem como os trabalhos a serem por ela desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, além daquelas constantes deste Edital.
- 9.2 Cabe ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou a quem ele designar, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Documentação de Habilitação e das Propostas.
- 9.3 De todas as sessões da Comissão, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de sessão pública também pelos representantes legais das Proponentes presentes.
- 9.4 Nas sessões públicas da Comissão, o Presidente solicitará aos representantes legais das Proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, aferindo os documentos exibidos no ato.

- 9.4.1 Somente um representante legal de cada Proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigar a sua substituição.
- 9.4.1.1 Os invólucros fechados e documentos serão rubricados pelo representante legal de cada Proponente.
- 9.4.2 Nas sessões públicas da Comissão, por determinação do Presidente, as eventuais manifestações dos representantes legais das Proponentes serão reduzidas a termo para anexação à ata da sessão.
- 9.4.3 Os representantes das Proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão, não sendo admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das Proponentes.
- 9.4.4 O Presidente fará as advertências cabíveis e solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento dos trabalhos.

10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.1 Aberta a sessão, serão recebidas, em invólucros distintos, a Documentação de Habilitação e as Propostas, que serão rubricados em todas as partes coladas pelos representantes legais das Proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.
- 10.2 O Presidente anunciará o nome de cada Proponente estabelecendo o critério para a abertura do CONJUNTO 1 (Documentação de Habilitação) e determinará o acondicionamento dos CONJUNTOS 2 (Proposta Técnica) e CONJUNTO 3 (Proposta de Preço) em invólucros fornecidos pela Comissão que serão lacrados e depositados no cofre disponível na sala da Comissão.
- 10.3 Aberto o CONJUNTO 1 e rubricados os Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente, a sessão será encerrada.
- 10.4. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que será assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente.
- 10.5 Encerrada a sessão, o Presidente determinará o recolhimento de toda a Documentação de Habilitação para fins de organização, autuação e remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação para análise.
- 10.6 Os Proponentes terão acesso à Documentação de Habilitação após a análise da Comissão Especial de Licitação.

11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 A Comissão Especial de Licitação analisará, em sala reservada, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e legislação específica, procedendo à

publicação dos conceitos "HABILITADA" e "NÃO HABILITADA", conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

- 11.2 Decorrido o prazo para a interposição dos recursos a Comissão Especial de Licitação intimará os interessados, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para impugnação (contra-razões).
- 11.3 A(s) Proponente(s) julgada(s) inabilitada(s) fica(m) impedida(s) de participar das fases subseqüentes da licitação.
- 11.3.1 Encerrada a fase de habilitação as Proponentes inabilitadas serão intimadas para resgate de suas Propostas, devidamente lacradas, no prazo de 30 (dias) dias.
- 11.3.1.1 O não atendimento da intimação no prazo estabelecido autoriza a Administração a incinerar os documentos em referência.
- 11.4 Ultrapassada a fase de Habilitação, as Proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-financeira e Regularidade Fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após a Habilitação.
- 11.5 A previsão contida no subitem 11.4 não afasta o poder de autotutela do Ministério das Comunicações.

12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.

- 12.1 Encerrada a fase de Habilitação a Comissão convocará com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis a sessão pública para abertura das Propostas Técnicas.
- 12.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas Técnicas (CONJUNTO 2) das Proponentes habilitadas.
- 12.2 Após a abertura do CONJUNTO 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação dos Proponentes para verificação.
- 12.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.
- 12.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas Técnicas com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no item 13.
- 12.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará ficha de avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata, procedendo à publicação dos conceitos "CLASSIFICADA" e "NÃO CLASSIFICADA", conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.
- 12.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos.

13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

- 13.1 Será atribuída à Proposta Técnica a seguinte pontuação:
- 13.1.1 A pontuação P1, relativa ao percentual do tempo total diário proposto para a transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral (%T1), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P1 = 65.0 \text{ x } [(\%T1 - 5) / (\%T1 + 5)], \text{ para } 5\% \le T \le 8\%$$

- Condição Mínima: %T1 = 5

- Condição Máxima: %T1 = 8

Legenda:

 $%T1 = T1 \times 100 / 1440$

T1 = valor preenchido no item 1 do ANEXO III.

13.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual de tempo total diário proposto para serviço noticioso de caráter geral (%T2), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P2 = 65,0 \text{ x } [(\%T2 - 5) / (\%T2 + 5)], \text{ para } 5\% \le T \le 8\%$$

- Condição Mínima: %T2 = 5

- Condição Máxima: %T2 = 8

Legenda:

 $%T2 = T2 \times 100 / 1440$

T2 = valor preenchido no item 2 do ANEXO III.

13.1.3 A pontuação P3 relativa ao percentual do tempo total diário proposto para programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (%T3), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P3 = 130 \times [(\%T3 - 5) / (\%T3 + 5)], para 5\% \le T \le 8\%$$

- Condição Mínima: %T3 = 5

- Condição Máxima: %T3 = 8

Legenda:

 $%T3 = T3 \times 100 / 1440$

T3 = valor preenchido no item 3 do ANEXO III.

13.1.4 A pontuação P4 relativa ao prazo em meses (T4) para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P4 = 10 + 50 \text{ x } [(36 - T4) / (36 + T4)], \text{ para } 9 \le T4 \le 36$$

- Condição Mínima: T4 = 36 meses

- Condição Máxima: T4 = 9 meses

Legenda:

T4 = valor preenchido no item 4 do ANEXO III.

13.1.5 A valoração da Proposta Técnica da Proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 13.1, conforme a seguir:

$$PT = (P1 + P2 + P3 + P4)$$
 pontos.

- 13.2 Serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem o mínimo de 50 (cinqüenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no § 4° do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com as alterações do Decreto nº 2.108, de 26 de dezembro de 1996.
- 13.3 O prazo de validade das Propostas é de 24 (vinte e quatro) meses, findo o qual estas serão automaticamente revalidadas por períodos sucessivos de 6 (seis) meses.
- 13.3.1 Não pretendendo a Proponente manter sua proposta deverá se manifestar, por escrito, em até 5 (cinco) dias antes do transcurso de cada período.

14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

- 14.1 Encerrada a fase de análise e julgamento das Propostas Técnicas, a Comissão convocará, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga e intimará as Proponentes desclassificadas para devolução de suas Propostas.
- 14.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas de Preço pela Outorga (CONJUNTO 3) das Proponentes classificadas.
- 14.2 Após a abertura do CONJUNTO 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação para verificação.
- 14.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.
- 14.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas de Preço pela Outorga com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no subitem 14.5.
- 14.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, em especial a de valor inferior ao mínimo estabelecido.
- 14.5 A pontuação das Propostas de Preço pela Outorga será calculada de acordo com a fórmula a seguir:

```
PP = 50 + 50 \text{ x} [ (Vof - Vmin) / Vof ] (Grupo de enquadramento A) PP = 60 + 40 \text{ x} [ (Vof - Vmin) / Vof ] (Grupo de enquadramento B) PP = 70 + 30 \text{ x} [ (Vof - Vmin) / Vof ] (Grupo de enquadramento C)
```

Legenda:

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vmim = Valor Mínimo fixado para a Outorga

15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1 Será considerada vencedora da Licitação a Proponente habilitada e classificada nas fases anteriores que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

VP = (0.90 PT + 0.10 PP) pontos (Grupo A)VP = (0.50 PT + 0.50 PP) pontos (Grupo B)

VP = (0.10 PT + 0.90 PP) pontos (Grupo C)

Ledenda:

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

PT: Valor da pontuação da Proposta Técnica da Proponente.

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

- 15.2 Ocorrendo empate entre duas ou mais Proponentes, será declarada vencedora a que tiver oferecido maior preço pela outorga. Persistindo o empate será realizado sorteio.
- 15.3 Concluída a fase de julgamento, o resultado final constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.
- 15.3.1 Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos e julgados os eventuais recursos interpostos a Comissão Especial de Licitação enviará os autos à Consultoria Jurídica para manifestação.
- 15.4 Em se tratando de localidade constante da relação de Municípios Brasileiros da Faixa de Fronteira, publicada pela Diretoria de Geociências do IBGE, nos termos do art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, antes de remessa dos autos à Consultoria Jurídica, a Proponente será intimada para apresentar no prazo de 90 (noventa) dias a documentação necessária para obtenção de Assentimento Prévio.
- 15.4.1 Em caso de negativa de assentimento por parte do órgão encarregado, a licitação será retomada e convocada a segunda colocada no certame e, assim, sucessivamente.

16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 16.1 O Ministro de Estado das Comunicações, à vista do Parecer da Consultoria Jurídica, decidirá acerca da homologação da licitação por despacho que será publicado no Diário Oficial da União.
- 16.2 Transcorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação do despacho de homologação da licitação sem manifestação dos interessados, o Ministro das Comunicações assinará a portaria de outorga da permissão para a exploração do serviço licitado, ou encaminhará Exposição de

Motivos ao Presidente da República, acompanhada da minuta do decreto de outorga de concessão para a exploração do serviço.

- 16.3 O Contrato ou o Termo de Adesão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações, representando a União, e a concessionária/permissionária, será assinado após a aprovação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.
- 16.4 O Ministério das Comunicações, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do decreto legislativo, convocará a entidade para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, em data que fixará, observado o prazo do item 16.5.
- 16.5 A concessionária/permissionária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, ocasião em que deverá comprovar o pagamento da primeira parcela pelo preço da outorga.
- 16.5.1 O valor da primeira parcela pelo preço da outorga será corrigido pelo IPCA-E mensal, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, desde a data de publicação da decisão de homologação da licitação.
- 16.5.2 O valor correspondente ao pagamento referido no subitem 16.5 será recolhido em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações em Guia de Recolhimento da União (GRU) que deverá ser retirada na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.
- 16.5.3 A concessionária/permissionária, no prazo a que se refere o subitem 16.5, poderá efetuar o pagamento integral do preço pela outorga.
- 16.5.4 O prazo para pagamento da parcela a que refere o subitem 16.5 somente será prorrogado por motivos de força maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados.
- 16.7 Assinado o Contrato ou o Termo de Adesão, a concessionária/permissionária providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias.
- 16.8 O pagamento da segunda parcela pelo preço da outorga deverá ser realizado em até 1 (um) ano, contado da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, observado o que prevêem os subitens 16.5.1 e 16.5.2.

17 DAS PENALIDADES

- 17.1 Na eventualidade de não comparecimento da concessionária/permissionária para assinar o Contrato ou Termo de Adesão até o último dia do prazo de que trata o subitem 16.5, ou se não efetuar o recolhimento do valor correspondente às parcelas do preço da outorga, será ela considerada desistente.
- 17.2 Qualquer que seja a hipótese apontada no subitem 17.1 ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ocasionando a remessa de cópia dos autos ao órgão competente da Advocacia-Geral da União para propositura de ação de cancelamento de outorga, sem prejuízo da aplicação das seguintes penalidades:
- a) cominação de pena equivalente o valor da primeira parcela do preço da outorga;

- b) impedimento de a entidade participar de licitação e de contratar com o Ministério das Comunicações por um período de 2 (dois) anos.
- 17.3 Na ocorrência das situações descritas no subitem 17.2, a concessionária/permissionária terá o direito à ampla defesa e ao contraditório, em processo administrativo próprio.
- 17.4 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela concessionária/permisionária em sua Proposta Técnica implicará imposição de multa de até 5% (cinco) por cento do valor da outorga, em processo administrativo próprio.
- 17.4.1 O descumprimento reiterado dos compromissos assumidos pela concessionária/permissionária em sua Proposta Técnica ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.
- 17.5 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga considerar-se-á o Contrato ou Termo de Adesão automaticamente rescindido.

18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)

- 18.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação cabem:
- I recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:
- a) habilitação ou inabilitação da Licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação.
- II representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação de que não caibam recurso.
- 18.2 Os recursos, representações e impugnações (contra-razões) serão sempre dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ainda que se trate de decisão proferida pelo Ministro de Estado das Comunicações, mediante petição, apresentados no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:
- a) identificação e qualificação da Proponente interessada;
- b) o nome do signatário, que deverá ser dirigente ou procurador da Proponente;
- c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;
- d) pedido e sua fundamentação.
- 18.3 A intimação dos atos referidos no subitem 18.1, inciso I, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos das Proponentes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

- 18.3.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, as intimações poderão ser feitas por meio eletrônico (*e-mail*), desde que haja a disponibilidade de meios técnicos, ou por outro meio idôneo.
- 18.3.1.1 As intimações por meio eletrônico serão consideradas recebidas por seu destinatário no dia posterior à sua remessa, sendo que o prazo respectivo passará a fluir no primeiro dia útil subsequente.
- 18.4 Interposto recurso ou representação, o Presidente da Comissão Especial de Licitação cientificará as demais Proponentes que poderão apresentar impugnação (contra-razões) no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 18.5 Em todos os casos, os autos estarão à disposição dos interessados no primeiro dia útil seguinte ao da intimação, na Secretaria da Comissão Especial de Licitações.
- 18.6 Os recursos previstos no subitem 18.1, inciso I, alíneas "a" e "b", terão efeito suspensivo, podendo o Presidente da Comissão Especial de Licitações, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.
- 18.7 Nas hipóteses do subitem 18.1, inciso I, a Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazer subir o recurso devidamente informado à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.
- 18.7.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, o Presidente da Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, encaminhará à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.
- 18.8 O Ministro de Estado das Comunicações proferirá decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento dos autos.
- 18.9 A autoridade administrativa poderá deixar de conhecer manifestações impertinentes, ressalvados o contraditório e a ampla defesa, bem como os recursos previstos em lei. Em alguns casos poderá, inclusive, haver desclassificação superveniente da manifestante, com fulcro no artigo 43, § 5°, da Lei n.º 8.666/93.
- 18.9.1 Serão consideradas impertinentes as manifestações que:
- a) deduzirem pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
- b) alterarem a verdade dos fatos;
- c) usarem do processo para conseguir objeto ilegal;
- d) opuserem resistência injustificada ao andamento do processo;
- e) procederem de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

- f) provocarem incidentes manifestamente infundados;
- g) interpuserem recurso com intuito manifestamente protelatório.
- 18.10 Os interessados terão vistas dos autos na Comissão Especial de Licitação ou na Consultoria Jurídica, conforme o caso, vedada, em qualquer hipótese, a retirada em carga dos processos.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1 A Licitante se obriga a manter atualizado seu cadastro junto à Comissão Especial de Licitação.
- 19.2 A Comissão Especial de Licitação atenderá o público externo nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas.
- 19.3 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão 5 (cinco) decimais à direita da vírgula, arredondando-se a quinta casa, para cima, quando a sexta for maior ou igual a 5 (cinco).
- 19.4 A concessionária/permissionária somente poderá pleitear aumento da potência de seus transmissores após o transcurso do prazo a que se refere o art. 1º da Portaria de n.º 61, de 6 de março de 2008.
- 19.5 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.

20 ANEXOS

- 20.1 ANEXO I Modelo de Declaração referente a trabalho de menores.
- 20.2 ANEXO II Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade Proponente.
- 20.3 ANEXO III Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço.
- 20.4 ANEXO IV Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.
- 20.5 ANEXO V Minuta do Contrato de Concessão.
- 20.6 ANEXO VI Modelo de Procuração (particular).

Brasília (DF).	de	de 2010.
Diasilia (Dr).	ae	ue zoro.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO Presidente ERIKO MENDES DOMENICI Vice-Presidente

EDMAR FREITAS MACHADO Titular JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO Titular

ANEXO I

Modelo de Declaração

Ref.: ConcorrênciaCEL/MC
, inscrito no CNPJ n°, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade no e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .
(data)
(representante legal)

ANEXO II

Modelo de Declaração

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da, declara(m) que:
a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade, Estado, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do
Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.
b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;
c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art.12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.
(local e data)
(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)

ANEXO III

Modelo de Proposta Técnica

Edital Concorrência n.º/				
Localidade:	UF:			
Razão Social da Proponente:				
CNPJ:	Data:	/		
1. Programas jornalísticos, educativos e i	nformativos:			
Programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T1)	(%T1) T1 ×100 / 1440		
2. Serviço noticioso:				
Programas de serviço noticioso de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T2)	(%T2) T2×100 / 1440		
3. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga:				
Programas culturais, artísticos e jornalísticos de caráter local	Tempo dos programas em minutos (T3)	(%T3) T3×100 / 1440		
4. Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo:				
Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo (T4)	Quantidade de n	neses (T4)		

5. Local, data e assinatura do(s) representante (s) legal (is)

ANEXO IV

Modelo de Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga.

2. CNPJ/MF:		
3. Edital da Concorrência: nº	CEL/MC	
4. Serviço		
5. Localidade:		_ UF:
6. Valor Proposto: R\$	algarismo e por extenso	
1ª Parcela: R\$	algarismo e por extenso:	
2ª Parcela: R\$	algarismo e por extenso:	
	Local e Data	

ANEXO V

Minuta de Termo de Adesão

E A PARA EXPLORAR O SERVIÇ RADIODIFUSÃO, NA CIDADI ESTADO D	O DE
Aos dias do mês de do ano de, o Ministr Comunicações, representando a União, e CNPJ nº, representada por seu	,
assinam o presente Termo de Adesão, decorrente da permissão outorgada à supramenci entidade, pela Portaria n.º, de de de, publicada no l	onada Diário
Oficial da União do dia, aprovada pelo Decreto Legislativo nº, publica Diário Oficial da União de de, para explorar o servi, na cidade de, Estado de,	iço de
regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseque seus regulamentos e, cumulativamente, pelas Cláusulas seguintes:	
Cláusula Primeira - Fica assegurado à o direito de explorar, sem exclusivida cidade d, Estado de, o serviço de radiodifusão com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País.	
Parágrafo único - A execução do serviço sob consideração é vinculada aos termos do Edi Concorrência nº/ CEL/MC e às Propostas Técnica e de Preço pela Ou apresentadas na Licitação, pela permissionária, documentos esses que acompanham o procontrato como Anexos V e VI, dele fazendo parte integrante.	ıtorga,
Cláusula Segunda - A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entra vigor a partir da data de publicação do presente Contrato no Diário Oficial da União.	ırá em
Cláusula Terceira – O preço ofertado pela permissionária pela outorga objeto do pr Contrato foi de R\$ (), em duas parcelas de igual valor, corrigida termos do Edital, da seguinte forma:	
a) O pagamento da primeira parcela no valor de R\$ () foi pago concomitante à assinatura do presente Contrato, recolhida em favor do Fundo de Fiscalização Telecomunicações.	
b) A segunda parcela no valor de R\$ () deverá ser paga em até 1 (um contado da data de publicação do extrato do presente termo de adesão no Diário Ofic União.	
Cláusula Quarta - A permissionária é obrigada a executar o serviço segundo as contécnicas constantes do Plano Básico de Distribuição de Canais de bem como a	dições

- a) destinar, diariamente, um mínimo de 5% (cinco) por cento de seu tempo total de programação para transmissão de serviço noticioso, em cumprimento à exigência constante da alínea 'h' do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, além dos tempos indicados na Proposta Técnica objeto do ANEXO III do Edital de Concorrência;
- b) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão:
- c) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- d) não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem empregar menor de dezesseis anos, sendo permitida a admissão a partir dos quatorze anos, apenas na condição de aprendiz.
- e) não permitir que seus sócios integrem o quadro societário de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, nem que seus administradores façam parte do quadro diretivo de entidade na mesma situação;
- f) manter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- g) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;
- h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem, tampouco, ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;
- i) comunicar ao Ministério das Comunicações a efetivação das alterações contratuais ou estatutárias que não impliquem alteração dos objetivos sociais ou modificação do quadro diretivo e as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social que não resultem em alteração de controle societário, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para efetivar alteração dos objetivos sociais, modificação do quadro diretivo, transferência do controle societário e a transferência direta da concessão.
- l) manter, durante a vigência da concessão, as condições observadas por ocasião da Habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;
- n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;

- o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL, das obrigações contraídas e das condições técnicas estabelecidas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- r) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações o projeto de instalação da emissora no prazo de 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez, no máximo, por igual período, e contado da data da publicação do extrato do contrato de concessão/termo aditivo;
- s) manter 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais, conforme previsto no artigo 28, item 12, alínea "e" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Cláusula Quinta - Na organização da programação, a permissionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão:
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;
- e) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, conforme estabelecido pela legislação aplicável;
- f) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; (Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV);
- g) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- h) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

- i) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- j) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- l) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- m) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- n) manter em dia os registros da programação;

Cláusula Sexta - A freqüência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta freqüência o direito de posse da União.

Cláusula Sétima - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula Oitava - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, o direito de restringir o emprego de nova freqüência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula Nona - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das freqüências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único - A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias, permissionárias ou autorizadas.

Cláusula Décima - A permissionária deverá cumprir as obrigações assumidas em sua Proposta Técnica nas condições compromissadas no ANEXO III do Edital da Concorrência, sob pena de imposição multa de até 5% (cinco por cento) do valor pago pela outorga.

Cláusula Décima Primeira - O descumprindo reiterado dos compromissos assumidos pela permissionária ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.

Cláusula Décima Segunda - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis ao serviço de que trata o presente Contrato, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula Décima Terceira - Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á este Contrato automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias dele decorrentes.

Cláusula Décima Quarta - Findo o prazo da outorg declarada perempta, sem que a entidade tenha direit	ž
Cláusula Décima Quinta - As partes elegem o foro proveniente deste Contrato.	de Brasília - DF para dirimir qualquer dúvida
Cláusula Décima Sexta - Fazem parte integrante de transcritos, os seguintes anexos:	o presente Contrato, como se nele estivessem
Anexo 1: Edital de Concorrência nº/ CEL/ Anexo 2: Proposta Técnica; Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.	MC;
E, por estarem de acordo, foi lavrado o pres forma, que contém folhas todas numera vai assinada, perante duas testemunhas, sendo folhas, todas também numeradas e rubr	os 3 (três) - ANEXOS, compostos de
Ministro das Comunicações	Permissionária
Testemunhas:	

ANEXO VI

Modelo de Procuração

(Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ),
nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do
<u>.</u>
CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº/
CEL/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de
Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar
documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal,
interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários
ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)

OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.